

ESTGOH

Escola Superior de Tecnologia e Gestão
de Oliveira do Hospital

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Mestrado em Marketing e Comunicação

Como é que a ASAE é notícia?

Contributo para a compreensão do processo de
construção noticiosa das organizações

Isabel Cristina Rodrigues Couceiro

Coimbra

2013

ESTGOH

Escola Superior de Tecnologia e Gestão
de Oliveira do Hospital

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Mestrado em Marketing e Comunicação

Como é que a ASAE é notícia?

Contributo para a compreensão do processo de construção
noticiosa das organizações

Isabel Cristina Rodrigues Couceiro

Coimbra

2013

Agradecimentos

*“Só é lutador quem sabe
lutar consigo mesmo.”*

Carlos Drummond de Andrade

E muitas foram as lutas que travei comigo própria. A vontade de desistir e o desânimo assaltaram-me vezes sem conta, especialmente nesta recta final. Mas com o apoio da família e dos amigos, finalmente levei a bom porto esta aventura que aqui termina.

Quero agradecer, em primeiro lugar, aos meus pais, que me permitiram a formação necessária para aqui chegar e ainda pelo apoio e incentivo.

Ao Professor Gil Ferreira, pela orientação e pela preciosa ajuda.

Às minhas colegas de turma, Sandrina e Márcia, pelos bons momentos passados ao longo destes 3 anos, e claro, pela amizade que, tenho a certeza irá ficar para a vida.

A.A., obrigada pela força, motivação, apoio, preocupação, incentivo e pelas horas passadas comigo na biblioteca a folhear jornais à procura das notícias.

A imagem jornalística da ASAE

Contributo para a compreensão do processo de construção noticiosa das organizações

Resumo: A presente investigação pretende analisar e compreender como é que uma organização é notícia. Para esse fim, analisa aspectos do processo de construção noticiosa, sobretudo associados à importância das fontes, e procura verificar como pode este processo contribuir para a definição da imagem pública de uma organização.

Tendo em conta estes objectivos, foi levada a cabo uma revisão da literatura enquadrada pelas teorias da comunicação, pelas teorias da notícia e ainda pelo domínio das relações das organizações com os *media*. Procedeu-se assim a um enquadramento teórico que, partindo das teorias dos *media* e do jornalismo, encontrou o ponto de enfoque empírico na construção noticiosa da imagem das organizações.

De um ponto de vista da análise empírica, recorreu-se à análise de conteúdo jornalístico. Foi constituído um dossier de imprensa, composto por 129 peças jornalísticas publicadas no Diário de Notícias e no Correio da Manhã, que fizeram referência à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. Essas peças foram publicadas nos meses de Janeiro, Maio e Setembro nos anos de 2007 e 2012. Esse dossier foi analisado sob o ponto de vista de uma análise de conteúdo, cujos resultados se refletem neste trabalho.

Palavras-chave: notícias, relações com os *media*, fontes

ASAE's journalistic image

Contribution to the understanding of the process of organization's news construction.

Abstract: This investigation intends to analyze and understand the features of organization's news construction. For this purpose it analyzes organization's news construction mainly associated to the sources importance, it pretends also to check how this process can contribute to the definition of a public image of an organization. Keeping in mind these goals, it was carry through a literature review framed by the communication theories, news theories and further link domain of the organizations of the relationships with the media. So, a theoretical framework was undertaken that, starting from the media and journalism theories, found the empirical focal point on the news construction of the organization's image.

From the point of view of the empirical analysis, we used the analysis of the journalistic content. It was set up a press dossier composed of 129 journalistic articles, published on Portuguese daily newspapers "Diário de Notícias" and "Correio da Manhã", that commented on Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. Those articles were published in January, May and September, in 2007 and 2012. This dossier was analyzed from the point of view of a content analysis, whose results are reflected in this work.

Keywords: news, relationship with the media, sources

INDÍCE

Introdução.....	1
Parte I – Revisão Bibliográfica.....	5
1. A construção das notícias.....	7
1.1. Da teoria do jornalismo a uma teoria da notícia.....	7
1.1.1. Teoria do espelho.....	8
1.1.2. Teoria da acção pessoal.....	9
1.1.3. Teoria organizacional.....	9
1.1.4. Teorias construtivas.....	10
1.1.5. Teoria interaccionista.....	10
2. O agendamento.....	11
3. As relações com os <i>media</i>	12
4. As fontes de informação.....	14
5. Os <i>media</i> e a construção de uma imagem.....	17
Parte II – Metodologia e desenho da investigação.....	19
1. A análise de conteúdo no âmbito dos métodos de pesquisa.....	21
1.1. Técnicas da análise de conteúdo.....	24
2. Desenho da investigação.....	25

2.1. A organização objecto de estudo – ASAE.....	25
2.2. Questões de investigação.....	25
2.2.1. Questões de investigação específicas.....	26
2.3. Objectivos.....	26
3. Relação entre as questões de investigação e os objectivos.....	27
4. Definição do universo de análise.....	28
5. Selecção da amostra.....	28
5.1. O Correio da Manhã.....	29
5.2. O Diário de Notícias.....	30
Parte III – Análise empírica.....	33
1. O <i>corpus</i> da análise.....	35
2. Apresentação da amostra.....	35
Parte IV – Apresentação dos resultados.....	39
1. Apresentação de dados.....	41
2. Interpretação de resultados.....	47
CONCLUSÃO.....	53
BIBLIOGRAFIA.....	59
ANEXOS.....	63

ANEXO I – DOSSIER DE IMPRENSA.....	65
CORREIO DA MANHÃ.....	67
DIÁRIO DE NOTÍCIAS.....	141
ANEXO II – GRELHAS DE ANÁLISE.....	209
ANEXO III – TABELAS.....	219

INDÍCE DE QUADROS

Quadro nº 1 – Vantagens e desvantagens do assessor de imprensa...	14
Quadro nº 2 – Questões principais vs questões específicas.....	26
Quadro nº 3 – Questões de investigação vs objectivos.....	27
Quadro nº 4 – Quotas de mercado.....	30
Quadro nº 5 – Número de peças publicadas.....	36
Quadro nº 6 – Palavras-chave em 2007.....	43
Quadro nº 7 – Palavras-chave em 2012.....	43

INDÍCE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Distribuição mensal das peças publicadas em 2007.... 41

Gráfico nº 1 – Distribuição mensal das peças publicadas em 2012.... 41

ÍNDICE DE GRELHAS

Grelha nº 1 – Análise das peças do CM – 2007.....	211
Grelha nº 2 – Análise das peças do CM – 2012.....	213
Grelha nº 3 – Análise das peças do DN – 2007.....	215
Grelha nº 4 – Análise das peças do DN – 2012.....	217

INDÍCE DE TABELAS

Tabela nº 1 – Posicionamento da ASAE na peça.....	221
Tabela nº 2 – Género jornalístico.....	221
Tabela nº 3 – A ASAE como objecto na peça.....	222
Tabela nº 4 – Índices.....	222
Tabela nº 5 – Tom percebido nas peças.....	223
Tabela nº 6 – ASAE fonte.....	223
Tabela nº 7 – Referência à fonte.....	224
Tabela nº 8 – Origem da notícia.....	224

INTRODUÇÃO

Muito embora o estudo e a análise da presença das organizações nos *media*, e da construção da imagem pública das organizações por esse meio, seja frequente nos estudos de comunicação e das organizações, é dado como assente que às particularidades de cada instituição, em cada momento, correspondem práticas específicas, com resultados de difícil generalização. Com efeito, são distintas as consequências da presença noticiosa de organizações de natureza diferente, com uma imagem pública mais “hostil” ou, pelo contrário, mais “amigável”, em órgãos de comunicação social também eles, bem distintos entre si. Por seu turno, se não é rara a realização de trabalhos deste género a que, de forma sintética, chamaremos de “relações com os *media*”, cremos serem inexistentes trabalhos sob esta perspectiva sobre organizações com um perfil semelhante à que ocupa esta investigação – a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

Tomando como desafio a compreensão do processo mediante o qual as organizações surgem nas notícias, bem como aspectos relacionados com a complexidade da sua elaboração, procurámos, através da análise da presença da ASAE em dois dos principais jornais nacionais, compreender como “chega” a organização aos *media* impressos (através de que fontes, com que frequência, a que propósito e com que importância). Desta análise, foi ainda possível aferir como é que, através das notícias, o público pode perceber e classificar uma organização quanto à imagem. Ou seja, se a imprensa, através das notícias que publica, constrói uma narrativa com um pendor tendencialmente positivo, neutro ou negativo, sendo que esse facto terá, inevitavelmente, consequências sobre a avaliação que o público faz da organização, e sobre a imagem que daí decorre.

O campo de análise deste estudo, isto é, os jornais escolhidos para a análise empírica, deteve-se sobre um *jornal popular*, que privilegia informação ligeira e superficial e com algum sensacionalismo (Correia, 2006). Paralelamente, considerámos um *jornal de referência*, que versa sobre informação mais séria e mais trabalhada, dirigido a públicos mais exigentes (Correia, 2006) e tem como preocupação principal informar com rigor.

A organização escolhida como objecto de estudo, a ASAE, apesar de ser uma instituição jovem, tem vindo a revelar-se um alvo preferencial dos *media*. A ASAE é a autoridade administrativa nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização económica. Deste modo, é responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, bem como pela disciplina do exercício das actividades económicas nos sectores alimentar e não alimentar, mediante a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das mesmas. No exercício da sua missão, a ASAE rege-se pelos princípios da independência científica, da precaução, da credibilidade e transparência e da confidencialidade. Muito em consequência da própria natureza da sua actividade, é uma organização amada por uns e odiada por outros, muito devido à imagem veiculada pela comunicação social. Existindo, a nosso ver, uma intuição formada acerca do perfil dessa imagem, foi objectivo deste trabalho, o recurso a métodos científicos para aferir, com rigor, procurando perceber como é que ela surge na imprensa, com que traços e em resultado de que processos. É pois esta a missão a que se propôs esta investigação, e que irá percorrer as páginas que se seguem.

PARTE I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tendo em conta os objectivos do presente trabalho, enunciados na secção anterior, o primeiro passo a seguir será o de colocarmos a nossa análise sob um enquadramento muito preciso: o das teorias do jornalismo. Sumariamente, anima-nos um propósito muito concreto: responder a questões muito simples e directas, embora com respostas complexas e problematizadoras, e que têm acompanhado os debates teóricos no âmbito dos estudos do jornalismo. Referimo-nos ao propósito de compreender porque é que as notícias são como são, de perceber o que está por detrás da produção de notícias e como as notícias podem influenciar a imagem de uma organização junto dos seus públicos. Dada a natureza deste trabalho, limitar-nos-emos à enunciação das principais correntes teóricas, sem discutir de modo aprofundado todo o debate intenso que as percorre. Delas procuraremos retirar o enquadramento necessário à formulação seguinte da nossa pesquisa.

1. A construção das notícias

1.1. Da teoria do jornalismo a uma teoria da notícia

Fruto das alterações constantes que ocorrem permanentemente na sociedade, vão também surgindo profundas alterações no sistema comunicativo que, inevitavelmente, acabam por influenciar o jornalismo. Consequentemente, a produção das notícias acaba por passar a depender de vários factores. Muitas são as variáveis que acabam por condicionar a acção noticiosa. Isto leva que se procure uma resposta para uma das questões mais repetidas nos estudos de jornalismo - “porque é que as notícias são como são?” (Traquina, 2002). Interligadas com esta, encontramos um leque de outras questões complementares: “de onde resultam as notícias?” e “o que está por detrás da atividade noticiosa?”.

Creemos que, dada resposta a estas questões, será possível entender e esclarecer como é o processo de produção das notícias.

Após várias décadas de estudo sobre o jornalismo, podemos enumerar algumas teorias cujo objectivo é responder às perguntas anteriores (Traquina, 2002) e assim perceber o processo de produção jornalística.

De entre as diversas teorias, ou explicações, conforme preconiza Traquina na sua obra “O que é o jornalismo” (2002), salientamos as que a seguir se indicam. De salientar ainda que, de acordo com aquele autor tais teorias não podem ser vistas cada uma por si só, mas sim numa perspectiva colectiva. Passamos à referência breve às principais teorias, que, de formas distintas, procuram explicar o processo de produção noticiosa.

1.1.1. Teoria do espelho

As teorias designadas sob esta classificação surgem em meados do sec. XIX e dizem que as notícias são como são, porque reflectem a realidade. Desta forma, o jornalista surge como um mero observador e mediador da realidade, coibindo-se de proferir a sua opinião, mantendo-se imune às suas opiniões, crenças e valores, permitindo desta forma, a existência de um jornalismo imparcial. Isto vai originar que, no decurso da sua actividade, o jornalista não se depare com situações que o desviem da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, “doar a quem doer”. Assim, há uma clara separação entre factos e opiniões. Referira-se que, hoje, diversos estudos sobre jornalismo, vêm considerando este modelo explicativo como pobre e insuficiente (Traquina, 2002).

1.1.2. Teoria da acção pessoal

Esta teoria, também conhecida como teoria do *gatekeeper*, surge na década de 1950 e foi introduzida por David Manning White, aplicando pela primeira vez tal conceito ao jornalismo. O termo *gatekeeper* refere-se a quem toma uma decisão, em consequência de uma sequência de decisões. Desta forma, a produção e selecção das notícias passa por uma série de portões, através dos quais se escolhe uma notícia em detrimento de outras, tornando-a um produto das preferências de quem, em cada momento, toma a decisão de escolher. Esta teoria faz uma análise das notícias a partir de quem as produz, ou seja, do jornalista. Este pressuposto revela uma análise microsociológica, baseando-se no conceito de selecção (Traquina, 2002).

1.1.3. Teoria Organizacional

Surge também na década de 1950, pelas mãos do sociólogo norte-americano Warren Breed, que publicou um estudo, onde, pela primeira vez abordou esta teoria. Basicamente, refere que a actividade jornalística, é em larga escala, influenciada pela organização onde o jornalista está inserido. A perspectiva individual da teoria acção pessoal passa a uma perspectiva mais ampla: a perspectiva organizacional (Traquina, Jornalismo, 2002). Desta forma, o jornalista, acaba por se submeter às orientações editoriais e aos consequentes critérios jornalísticos em detrimento das suas opiniões pessoais. Um desses critérios é a chamada guerra de audiências, que faz com que questões como o sensacional, o curto, o rápido, e o superficial, imperem. Ou seja, prevalecem valores comerciais sobre os valores jornalísticos (Correia, 2006), e o jornalista tem de seguir essas orientações.

Pode-se dizer que o jornalista sofre um processo de socialização, que acaba por influenciar a sua actividade (Correia, 2011). Verifica-se pois, a supremacia de uma cultura organizacional, não havendo lugar à cultura profissional (Traquina, 2002).

E porque é que o jornalista se conforma com tal situação? Essencialmente pelo medo das sanções que se podem traduzir em mudanças de tarefas ou até alterações dos textos. Por uma questão de respeito, não só pelos dirigentes, como pelos colegas mais velhos e ainda pelo desejo de ascender na organização. A insessante busca pelas notícias consonantes com a linha editorial é outro factor a mencionar, tal como o bom ambiente que deve existir na redacção (Traquina, 2002).

As notícias são pois o resultado de um controlo, ainda que camuflado, que o jornalista tem de precaver, caso não queira ver o seu trabalho posto em causa (Traquina, 2002).

1.1.4. Teorias construtivas

É na década de 1970 que surge um novo paradigma sobre o jornalismo: as notícias como construção. Esta teoria rejeita a concepção das notícias como um espelho e defende que é impossível distinguir a realidade e os media que refletem essa realidade, pelo simples facto de que as notícias ajudam a construir essa mesma realidade (Traquina, 2002).

1.1.5. Teoria interaccionista

As notícias resultam de um processo de percepção, selecção e transformação de acontecimentos. Quando se tem que fazer a opção entre um acontecimento e outro, digno de adquirir existência, materializada na notícia, o ponto-chave é a sua noticiabilidade. Tendo presente a questão

central do jornalismo, que é “O que é notícia?”, importa saber quais são os critérios/factores que determinam essa noticiabilidade (Traquina, 2002).

2. O agendamento

Parece-nos inegável o poder detido pelos *media*. Um desses poderes tem a ver com a capacidade de agendamento. Ou seja, ao valorizarem um acontecimento em função de outro, acabam por influenciar quem depende dos *media* para conhecer a realidade, ou pelo menos determinados aspectos da realidade, na medida em que são os *media* que ditam quais os acontecimentos importantes, e, dentro deles, o que é que importa conhecer. Mas essa influência apenas tem a ver com o que está na ordem do dia, com o que é actual e prioritário em termos de informação. Isto resume o que é a teoria do agendamento, ou *agenda-setting*. Poderemos ainda referir que o *agenda-setting*, faz com que os meios de comunicação social exerçam influência junto da população: dizem-lhe sobre o que é importante pensar, estabelecem uma hierarquia de importância relativa para todos elementos que importa conhecer, e, ao mesmo tempo, “apagam” tudo o resto do “palco” da actualidade (Santos, 1992).

Esta teoria não possui um carácter intencional por parte dos *media*, em relação à determinação de acontecimentos que são ou não noticiáveis – é uma consequência inevitável da própria actividade jornalística, e dos seus limites. Não obstante, desta forma a produção jornalística acaba por determinar o que está na ordem do dia e o mais importante para o público. Sublinhe-se que a capacidade de agendamento pode variar de meio para meio, dependendo até da sua linha editorial. Poderão haver

acontecimentos mais noticiáveis para televisão e outros para a imprensa (Sousa J. P., As notícias e os seus efeitos - As "Teorias" do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos, 2000).

3. As relações com os *media*

O bom relacionamento de uma organização com os *media* é de suma importância, trazendo bons resultados para ambos. Se por um lado os profissionais do jornalismo precisam de informações provenientes de fontes credíveis, a organização precisa de meios para divulgar a sua actividade. Daí a vantagem da existência de um gabinete de comunicação e de um assessor de imprensa. Ele passa a ser o elo de ligação entre a organização e os *media*. Compreender a sua acção é assim, de importância crucial para esta investigação, na medida em que ocupa uma posição privilegiada no foco da relação entre as organizações e os *media*. Passemos pois à explicitação de alguns aspectos relevantes da sua actividade.

O assessor de imprensa deve cultivar o regular contacto com os órgãos de comunicação social, na medida em isso vai permitir a criação de rotinas entre ambos e assim garantir algum espaço de informação. Esse relacionamento deve basear-se na confiança e ser de longo prazo (Bland, Teaker, & Wragg, 2005). O assessor constitui um contacto privilegiado para um jornalista, na medida em que este recebe informação já tratada e de fonte segura, o que vai gerar uma maior credibilidade não só à peça, mas também ao órgão de comunicação que a publica e difunde.

O assessor deve ser proactivo, mas não deve enveredar por um caminho de envio contínuo de informação, muito menos se a mesma é

desinteressante e não vai acrescentar qualquer valor à organização (Baines & Egan, 2004).

Quando a informação é enviada para os *media*, devem escolher-se os meios onde a probabilidade de a informação ser publicada é maior. Para isso, há que ter em conta os meios mais adequados para divulgar o que a organização pretende, sempre considerando o interesse público da mesma. Ou seja, há que avaliar, antecipadamente, a noticiabilidade da informação e ter um conhecimento profundo dos *media* (Baines & Egan, 2004). É ainda essencial ao assessor de imprensa uma boa base de dados de contactos de jornalistas.

Ainda segundo Baines & Egan, há vantagens e desvantagens associadas ao cargo de assessor de imprensa. Veja-se o quadro seguinte:

Quadro nº 1 – Vantagens e desvantagens do assessor de imprensa

Vantagens	Desvantagens
Está na posse de informação preveligiada para os jornalista	Pode ser alvo de pressões por parte da organização, na medida em que pode ser “obrigado” a difundir informação desprovida de valor informativo
Devido aos <i>timings</i> apertados dos jornalistas, a informação fornecida pelo assessor não carece de validação evitando a publicação de erros	O assessor pode não ter estatuto/posição, para afirmar a sua autoridade profissional
Evita a disseminação de informação falsa	Pode ser visto pelos media com um comunicador tendencioso
É um aliado importante para o jornalista ao nível de contactos com a organização	Em situações de crise, o assessor pode tornar-se uma barreira entre a organização e os media

De entre os instrumentos de comunicação utilizados pelo assessor de imprensa, destacamos o comunicado e as conferências de imprensa. O primeiro permite a divulgação de informação sucinta, enquanto a conferência de imprensa apenas deve ser utilizada quando se pretende fazer um anúncio importante (Bland, Teaker, & Wragg, 2005).

4. As fontes de informação

Um elemento crucial na compreensão do processo de construção noticiosa são as fontes de informação. Normalmente, é delas que parte a notícia, o que torna impensável a existência de um jornalista sem fontes, independentemente de quais sejam. Isto pressupõe que se questione sobre

como é que se relacionam. Sem qualquer reserva, podemos afirmar que se trata de um jogo de interesses. As fontes necessitam de um canal para divulgar a sua actividade e o jornalista precisa de matéria-prima que alimente a sua produção jornalística. Mas esta troca tende a reger-se por normas. Tendo em conta a sua missão quotidiana de luta contra o tempo, impõe-se rapidez no fornecimento da informação, que se quer oportuna, actual, exclusiva e rigorosa. Esse relacionamento deve basear-se em motivações como a colaboração, e confiança mútuas. Isto vai permitir a criação de rotinas entre ambas as partes. Mas deve prestar-se atenção a essas rotinas/relações, e ter algum cuidado com a proximidade em demasia que se possa criar.

Muito embora as várias definições dadas pela literatura, podemos definir fonte como uma entidade que fornece informação/dados ao jornalista. Este acto pode ser por iniciativa, ou por solicitação.

Também é possível encontrar várias classificações de fontes. De uma forma mais abrangente, podemos dividir as fontes em oficiais e oficiosas. As fontes oficiais referem-se sempre a uma entidade relacionada com os poderes públicos do Estado (Schmitz, 2011). As não oficiais, englobam o que fica de fora deste âmbito, como associações e anónimos.

Por condicionamentos diversos, os jornalistas têm mais propensão em se relacionarem com as fontes oficiais, e em número reduzido.

O acesso às fontes oficiais é muito condicionado, na medida em que existem critérios de escolha impostos (pelas fontes), como por exemplo o prestígio da publicação/jornalista e da linha editorial. Esta questão coloca-se, dado que é do interesse da fonte que a informação ventilada, seja efetivamente publicada. Daí que se deva alimentar uma boa relação

profissional, baseada sobretudo, na confiança. Mas as fontes oficiais não devem descurar a sua atenção a outras fontes, na medida em que, e tendo em conta o modo como estão a operar, poderão ajustar métodos de contacto/relacionamento com os jornalistas.

Se por um lado as fontes oficiais têm o caminho facilitado com os *media*, as fontes oficiosas lutam com dificuldades em verem a sua informação divulgada, na medida em que, as fontes oficiais acabam por ter um certo poder, exercer influência, e até controlar os jornalistas. Isto acontece não só quando pretendem divulgar informação mas até quando não geram qualquer informação.

Muito embora a importância das fontes oficiais, as não oficiais têm vindo a ganhar o seu espaço, até porque os jornalistas não podem depender exclusivamente das primeiras. Por outro lado, as não oficiais, acabam por dar uma outra riqueza ao jornalismo, pela imprevisibilidade e autenticidade que trazem à notícia.

Ainda na sequência do estabelecimento de relações de confiança entre jornalista e fonte, surge uma questão pertinente: a da confidencialidade. Não só por uma questão de ética profissional, mas também por uma questão de preservar e proteger.

O cultivo de fontes de informação depende da importância da informação fornecida, da confiança entre as partes (jornalista e fonte) e ainda do tempo que o jornalista dispõe para escrever. Neste aspecto, a criação de rotinas e cooperação são de extrema importância. Daí as fontes tratarem os jornalistas de forma diferente. Esta confiança pode originar alguma pressão por parte das fontes, e quando o grau de “intimidade” é elevado,

nem sempre é possível manter o distanciamento, que em algumas situações, se impõe.

Mas nem sempre o processo de interacção entre fontes e jornalistas assim foi. Este processo tem vindo a sofrer alterações ao nível social, cultural e profissional. Tem-se verificado, por um lado, o aumento de jornalistas, e por outro, as organizações têm vindo a dotar-se de estruturas relacionadas com as relações públicas e a assessoria de imprensa, recrutando, para lá exercer funções, jornalistas experientes.

Realce-se ainda que, devido ao elevado *turnover* na classe jornalística, o relacionamento com as fontes pode revelar-se efémero. Por outro lado, também se verificam mudanças ao nível das fontes, por força da dança de mudanças de cargos.

5. Os *media* e a construção de uma imagem

Os *media* têm o poder de arruinar ou elevar a imagem de uma organização, na medida em que os conteúdos jornalísticos acabam por exercer uma influência muito grande junto do público. A imagem pode ser projectada para o interior - auto-imagem - e para o exterior - imagem pública - (Sousa, 2004), e é sobre esta última que iremos reflectir.

Sendo esta uma problemática bem documentada e objecto de pesquisa aprofundada, não cabe neste contexto abordar todas as suas implicações. Tomemos, ainda assim, alguns elementos de relevância para os fins concretos desta investigação.

Vejamos, então, de forma breve e sucinta, o que é a imagem de uma organização. Pode-se dizer que é a percepção que os públicos pensam dela (Sousa, 2004). Pode ainda ser definida como o conjunto de

significados que uma pessoa associa a uma organização (Minguez, s.d.). Ou seja, neste caso, o autor quis referir-se à imagem corporativa. Baines & Egan (2004) definiram imagem corporativa como uma impressão que se tem de uma organização, baseada em conhecimentos e experiências.

Mas essa impressão não é uniforme, dado que cada indivíduo tem as suas próprias impressões, conhecimentos e experiências, que dependem se está ou não bem informado acerca da organização (Baines & Egan, 2004). Estes autores defendem que existem diversos tipos de imagem que devem ser considerados. Em nosso entender a imagem actual também é bastante importante, uma vez é determinada por aquilo que os públicos (interno e externo) percebem da organização. Isto vai reflectir a existência de imagens diferentes consoante o público em causa, podendo gerar aquilo a que os autores chamaram de “imagem múltipla”.

PARTE II - METODOLOGIA E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Feito o enquadramento conceptual e teórico da investigação, passaremos nesta secção do trabalho, à apresentação da metodologia que utilizaremos neste estudo, bem como aos procedimentos que lhe correspondem e à apresentação do desenho da análise empírica.

1. A análise de conteúdo no âmbito dos métodos de pesquisa

Muito embora tenhamos assistido nos últimos anos à emergência de conteúdos informativos *online*, a imprensa continua a ser um meio vital de divulgação de informação junto de alguns públicos (Bland, Teaker, & Wragg, 2005), pelo que o presente trabalho se vai basear numa análise de conteúdos jornalísticos provenientes da imprensa em papel. Tendo em conta que este trabalho se insere no campo das ciências da comunicação, tomaremos como instrumento de análise, aquele que é um dos seus métodos de pesquisa mais utilizados: a análise de conteúdo.

Esta metodologia surgiu nos Estados Unidos, no início do século XX, como um método quantitativo para análise de conteúdos jornalísticos (Sousa, 2004). Permite a obtenção de dados quantitativos, o que vai proporcionar mais rigor à pesquisa, e permite ainda a elaboração de conclusões numéricas, facilitando o cruzamento de informação e a elaboração de gráficos e tabelas (Sousa, 2006).

Na análise de discurso podem apontar-se dois procedimentos essenciais (Sousa, 2006):

- identificação dos pontos substantivos e
- classificação de acordo com categorias.

De acordo com Laurence Bardin, análise de conteúdo é “*Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos»*” (Bardin, 2008).

A análise de conteúdo caracteriza-se pelo facto de ter a capacidade de permitir avaliar uma grande quantidade de informação (Correia, 2011). Assenta numa perspectiva quantitativa, uma vez que se baseia numa análise numérica da quantidade de vezes que uma ocorrência/fenómeno acontece, permitindo desta forma, o estabelecimento de inferências, de acordo com categorias pré-definidas. Também se caracteriza por ser uma análise qualitativa, uma vez que se baseia na presença de um índice que pode ser materializado numa palavra, num tema ou numa personagem (Bardin, 2008).

Segundo Bardin (2008), a análise de conteúdo, organiza-se em três fases:

1 - a pré-análise – nesta fase procede-se à formulação de hipóteses, determinação de objectivos da investigação e à elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Há ainda lugar à escolha dos documentos a serem analisados e qual o seu universo, estabelecendo limites temporais ao estudo (Sousa, 2006). Após esta definição, procede-se à constituição de um *corpus*, ou seja, estabelece-se o conjunto dos documentos a serem analisados, obedecendo a critérios de escolha. Tais documentos devem ser numerados de modo a facilitar a análise. Conforme refere Sousa (2006), quando o universo de análise se torna demasiado extenso, torna-se necessário seleccionar uma amostra representativa. Este processo pode ser efectuado em duas fases:

- amostragem de fontes – as fontes são seleccionadas em função de determinados factores, como por exemplo a tiragem, ou uma amostra aleatória ou arbitrária de conveniência;

- amostragem em função de datas dependendo do tipo de estudo que se vai fazer. Caso se pretenda estudar a imagem actual de uma instituição, há que escolher o período em que o estudo se realiza. Se tal análise se prolongar por mais de um ano, pode-se estabelecer uma amostra representativa de cada ano, podendo ser do primeiro e do quinto ano.

2 - a exploração do material – nesta fase procede-se ao tratamento do material, ou seja, procede-se a operações de codificação, decomposição ou enumeração tendo por base regras pré-formuladas. Há ainda que determinar quais as unidades de registo, por exemplo uma categoria de palavras, um tema ou a frequência de aparição. Para além desta medição nominal, existe uma outra forma de quantificação por níveis de intervalo. Por exemplo, querendo avaliar o grau de positividade/negatividade, pode-se determinar uma escala por patamares (Sousa, 2006).

3 - o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação – nesta fase procede-se ao tratamento dos dados, selecção de resultados e interpretação dos mesmos. Segundo Sousa (2006), os procedimentos para o tratamento dos dados mais utilizados são cálculos de percentagens e médias, podendo também ser utilizados programas de estatística. Quanto à interpretação de resultados, o mesmo autor defende que esta deve ser feita com base em plataformas de comparação.

No caso de análise de discurso jornalístico, e para uma melhor interpretação dos resultados da análise, é importante ter em conta alguns elementos de contexto (Sousa, 2006). Assim:

- Órgão de comunicação objecto de análise – deve ter-se em conta o modelo e tipo de jornalismo praticados, o tipo de envolvimento dos cidadãos com o órgão de comunicação, a tiragem/audiência, o segmento de mercado, a periodicidade, propriedade, linha editorial, rede de captura de acontecimentos tecido pelo órgão de comunicação e os constrangimentos gerais da organização.
- Contexto do fenómeno a estudar – contexto social, político e económico do país onde o fenómeno em estudo decorre. O contexto directo do fenómeno – intervenientes, interessados, espectadores afectados, forças que moldam o fenómeno, consequências, etc.
- Conhecimento científico anterior – dados da teoria do jornalismo, da semiótica e linguística.

As análises de discurso, para além de pesquisas descritivas, também implicam uma revisão bibliográfica, tal como qualquer pesquisa científica. Geralmente, as análises de discurso, são estudos de caso, tal como acontece neste trabalho.

A opção pela análise quantitativa, qualitativa ou ambas, depende do objecto da pesquisa, das hipóteses, das perguntas de investigação e da metodologia.

1.1. Técnicas da análise de conteúdo

Das técnicas de análise de conteúdo estabelecidas por Bardin (2008), no presente trabalho, vai ser aplicada a análise categorial. É a mais antiga e a

mais utilizada e consiste na realização de operações de desagregação do texto em unidades, permitindo desta maneira uma análise temática.

2. Desenho da investigação

2.1. A organização objecto de estudo – ASAE

A ASAE foi criada pelo Decreto – Lei nº 237/2005, de 30 de Dezembro e surge da agregação de diversos organismos de fiscalização que foram extintos. De acordo com o Artigo 2º daquele diploma, a ASAE é um serviço da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa na dependência hierárquica do ministro da tutela – Ministério da Economia. É a autoridade administrativa nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização económica. É ainda a autoridade nacional de coordenação do controlo oficial dos géneros alimentícios e o organismo nacional com os outros Estados membros, sendo responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, bem como pela disciplina do exercício das actividades económicas nos sectores alimentar e não alimentar, através da fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora. A ASAE é um órgão de polícia criminal.

2.2. Questões de investigação

Foram estabelecidas as seguintes questões de investigação gerais:

- Como é que a ASAE é notícia?
- Qual o processo de construção noticiosa da ASAE?
- Qual a imagem criada pelas notícias sobre a ASAE?

2.2.1. Questões de investigação específicas

Para além das perguntas de investigação já mencionadas, e para cada uma delas, vão ainda ser formuladas algumas questões mais específicas. Assim:

Quadro nº 2 – Questões principais vs questões específicas

Questão principal	Sub-questões
Como é que a ASAE é notícia?	Qual o género jornalístico mais utilizado para noticiar a ASAE?
	Qual o posicionamento da ASAE na peça jornalística?
Qual o processo de construção noticiosa sobre a ASAE?	Qual a origem das notícias publicadas sobre a ASAE?
Qual a imagem criada pelas notícias sobre a ASAE?	A imagem criada pelo público externo é a mesma percebida pelo público interno?

2.3. Objectivos

Para a realização deste trabalho, foram estabelecidos dois objectivos principais e dois objectivos secundários:

1 – Objectivos principais

- Compreender os mecanismos de construção de notícias sobre organizações
- Identificar padrões de imagem pública acerca de uma organização

2 – Objectivos secundários

- Compreender a relação entre as fontes organizacionais e os *média*
- Compreender a interdependência entre as fontes institucionais e os jornalistas da imprensa escrita

3. Relação entre as questões de investigação e os objectivos

Quadro nº 3 – Questões de investigação vs Objectivos

Questões da investigação	Objectivos
Como é que a ASAE é notícia?	Compreender os mecanismos de construção de notícias sobre organizações
Qual o processo de construção noticiosa da ASAE?	
Qual a imagem criada pelas notícias sobre a ASAE?	Identificar padrões de imagem pública acerca de uma organização

Quanto aos objectivos secundários, pretende-se compreender a relação entre as fontes organizacionais e os *media*. Ou seja, pretende-se fazer uma abordagem, ainda que sucinta, à comunicação organizacional e qual a relação que uma organização mantém com os órgãos de comunicação social. Porque o sucesso de uma organização, também depende da imagem que os *media* passam dela.

É ainda nosso objectivo, compreender a interdependência entre as fontes institucionais e os jornalistas da imprensa escrita. Esse tipo de relacionamento vai acabar por influenciar a produção jornalística, na medida em que a credibilidade de uma notícia depende da sua fonte.

4. Definição do universo de análise

Como universo de análise foi escolhida a imprensa escrita em Portugal. Dada a enorme diversidade/quantidade de títulos, e até por uma questão de operacionalidade de análise, foram escolhidos dois jornais generalistas a nível nacional: o Correio da Manhã (CM) e o Diário de Notícias (DN). Tal escolha deveu-se a motivos distintos. O CM, por estar conotado como um jornal popular/tabloide e o DN, porque se tratar de um jornal de referência nacional. Estes dois títulos, são as variáveis independentes do estudo em causa.

5. Selecção da amostra

Devido à complexidade de análise de todos os títulos da imprensa escrita em Portugal sobre a ASAE, bem como o extenso período temporal (entre 2006, ano da criação da instituição e 2012, ano do início da elaboração do presente trabalho), tornou-se crucial determinar uma amostra de análise para a realização deste estudo, que se pretende ser comparativo. Assim, o mesmo vai ser efectuado em dois períodos temporais, separados por 5 anos, uma vez que se trata de um espaço temporal significativo para avaliar a evolução de uma identidade institucional. Ou seja, vai ser retirada uma amostra do ano de 2007, uma vez que foi um ano de consolidação em termos de actuação da ASAE, e consequentemente em termos de surgimento de notícias e outra amostra no ano de 2012, ano de início da realização do estudo, conforme já referido. Foram ainda escolhidos 3 meses em cada ano – Janeiro, Maio e Setembro. Tal escolha deve-se ao facto de excluir do estudo os meses de Agosto e Dezembro, por serem meses atípicos em termos de surgimento de notícias.

A pesquisa foi efetuada tendo por base os cadernos principais dos jornais objecto de estudo.

5.1. O Correio da Manhã

Conotado como o maior tabloide nacional, o CM é um matutino generalista e diário, que pertence ao grupo Cofina. Está sediado em Lisboa e foi fundado em 1979, tendo iniciado a sua publicação em 19 de Março.

Em 2 de Janeiro de 2009, entrou em vigor a republicação do seu estatuto editorial, do qual destacamos os seguintes pontos:

- *“Projecto jornalístico de informação geral centrado nos interesses do leitor”*
- *“tem os seus leitores como único universo a servir”*
- *“acolhe o dever de informar ... e a necessária independência da atividade jornalística”*

O CM é o diário nacional com maior quota de mercado, segundo Associação Portuguesa para o Controlo da Tiragem e Circulação (dados de 2011), no segmento dos jornais diários, com uma percentagem de 43.8%, com uma larga vantagem em relação ao segundo classificado no *ranking*, o Jornal Notícias.

Quadro nº 4 – Quotas de mercados

Ano Jornal	2007	2008	2009	2010	2011
Público	13,0%	12,5%	11,8%	11,4%	11,6%
Correio Manhã	35,9%	34,9%	37,4%	41,9%	43,8%
24 Horas	11,2%	11,0%	8,2%	5,4%	-
Jornal Notícias	28,6%	29,8%	28,1%	28,3%	29,8%
Diário Notícias	11,3%	11,8%	10,4%	9,8%	11,9%
i	-	-	4,1%	3,2%	2,9%

Fonte: Associação Portuguesa para o Controlo da Tiragem e Circulação

5.2. O Diário de Notícias

É propriedade da Global Notícias Publicações S.A. e conta já com quase 150 anos de existência. Foi fundado em 1864 por Eduardo Coelho, jornalista e escritor e por Tomáz Quintino Antunes, industrial tipográfico.

Apesar de ter uma quota de mercado bastante inferior ao CM, o DN é considerado como um dos jornais generalistas de referência em Portugal. Em Janeiro de 2012, a tiragem média da edição em papel, foi de 49 744 exemplares (Web site do Diário de Notícias).

Da análise do seu estatuto editorial, salientam-se as seguintes linhas de orientação: o principal objectivo de assegurar ao leitor o direito a ser informado com verdade, rigor e isenção, mas não violando o normativo da Constituição Portuguesa. Um outro aspecto que merece ser ressaltado, tem a ver com a verificação escrupulosa das fontes utilizadas

identificando-as com precisão. O DN hierarquiza o seu noticiário de acordo com critérios de natureza jornalística, avaliando a sua importância relativa, com objectividade e não de acordo com apriorismos ideológicos e ainda com seriedade e sem apelo ao sensacionalismo.

PARTE III – ANÁLISE EMPÍRICA

1. O *corpus* da análise

Após determinação do universo e da amostra, torna-se necessário determinar igualmente o *corpus* da análise. Segundo Bardin (2008), “*corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos*”. Ou seja, no caso do presente estudo, o *corpus*, são as peças noticiosas publicadas onde a ASAE foi referenciada, nos periódicos escolhidos.

A delimitação do *corpus*, deveu-se aos seguintes critérios:

- peças jornalísticas publicadas nos cadernos principais e
- utilização de qualquer peça jornalística.

2. Apresentação da amostra

Conforme já referido, o presente estudo comparativo, baseou-se numa análise de discurso, numa vertente qualitativa e quantitativa, tendo sido analisados os anos de 2007 e 2012, dos quais foi retirada uma amostra composta por três meses – Janeiro, Maio e Setembro.

Foram analisadas 129 peças jornalísticas, que constituem o dossier de imprensa constante no Anexo I, com a distribuição constante no quadro seguinte:

Quadro nº 5 – Número de peças publicadas

Correio Manhã						Diário Notícias					
2007			2012			2007			2012		
Jan	Maio	Set	Jan	Maio	Set	Jan	Maio	Set	Jan	Maio	Set
9	9	11	12	17	11	5	8	14	13	17	3
29			40			27			33		
69						60					
129											

No sentido de responder às perguntas da investigação, foram desenhadas as grelhas constantes no Anexo II. Cada peça foi numerada sequencialmente de acordo com o seguinte critério: Correio da Manhã, ano de 2007 e 2012, seguido do DN, ano de 2007 e 2012 e foi analisada em função das seguintes variáveis:

- 1 - posição na peça em que a ASAE é mencionada (título, entrada, lead, desenvolvimento e outra);
- 2 - género jornalístico (notícia, artigo de opinião, breve, documento e entrevista);
- 3 - objecto (se a ASAE foi o actor principal da peça, ou se surgiu de forma marginal);
- 4 - palavra-chave (foi determinada qual a palavra-chave encontrada na peça);
- 5 - índice de classificação da peça (foram estabelecidos os seguintes índices – actuação, queixas/denúncias, competências e questões profissionais);
- 6 - tom (foram estabelecidos três tons percebidos na análise da peça – positivo, negativo e neutro);

- 7 - ASAE fonte (foi determinado se a fonte da peça foi a ASAE);
- 8 - fonte referida (a análise determinou ainda se a fonte foi ou não referida e em caso afirmativo, se era oficial ou oficiosa);
- 9 - origem da peça (se a peça foi produção própria do jornal, se foi proveniente de agência noticiosa ou se foi outra).

De salientar que no ponto 2, se mencionou “documento” como género jornalístico, de acordo com a classificação de Sousa (2004). Esta classificação, e de acordo com o autor, tem a ver com o facto de uma peça, ou parte dela, funcionar como *background* informativo, fornecendo informação sobre, por exemplo, dados estatísticos ou cronologia de factos históricos.

Esclarecemos ainda que, no ponto 9, se utilizou a nomenclatura “outra”, onde foram inseridas, nesta categoria, os casos em que não foi possível apurar a autoria da peça, recorrendo-se apenas à análise do discurso (Sousa, 2004).

PARTE IV – APRESENTAÇÃO DE DADOS

1. Apresentação de dados

Iremos agora proceder ao levantamento e caracterização da amostra.

No que se refere à publicação de peças jornalísticas, em 2007, CM publicou 29 e o DN 27. Em 2012, o CM publicou 40 peças, e o DN 33. Nos gráficos seguintes, pode-se verificar a sua distribuição por ano e por mês:

Gráfico nº 1 – Distribuição mensal das peças publicadas em 2007

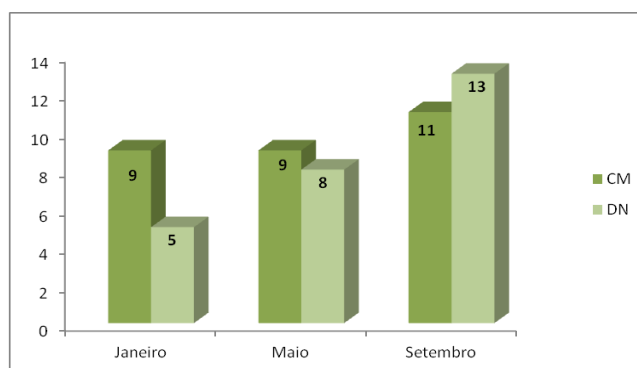
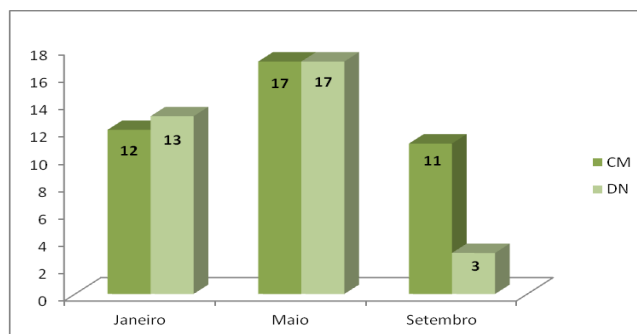


Gráfico nº 2 – Distribuição mensal das peças publicadas em 2012



Em 2007, não existe grande variação na publicação de peças em ambas as publicações. No entanto, o mês de Setembro acaba por se destacar com um aumento de publicações, muito embora pouco significativa. Em 2012, a tendência manteve-se, à excepção, também do mês de Setembro,

para o DN que, neste ano, apresentou uma baixa significativa em relação aos meses anteriores.

Vamos agora proceder à exposição dos resultados apurados de acordo com as variáveis de análise estabelecidas.

Quanto à localização em que a ASAE é posicionada na peça, salienta-se claramente a preferência pela entrada, logo seguida desenvolvimento e do título. O lead apresenta percentagens muito baixas. De salientar que em 2007, o DN afasta-se desta tendência, com uma percentagem de 63% no título (Tabela nº 1).

No que se refere ao género jornalístico onde a ASAE foi mais citada, e em termos gerais, a notícia prevalece sobre os restantes géneros jornalísticos, logo seguido pelas breves. Salienta-se o facto de, em 2012, a citação nas breves no CM, são quase o dobro das do DN. Em 2007, a ASAE apenas foi citada num artigo de opinião no CM da autoria de Emídio Rangel, onde se congratulou com a actuação da ASAE em termos da defesa dos consumidores. No DN não se encontrou nenhuma entrevista onde a instituição fosse mencionada, à excepção da publicação de uma entrevista dada pelo então Inspector-geral da ASAE. Quanto aos artigos de opinião, em 2012, mais uma vez a presença da ASAE é superior no CM (23% contra 18% no DN). No género “Documento”, as percentagens são relativamente baixas nos dois anos. Em 2012 surge, pela primeira vez, uma entrevista dada pelo Presidente do Colégio de Oftalmologia da Ordem dos Médicos, à data, onde é referida a ASAE, mas de forma marginal e a título exemplificativo (Tabela nº 2).

Em 2007, a ASAE, no CM foi actor principal na peça, em 76% das ocasiões, enquanto no DN foi 93%. Como papel secundário, surge em 34% das vezes no CM e em apenas 7% do DN. Quando citada como objecto marginal, a ASAE é mencionada pela referência às suas

competências, por ter participado em acções conjuntas com outras entidades e algumas vezes de modo avulso.

Em 2012, a ASAE surgiu como actor principal em cerca de metade das peças publicadas no CM. No DN, aparece apenas em 24% dos casos. Como actor secundário, a ASAE aparece em 49% das publicações no CM e em 76% no DN (Tabela nº 3).

Quanto aos termos mais utilizados, apurou-se o seguinte:

Quadro nº 6 - Palavras-chave em 2007

Lugar	CM	DN
1º	Fiscalização	Apreensão
2º	Apreensão	Encerramento
3º	Detenção	Existem várias em igual número

Quadro nº 7 - Palavras-chave em 2012

Lugar	CM	DN
1º	Apreensão	Dumping, Vendas com prejuízo e apreensão
2º	Detenção	Ilegalidade, Fiscalização e Investigação
3º	Investigação e Fiscalização	Existem várias em igual número

Tanto em 2007 como em 2012, os termos mais utilizados estão relacionados com a actuação do organismo.

Acresce referir que, em 2012, em quatro artigos de opinião publicados pelo CM, não foi possível identificar qualquer palavra-chave, devido à diversidade de temas abordados em cada um. No DN, não foi possível

fazer esta identificação em três notícias e em igual número de artigos de opinião.

Para catalogação das peças, foram determinados os seguintes índices:

- Actuação
- Competências
- Queixas/denúncias
- Institucional
- Questões profissionais

Em 2007, e no caso do CM, foi possível indexar as peças analisadas a 3 índices – Actuação, Competências e Queixas/Denúncias. No DN, apenas foram identificados os índices “Actuação” e “Competências”, surgindo o “Institucional”, pela primeira vez.

Em 2012, foi possível identificar nas peças publicadas com todos os índices estabelecidos (Tabela nº 4).

Ambos os jornais privilegiaram a actuação da ASAE, muito embora em 2012, o DN tenha dado mais destaque às competências, mas com percentagens muito próximas.

Quanto ao tom percebido nas peças jornalísticas, destaca-se claramente o positivo. Com um tom negativo, em 2007 não se verificou qualquer situação no CM e em 2012 a percentagem de peças com um tom negativo sobe para os 25%. Quanto ao tom neutro, em 2007, os valores não excedem os 10% e em 2012, o CM e o DN apresentam percentagens muito próximas (Tabela nº 5).

De acordo com os dados constantes na Tabela nº 6, em 2007, constata-se que no CM, apenas em cerca de um terço dos textos publicados, há uma clara referência à ASAE como fonte da informação. No DN, os dados são

precisamente o contrário. Apenas em cerca de um terço das peças, a ASAE não é fonte.

Em 2012, e em ambos, a ASAE, não foi fonte de informação em mais de 80% das peças publicadas. E foi fonte, em apenas 10% no CM e em 18% no DN.

No que se refere ao facto de a fonte ser referida, e se foi oficial ou oficiosa, em 2007, o DN apresenta mais do dobro de referências à fonte (73%) que o CM (34%). Em 2012, ambos apresentam a mesma percentagem (53%). Em termos de citação de fontes oficiais, ambos apresentam percentagens próximas. O CM recorre mais a fontes oficiais que o DN, à excepção do ano de 2012, em que esta publicação apresentou uma percentagem de 27,7%. O CM detém o monopólio de não citação da fonte, tanto em 2007, como em 2012 (Tabela nº 7).

Por último, e no que se refere à origem da notícia, resultou que o CM no ano de 2007, num universo de 29 peças, 15 são provenientes de produção própria e o DN, num universo de 27 peças, 16 são originárias da redação. O recurso a agências noticiosas apenas se verificou no CM, em 14 % das situações. Os restantes 38%, no CM e 41% no DN, correspondem a situações em que não se conseguiu identificar qualquer referência à sua origem.

Em 2012, foi apurado que a maioria das notícias publicadas no CM e no DN, são da autoria dos seus jornalistas e colaboradores. O recurso (por menção clara) a agências noticiosas é muito baixo. Nos acasos em que foi impossível apurar a autoria do texto, e se procedeu apenas à análise do discurso, os resultados foram colocados na coluna “Outra”. Esta situação

apresentou percentagens muito próximas - 28% no CM e 24% no DN (Tabela nº 8).

Para além dos resultados acima apresentados, foi ainda feita uma análise aos acontecimentos comuns publicados pelos dois jornais em cada mês de análise. Dessa análise resultou o seguinte:

- Em Janeiro de 2007, a tónica foi dada à apreensão de 12 toneladas de carne estragada, à retirada de tabaco do mercado por conter índices de alcatrão e monóxido de carbono acima do estipulado por lei e ainda o encerramento de três postos de combustível em Estremoz.
- No mês de Maio de 2007, foi dado destaque à aplicação de coimas por se fumar em locais públicos, a uma operação levada a cabo em todo o país, que levou ao fecho de padarias por falta de higiene, à operação que teve lugar na feira de Vilar Formoso e ainda no encerramento de bares e discotecas em Lisboa e Sintra.
- Quanto a Setembro de 2007, as notícias em comum foram relativas a uma operação na feira de Viana do Castelo, as operações noturnas levadas a cabo na noite do Porto, no âmbito da Operação Noite Branca, à luta contra o bioterrorismo e ainda à descoberta de falsificação de azeite.

Em 2012, conclui-se o seguinte:

- Janeiro – o assunto em destaque neste mês, foram as apreensões de leite no Continente e no Pingo Doce, por suspeita de *dumping*.
- Maio – sem margem de dúvida, no mês de Maio, foi dada ampla cobertura à campanha do dia 1 de Maio do Pingo Doce e às suas

consequências. Uma outra notícia em comum teve a ver com a cobrança de copos de água por um café da praia da Ilha de Faro.

- Setembro – neste mês, o único tema que mereceu a atenção dos dois jornais, teve a ver com a publicação da nova lei orgânica da ASAE, tendo sido dado algum ênfase às regras decorrentes da lei.

2. Interpretação dos resultados

No que se refere ao número de peças publicadas, referenciando a ASAE, nos dois anos de análise, o CM, em 2012, publicou 40 peças, ou seja, mais 11 que em 2007, a que corresponde um aumento em termos percentuais de 27,5%. O aumento foi mais significativo no mês de Maio, onde se publicaram quase o dobro das peças em relação ao ano de 2007, muito devido à cobertura dada à campanha do dia 1 de Maio, levada a cabo pelo Pingo Doce. Em 2012 o DN, publicou 33 peças jornalísticas, também mais 6 que no ano de 2007, o que corresponde a um aumento de 18,1%.

Convém salientar que, por força de acontecimentos mediáticos, as notícias são orientadas para os mesmos, dando-se, desta forma, primazia ao imediato (Traquina, Silva, & Calado, 2007), em detrimento de outros assuntos, condicionando o aparecimento de outras notícias.

Nestes dois anos de análise, salientam-se alguns acontecimentos mediáticos que poderão ter influenciado e condicionado a publicação de notícias: em 2007, no mês de Maio, o desaparecimento de Madeleine McCann no Algarve. Em 2012, no mês de Janeiro, o naufrágio, do cruzeiro *Costa Concordia* no Mediterrâneo. Em Maio, as eleições presidenciais em França, e em Setembro, a realização dos *Jogos*

Paralímpicos de Verão em Londres, nos quais os atletas portugueses obtiveram bons resultados.

Irá agora proceder-se ao relacionamento entre as questões de investigação e respetivos objetivos, com os resultados obtidos:

- Questão de investigação, “Como é que a ASAE é notícia?” (esta análise é feita do ponto de vista do género jornalístico) e “Qual o processo de construção noticiosa da ASAE?”, a que corresponde o objectivo “Compreender os mecanismos de construção de notícias sobre organizações”, apurou-se o seguinte: em ambas as publicações, as notícias e as breves são os géneros jornalísticos mais utilizados. No entanto, o DN privilegia as notícias e o CM as breves. Tanto no CM como no DN, apurou-se que a maior parte das peças são produção própria, quer pela mão da redacção, quer por intermédio de colaboradores “residentes”. O recurso a agências noticiosas é muito escasso. Em menos de metade dos casos, não foi possível apurar a origem do seu conteúdo. Em mais de 70% das peças, a sua origem foi em fontes oficiais. No entanto, e quando a análise é feita do ponto de vista de citação da fonte, comparativamente, o CM, cita menos vezes que o DN. As fontes oficiais dominam o processo de produção noticiosa. O recurso a fontes oficiosas, em 2007 é superior no CM e em 2012 é superior no DN. Pode-se daqui concluir pela falta de preocupação em ir à origem validar informação. A título exemplificativo, podemos mencionar uma peça publicada no dia 2 de Setembro, no CM e no DN, que refere a ASAE com novas regras e mais poder. Tal notícia, como decorre da leitura do artigo publicado no DN, surgiu na sequência da publicação da nova lei orgânica. Ora, em termos gerais, as regras e o poder agora mencionados, são os mesmos que existiam antes. Escreveu-se ainda

sobre as áreas de actuação da ASAE, que também continuaram a ser as mesmas e ainda que se trata de um órgão de polícia criminal, como já o era. Ou seja, lançou-se uma informação que, aparentemente, apenas teve como objectivo de chamar a atenção do leitor, mas que no fundo não traz nada de novo.

- Questão de investigação “Qual a imagem criada pelas notícias sobre a ASAE”, a que corresponde o objectivo “Identificar padrões de imagem pública acerca de uma organização”, constatou-se que na grande maioria das peças, o tom percebido é positivo em ambas as publicações. Os valores encontrados nos casos em que foi identificado um tom negativo, são bastante baixos e apenas identificados no DN. O mesmo acontece nas situações conotadas como neutras. Daqui se infere que, no geral a imprensa passa uma imagem positiva da ASAE ao público.

Mas não nos devemos esquecer que, se para o público externo, por um lado, a imprensa até passou uma imagem positiva aos leitores, por outro, temos de ter em conta que, a partir de Setembro de 2012, se iniciou uma colaboração regular do, à data, Presidente da Associação Sindical da ASAE (ASFASAE), Luís Pires da Silva, que na maioria dos seus artigos de opinião, acabou por transmitir uma imagem negativa da organização, muito devido a problemas laborais e internos da própria instituição.

Quanto aos objectivos secundários, e da análise efectuada, conclui-se o seguinte:

- Compreender a relação entre as fontes organizacionais e os *media* – da análise dos dados conclui-se que nos dois anos de análise, a percentagem de fontes oficiais referidas, apresenta valores elevados, o que leva a concluir a preocupação da imprensa em dar credibilidade à informação

publicada. Por outro lado, também demonstra o bom relacionamento com tais fontes, na medida em que facultam a informação e estão disponíveis a colaborar.

- Compreender a interdependência entre as fontes institucionais e os jornalistas da imprensa escrita – em 2007, foi mais comum encontrar peças em que a ASAE foi fonte, na medida em que na altura, existia um gabinete de imprensa que, com regularidade, enviava comunicados à comunicação social a dar conhecimento das acções levadas a cabo pelo organismo. No entanto, isto apenas se verificou no DN, que conforme já referido apresenta uma maior percentagem de referências a fontes oficiais.

Em 2007, apenas foi encontrado um artigo de opinião onde a ASAE foi indicada, publicado no CM. Em 2012, e ainda no CM, verificou-se um aumento para 24%, contra os 3% de 2007. Para este aumento, muito contribuiu a publicação semanal de artigos de opinião, do então Presidente da ASFASAE, conforme já referido. No DN, em 2012, apenas em 6 artigos de opinião, foi feita alusão à ASAE.

Em 2007, a ASAE surge em 76% das vezes como objecto principal na peça. Por ser uma organização com apenas um ano de atividade, continuou a gerar alguma curiosidade e interesse por parte dos *media*. Por outro lado, o seu modo de actuação, muito rígido, e a consequente imagem que essa mesma actuação passou à população, o facto de, com frequência, no decurso das acções de fiscalização, se fazer acompanhar pela comunicação social, tornou-se um alvo apetecível para os órgãos de comunicação social. Em 2012, e muito embora continue com a mesma missão, a ASAE surge quase que em igual percentagem tanto a nível

principal como marginal. Parece que o interesse exagerado de há 5 anos atrás se desvaneceu.

Nos casos em que é actor secundário, ou marginal, ASAE é mencionada a título avulso, algumas vezes sem qualquer relação com o teor da peça. Por vezes surge a título de exemplo, ou até nem se percebendo o motivo de tal alusão.

Quanto à localização no corpo da notícia, onde a ASAE é mais referida, de salientar que no CM, em 2007 e 2012, está mais presente no título e na entrada, aliás onde deve ser colocada a informação mais importante, de modo a captar a atenção do leitor. Tal pode-se justificar pelo facto do CM ser um tabloide e como tal, a necessidade constante de chamar a atenção do leitor.

O DN, em 2007, privilegiou o título, a entrada e o desenvolvimento com valores próximos e em 2012 a entrada e o desenvolvimento. Pode-se concluir que, se em 2007, também o DN tinha como objectivo o chamar a atenção do leitor, através do título, a preocupação em 2012, passou a ser o de informar mais e chamar menos à atenção.

Quando se fez uma correspondência entre as palavras-chave em comum nos dois anos, conclui-se que eram as seguintes: apreensão e fiscalização. Em ambos os jornais, o enfoque é claramente colocado na actividade operacional desenvolvida, tal como se verificou na classificação das peças em função dos índices determinados.

Salienta-se ainda o índice “questões profissionais”, apareceu apenas em 2012, com uma percentagem de 16%. Este surge em consequência dos artigos de opinião do Luís Pires da Silva.

Um outro facto importante de salientar, tem a ver com o facto de, em 2007, e em ambos os jornais, a ASAE foi muito mais vezes fonte que em 2012. Esta situação justifica-se pelo facto de em 2007 ter existido um

assessor de imprensa que regularmente alimentava a comunicação social com comunicados. Muito embora se desconheça desde quando o assessor de imprensa tenha deixado essas funções, é certo que em 2012, já não existia. Uma outra consequência desta situação, tem a ver com o surgimento de peças jornalísticas que mencionam operações nas quais a ASAE participou, mas sempre do ponto de vista de outra entidade, que terá sido quem remeteu a informação à imprensa.

Da análise à origem da notícia, pode-se inferir que o CM não depende de terceiros para elaborar peças jornalísticas e também não valida muito a informação junto da fonte, dado que em 66% das peças publicadas em 2007 e em 46% das peças em 2012, a fonte não é referida. Esta situação denota uma falta de rigor na escrita.

Por último acresce referir, que não nos foi possível fazer qualquer tipo de consideração sobre os factores políticos que possam ter condicionado o processo de produção jornalística sobre o tema em causa.

CONCLUSÃO

Antes das conclusões propriamente ditas, importa aqui salientar algumas limitações que este estudo acabou por revelar. As peças observadas, poderiam ter sido analisadas sob outros pontos de análise (como por exemplo as chamadas à primeira página se a peça foi publicada em página par ou ímpar e a dimensão da mesma), facto que poderia ter enriquecido o trabalho. No entanto, se a informação em análise fosse demasiado extensa, a sua compilação poderia revelar-se complexa e poderia perder-se o objectivo principal do trabalho.

Outro ponto relevante que poderia ter sido tido em conta, tem a ver com realização de auditorias de imagem (interna e externa), que poderia passar pela análise do discurso e pela pesquisa de opinião. Seria importante conhecermos quais os efeitos na imagem pública passíveis de serem considerados numa relação de causa-efeito das notícias. A realização de trabalho de campo, junto de leitores dos jornais aqui analisados, seria uma ferramenta a considerar.

Por outro lado, este estudo de caso comparativo, por motivos de operacionalidade, apenas se baseou em dois títulos da imprensa nacional. Noutra investigação, seria interessante desenvolver esta análise, alargando a mesma, a mais títulos, dentro da mesma linha editorial, o que permitiria estabelecer um padrão de jornalismo para jornais de referência e para tabloides. Mais ambicioso, seria ainda alargar este tipo de investigação a outros órgãos de comunicação social, o que levaria, neste caso, a estabelecer as similitudes e/ou diferenças na produção jornalística em Portugal, nas várias vertentes.

Quanto aos resultados obtidos, é de apontar as seguintes conclusões:

– Verificou-se uma centralização no acontecimento, que foi a actividade da ASAE. As peças limitaram-se a descrever o que aconteceu e quais os

resultados, recorrendo frequentemente a termos como *fiscalizou, deteve, apreendeu, encerrou*.

– A cobertura dada à ASAE é essencialmente factual, em detrimento de interpretações opinativas e analíticas, que aparecem com valores muito residuais.

– Os jornais estudados primam pela produção própria das suas peças jornalísticas, recorrendo muito pouco a agências noticiosas. No entanto, existe alguma informação publicada de que não foi possível identificar a origem.

– O género jornalístico mais utilizado foi a notícia, logo seguida pelas breves. Foi frequente encontrar este género jornalístico nas últimas páginas, ou nas secções de fecho, o que traduz o acesso à informação perto da hora de fecho, não permitindo o desenvolvimento do acontecimento sob outra forma.

– As citações de fontes oficiais são predominantes, o que garante credibilidade e rigor. Mas quando a análise versou sobre a referência à fonte, o DN revelou uma maior cautela, o que leva a sugerir que há uma preocupação em confirmar o acontecimento.

Podemos assim concluir que a ASAE é noticiada do modo seguinte:

- com o género jornalístico “notícia” (mais no DN) e “breve” (mais no CM);
- através de produção própria dos jornais, e menos com recurso a agências;
- maioritariamente com recurso a fontes oficiais;
- com mais fontes oficiosas no CM que no DN;
- com baixos índices de outras fontes.

Deste tratamento, resulta uma imagem noticiosa:

- com um tom positivo em relação à sua acção;
- associada à actividade operacional desenvolvida, onde sobressaem os termos “apreensão” e “fiscalização”.
- tom negativo associado a questões de índole sindical.

Entre 2007 e 2012 não são relevantes as alterações nas palavras-chave encontradas no tratamento noticioso. Destacamos apenas a diminuição consistente, em ambos os jornais estudados, da identificação das fontes das notícias.

Para além destas conclusões, directamente relacionadas com as questões de investigação, os dados apurados permitem ainda sugerir o seguinte:

- houve temas que mereceram tratamento comum por parte dos dois jornais, o que provavelmente assinala efeitos explicados pela teoria organizacional referida na parte inicial deste trabalho;
- a acção das assessorias de imprensa, e da própria organização enquanto fonte, terá sido determinante no processo de construção noticiosa da ASAE, “alimentando” os *media* com notícias sobre a sua actividade, e dando-lhe um pendor positivo.

Esta interpretação, que carecerá de validação empírica noutro estudo, resultará numa apreciação positiva em relação ao sucesso da relação com os *media*, do ponto de vista da organização estudada, ao mesmo tempo que sugere as instituições mediáticas demasiado dependentes das relações com as fontes e pouco dinamizadoras de outras formas de investigação/aprofundamento jornalístico.

Tendo em consideração a formulação que dá título à presente pesquisa “Como é que a ASAE é notícia?”, acreditamos que lhe demos resposta. Naturalmente, como em qualquer trabalho desta natureza, foi de forma

reduzidora, incompleta e em acordo com uma perspectiva bem definida. Tal como qualquer outra investigação, a presente encontra-se circunscrita aos elementos que tomou para análise, ao enquadramento tomado à partida e à metodologia adoptada. Outras opções seriam igualmente válidas e possíveis. Cremos que serão mesmo desejáveis. Não obstante, consideramos que a promessa e o desafio enunciados no título foram, ao longo deste trabalho, conseguidos de forma satisfatória.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV. (s.d.). Estatuto Editorial do Correio da Manhã.
- AAVV. (s.d.). Estatuto Editorial do Diário de Notícias.
- Baines, P., Egan, J., & Frank, J. (2004). *Public Relations - Contemporary Issues and Techniques*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bland, M., Theaker, A., & Wragg, D. (2005). *Effective Media Relations - How to Get Results*. London: Kogan Page.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Circulação, A. P. (s.d.). <http://www.apct.pt>. Obtido em 21 de Outubro de 2012, de <http://www.apct.pt>
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, J. C. (2011). *O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*. Covilhã: Livros LabCom.
- Decreto – Lei nº 237/2005 “D. R. Série I - A” nº 250 (2005-12-30), 7486
- Minguez, N. (s.d.). *Un marco conceptual para la communication corporativa*. Obtido em 21 de Setembro de 2013, de <http://www.rrppnet.com.ar>
- Santos, C. J. (s.d.). *Oficina da Pesquisa*. Obtido em 15 de Janeiro de 2013, de www.oficinadapesquisa.com.br
- Santos, J. R. (1992). *Comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Santos, R. (2006). *A Fonte Não Quis Revelar*. Porto: Campo das Letras.
- Schmitz, A. A. (2011). *Classificação das fontes de notícias*. Obtido em 1 de Setembro de 2013, de www.bocc.ubi.pt
- (s.d.). Obtido em 16 de Setembro de 2013, de Web site do Diário de Notícias: www.dn.pt

Sousa, J. P. (2000). *As notícias e os seus efeitos - As "Teorias" do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Edições Minerva.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2004). *Introdução à análise do Discurso Jornalístico Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Sousa, J. P. (2004). *Planificando a Comunicação em Relações Públicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera Editores.

Traquina, N., Silva, T. d., & Calado, V. (2007). *A Problemática da Sida como Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.

ANEXOS

ANEXO I – DOSSIER DE IMPRENSA

CORREIO DA MANHÃ

Publicação: Correio da Manhã

Data: 6 de Janeiro de 2007

Título: Apreendidas consolas “chipadas”

Peça nº 1

EM EMPRESA E RESIDÊNCIA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Apreendidas consolas ‘chipadas’

► Uma operação, desencadeada ontem de manhã por sete homens da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), saldou-se pela apreensão, numa loja e numa residência de Santa Maria da Feira, de mais de três mil ‘chips’, utilizados para viciar consolas de jogos X-Box e PlayStation.

A busca foi feita no estabelecimento Tony Vasconcelos, dedicado à reparação e venda de equipamento electrónico e informático. Foram também ali apreendidas consolas alteradas, equipamento de recepção de TV via satélite, programas informáticos e jogos ilegais.

Nas duas buscas efectuadas, a ASAE apreendeu ainda três computadores portáteis e cinco de secretária. O valor das apreensões é de 72 mil euros.

A ASAE deteve também



▲ EQUIPAMENTO APREENDIDO ESTÁ AVALIADO EM 72 MIL EUROS

ontem três comerciantes pela apreensão de alimentos estragados. No distrito de Lisboa foram apreendidos 598 quilos de carne imprópria e detido o responsável. Na Serra do Caldeirão (Algarve), o proprietário de um café foi detido e também o

dono de um alambique clandestino.

Foram ainda apreendidos 800 quilos de alimentos estragados num hotel de Lagos, roupa falsificada num fabricante de Braga e uma exploração clandestina em Torres Vedras. - L.L. ●

Publicação: Correio da Manhã

Data: 7 de Janeiro de 2007

Título: Fisco ataca negócios dos casamentos

Peça nº 2

SERVIÇOS ■ MENOS EMPRESAS PRESENTES NA EXPONOIVOS

Fisco ataca negócios dos casamentos

Inspeções fiscais e da ASAE contribuem para a diminuição de expositores

■ ANA RITA ESTROMPA

Rita Figueira e Bruno Lourenço vão casar este ano. Por isso, encaram a ExpoNovos como uma boa oportunidade para conhecerem mais produtos e ofertas, antes de escolherem como vão organizar um dos dias mais especiais das suas vidas.

"Queremos uma coisa diferente. Casar numa quinta sim, mas queremos algo sofisticado." Porém, ao fim de percorrerem alguns corredores da Feira de Exposições de Lisboa (FIL), no Parque das Nações, "ainda não encontraram nada" do que queriam.

Confrontados com a edição deste ano de ExpoNovos, os participantes da feira foram unânimes em responder que "a exposição está mais fraca". "No ano passado, a exposição ocupava um pavilhão e meio, com grandes expositores e mais variedade. Este ano, tem uma dimensão mais pequena e isso reflecte-se também no tamanho e número dos expositores", explicou ao **CM** Miguel Franco, fotógrafo de casamentos.

António Brito, organizador da feira, dá a resposta. "Há essencialmente dois motivos para isso. Um é a crise que também afecta este sector. Outro consiste num maior controlo



À EXPOSIÇÃO CUSTEIA TUDO PARA EM CASAMENTO, MAS ESTE ANO COSTA COM MENOS PARTICIPANTES

CERIMÓNIA DIFERENTE

■ "O limite é a imaginação." Este é o lema de 'A Vida é Bela', que organiza festas, eventos e casamentos diferentes do tradicional. São casamentos de basco de água, em Portugal ou no estrangeiro, em palácios ou em queda livre. Com vários pacotes, 'A Vida é Bela' pode organizar apenas a cerimónia ou o casamento completo, incluindo a maquilhagem da noiva, também "diferente". Para Penelope Cavalho, "os portugueses querem cada vez mais coisas diferentes. É o que os diferencia". Além do casamento, é possível pedir a mão num balão a voar, num farol ou durante uma actividade radical. - **A.R.E.**

da ASAE e do Fisco na área da restauração, principalmente."

A edição da feira do ano passado contou com a presença de vários inspectores das Finanças. "Muitas das quintas em exposição não estavam licenciadas", explicou António Brito. Alguns participantes ainda recordam o momento. "Apareceram alguns elementos do Fisco. Pediram-nos tudo, o mínimo de contribuinte, todos os papéis. Algumas quintas foram inspecionadas", disse Miriam Catarino, do Grupo Grão.

UM VESTIDO FEITO À MEDIDA

■ Na ExpoNovos há vestidos para todos os gostos e bolsos. Um vestido de noiva pode custar mais de dois mil euros, como este na fotografia. São modelos personalizados, únicos, desenhados e feitos à mão, com tecidos e bordados escolhidos para a ocasião. "Não há vestidos mais em conta", assegura Maria José Rodrigues, da 'Princesa de Sonho', fabricante de vestidos de noiva. "Por exemplo, se um vestido não for de marca, o preço pode variar para os 400, 500 euros. São mais simples, mas igualmente bonitos", tranquiliza. Por outro lado, "os homens são mais práticos", como diz Maria José Rodrigues, a sorrir. Um fato de noiva ronda os 140 até 600 euros.

A juntar ao vestido, a noiva pode ainda usar uma jóia de adorno. Feitas à mão, estas jóias podem ultrapassar os 200 euros. Joana Cavalho, de 25 anos, é designer de joalharia há dois, e garante que não tem tido problemas em fazer escorrer o seu produto. "No ano passado, cheguei a



MAIS PORMENORES

FISCALIZAÇÃO

Os inspectores do Fisco levaram a cabo, em 2006, uma operação de fiscalização das festas de casamento, com muitas noivas a terem de apresentar as suas contas. As quintas também foram inspecionadas e algumas acabaram por fechar as portas.

LICENCIAMENTO

As quintas que realizam os casamentos necessitam de estar licenciadas. Este acabou por ser o seu "calcanhar de Aquiles". Na edição de 2006 da ExpoNovos, várias quintas foram encerradas, entre as quais muitas por falta de condições e de higiene.

FEIRA TERMINA HOJE

A ExpoNovos fecha as portas hoje às 21h00. Situada no Parque das Nações, em Lisboa, é acessível através de Metro (Linha Vermelha), comboio (Estação de Oriente) e diversos autocarros da Carris.

CORTE NA LISTA DE CONVIDADOS

■ "Um grande casamento, com cerca de 200/300 pessoas já não existe. Agora, poucos são os que chegam aos 100 convidados", António Pereira, o seu sócio organiza casamentos há mais de dez anos e tem verificado que "desde há dois ou três anos para cá o número de convidados tem vindo a diminuir". O grande motivo para esta tendência está no preço. "Casar é extremamente caro e há que cortar em tudo o que não for estritamente necessário", explicou Andréia Valente que, aos 25 anos, se prepara para casar neste Verão.

Fazendo as contas, um casamento com cerca de 150 convidados, custa à volta de 150 euros por pessoa. É preciso pagar a cerimónia, o espaço onde se realizará o casamento, o "catering", o fotógrafo, a decoração, a animação, música, entre outros. A este valor é preciso acrescentar o vestido da noiva, o fato do noivo, a aliança, os brindes, a luz-de-mel. Mesmo assim, há empresas que já têm contratos para todo o ano

Publicação: Correio da Manhã

Data: 13 de Janeiro de 2007

Título: Alimentos Apreensão

Peça nº 3

Alimentos Apreensão

► A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu, entre 8 e 10 deste mês, 12 900 quilos de alimentos numa empresa de produtos à base de carne, no concelho de Sintra. Doze toneladas de carne estavam estragadas e 900 quilos de queijos tinham congelação incorrecta. A ASAE determinou a suspensão de actividade do entreposto frigorífico de recepção de carnes face ao seu estado de degradação. Foi também suspensa a actividade do sector de cozinhados de produtos à base de carne por falta de licenciamento e marca de identificação.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 15 de Janeiro de 2007

Título: Tabaco retirado do mercado

Peça nº 4

ALERTA ■ NOVE MARCAS À VENDA EM PORTUGAL NÃO CUMPREM A LEI

Tabaco retirado do mercado

Depósitos e distribuidores nacionais de cigarros começam hoje a ser notificados

■ JANI TE FRAZÃO

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) vai iniciar hoje a operação que prevê a retirada do mercado português de nove marcas de cigarros à venda no País que revelaram ter índices de alcatrão e monóxido de carbono acima dos estipulados na lei.

Rothmans, Dunhill, Golden American, Benson & Hedges,

Mayfair, Sterling, Berkley, Sovereign e Coronas são as marcas alvo desta operação que irá decorrer ao longo de toda a semana. "É o tempo suficiente para apreender os cigarros nos vários depósitos nacionais de tabaco e ao mesmo tempo notificá-los a fazer a respectiva recolha junto dos vários distribuidores. É um processo rápido, porque não são das marcas mais populares no mercado português", adianta a porta-voz da ASAE, Manuel Lage.

Os elevados valores de alcatrão e monóxido de carbono destas nove marcas de cigarros foram revelados através de vá-

rios exames de laboratório que os diferentes fabricantes são obrigados a efectuar uma vez por ano. Posteriormente, esses resultados são apresentados à Direcção-Geral de Saúde, que verifica e certifica o laboratório onde foram realizados e a adequação aos valores estipulados na lei das substâncias que os compõem.

De acordo com as últimas análises — as segundas desde

que a lei entrou em vigor, em 2005 —, as nove marcas referidas apresentam níveis de carvão e monóxido de carbono entre os onze e os 12 miligramas, quando a lei estipula um

máximo de dez, constituindo, por isso, um perigo elevado para a saúde dos consumidores.

Apesar disso, todas as marcas mantiveram a informação nos maços de cigarros com os valores dentro da lei e agora podem ser punidas por isso. "É natural que os fabricantes possam vir a ser multados mas, neste momento, ainda não estamos capazes de dizer



■ A ASAE INICIA HOJE A OPERAÇÃO QUE IMPEDE A DISTRIBUIÇÃO DE NOVE MARCAS DE CIGARROS

exactamente quais os procedimentos que irão decorrer após a apreensão dos vários cigarros, depende da reacção dos distribuidores", afirma Manuel Lage, segundo o qual o "recursos e as contra-análises" são cenários prováveis para os próximos tempos. A retirada do mercado destas nove marcas

de tabaco não é definitiva. "Os valores actuais de alcatrão e monóxido de carbono excedem o que está determinado, mas caso os fabricantes ajustem os níveis aos permitidos por lei qualquer uma destas marcas poderá, de futuro, regressar ao mercado", assegura o porta-voz da ASAE. ▽

SG SOB INVESTIGAÇÃO

■ A investigadora Maria Teresa Vasconcelos, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, revelou, em Novembro de 2004, o resultado de um estudo que alertava para o facto de os cigarros SG Venti e SG Filtro conterem diáldrin, um pesticida potencialmente cancerígeno, cuja utilização está proibida na Europa e nos Estados Unidos.

Após ter tomado conhecimento deste estudo, a Direcção-Geral de Saúde procedeu de imediato à retirada no mercado dos lotes de ambas as marcas de tabaco para efectuar uma contra-análise e determinar se haveria razões para alarme. Os resultados, vindos de dois centros especializados no Reino Unido e em Itália, foram anunciados dois meses depois e deram negativo. — J.F. ▽

Publicação: Correio da Manhã

Data: 18 de Janeiro de 2007

Título: Abate ilegal em Almada

Peça nº 5

Abate ilegal em Almada

Às portas do Hospital Garcia de Orta matavam borregos sem condições mínimas de higiene nem segurança

DE SOFIA RATO

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), fiscalizou ontem o décimo matadouro, em apenas quatro dias. Depois de percorrer o Centro Litoral e a zona nortenha entre o Porto e Vila Real, a ASAE centrou-se na Margem Sul do Tejo. Resultado: foi detectado o abate clandestino de quatro borregos com quatro meses.

"Este tipo de acção constitui um crime punível por lei. Os animais devem ser abatidos em local próprio e certificado e ter a presença de um médico veterinário", disse ao CM António Nunes, o presidente da ASAE, que acompanhou a operação.

António Nunes sublinhou também que "o que está em causa é a saúde pública. A carne proveniente dos abates clandestinos é posta no circuito comercial e pode trazer consequências para os consumidores. Não se consegue detectar à primeira vista que tipo de doenças ou infecções os animais possam ter".

Os proprietários do matadouro, afirmaram ter licença para criar

gado e disseram que os abates acontecem para consumo interno.

"Há mais de 40 anos que aqui estou. Quando me reformei, por invalidez, comecei a dedicar-me ao gado como passatempo e nós temos tudo certinho", comenta com o CM o co-proprietário das instalações.

Na passada sexta-feira, a ASAE iniciou uma operação de fiscalização em matadouros espalhados pelo

País. "Este é o décimo operador que visitamos e o resultado destes dias é o seguinte: três locais de abate clandestino, seis pessoas detidas e seis processos-crime", revela ao CM o presidente da ASAE.

Em menos de uma semana, a ASAE visitou 10 operadores no País

CARCAÇAS LIMPAS

A veterinária Rita Gonçalves, que integrou a equipa da ASAE, explicou ao CM o estado dos quatro animais: "São carcaças limpas, ou seja, já lhes retiraram as vísceras, o estômago, os intestinos e as peles, por isso estariam preparadas para um eventual consumo."

Nos últimos dias, a ASAE apreendeu 30 animais: 18 leitões e 12 ovelhas, borregos e cabritos — quatro dos quais na tarde de ontem — e ainda ins-



▲ MATADOURO REALIZAVA ABATES CLANDESTINOS NA MARGEM SUL DO TEJO

taurou um processo por posse ilegal de arma. "Isto é complicado porque quando chegamos aos sítios, às vezes ainda nos confrontamos com outras ilegalidades, como a posse e o uso indevido de armas de fogo", contou ao

CM um dos inspectores. Segundo a ASAE, por dia, acontecem, em Portugal, entre 2 a 5 abates clandestinos. Durante o ano passado, este organismo fiscalizou e instaurou processos-crime em 50 matadouros. ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 19 de Janeiro de 2007

Título: Carne abatida ilegalmente chegou à mesa

Peça nº 6

Carne abatida ilegalmente chegou à mesa

» A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) admitiu ontem que carne proveniente de onze locais de abate clandestino fiscalizados desde o fim-de-semana foi vendida em restaurantes, chegando ao consumidor sem qualquer controlo de qualidade.

Segundo o porta-voz da ASAE, Manuel Lage, os animais eram abatidos nas próprias casas ou em barracões sem o "mínimo de condições e controlo sanitário" e a carne comprada por restaurantes e consumidores particulares "sem garantias de que esteja em condições de ser consumida". - Lusa ●

Publicação: Correio da Manhã

Data: 21 de Janeiro de 2007

Título: ASAE Bombas de gasolina encerradas em Estremoz

Peça nº 7



ECONOMIA FECHO

ASAE Bombas de gasolina encerradas em Estremoz

► A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), liderada por António Nunes, suspendeu a actividade das bombas de abastecimento de combustíveis em três postos do centro da cidade de Estremoz. Estas bombas não tinham o selo actualizado, de 2006 ou 2007, comprovativo da realização da aferição. Compete agora às três empresas operadoras de dois postos da Repsol e um da Galp solicitar a actualização desta certificação para poderem retomar a actividade de abastecimento de combustíveis.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 22 de Janeiro de 2007

Título: ASAE apanha 217 € em roupa falsa

Peça nº 8

ASAE apanha 217 mil € em roupa falsa

► A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu antontem, na feira semanal de Custóias, Matosinhos, seis mil peças de roupa contrafeita, no valor estimado de 217 mil euros.

A operação foi desencadeada pela Direcção Regional do Norte da ASAE, contou com a colaboração da GNR e enquadrou-se no combate à contrafacção. Estiveram envolvidas oito brigadas.

Foram levantados 20 processos-crime por produção/comercialização de material contrafeito, crime que pode dar até três anos de prisão. — Lusa

Publicação: Correio da Manhã

Data: 23 de Janeiro de 2007

Título: S. Pedro Sul Rusga em feira semanal

Peça nº 9



PORTUGAL FECHO

S. Pedro Sul Rusga em feira semanal

► Centenas de CD e DVD e frascos de perfume, material contrafeito avaliado em 8980 euros, foram ontem apreendidos na feira semanal de São Pedro do Sul numa acção de fiscalização levada a cabo pela GNR e pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica de Vi-seu. No total foram apreendidos 517 DVD, 73 CD e 154 perfumes de várias marcas. Uma mulher, de 39 anos, foi detida por injúrias.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 2 de Maio de 2007

Título: Tabaco ■ Aplicação de coimas gera polémica

Peça nº 10

TABACO ■ APLICAÇÃO DE COIMAS GERA POLÉMICA



▲ ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE CEM METROS QUADRADOS FICAM IMPEDIDOS DE TER CLIENTES A FUMAR

DENÚNCIA TRAZ PREJUÍZOS

■ Milhares de proprietários de cafés e restaurantes com menos de cem metros quadrados temem vir a ser obrigados a assumir o papel ingrato de denunciar os seus próprios clientes. "Só espero que o cliente não se vire contra o comerciante", desabafa o dono de um pequeno café na Amadora. Apesar de concordar com os propósitos da lei, o proprietário receia que o cliente fumador não seja assim tão compreensivo. E, caso não aceite a indicação do dono do café, o comerciante é obrigado a chamar a polícia. Caso contrário o feitiço pode voltar-se contra o feticheiro, acabando também ele por ser multado. Tal como este comerciante, muitos outros temem que o papel de denunciante imposto pela lei afaste os clientes e, consequentemente, traga prejuízos. Em comunicado, a Associação de Restauração e Similares de Portugal (ARESIP) também já alertou para "os evidentes prejuízos sócio-económicos para os estabelecimentos de restauração e bebidas e, ainda mais, para os espaços de diversão". - Lusa ■

SAIBA MAIS

200 mil pessoas morrem por ano em todo o Mundo devido a cancro contruído no local de trabalho por inalação de anténio e fumo de tabaco, diz um relatório da Organização Mundial de Saúde.

80 mil empresas, das 85 mil estabelecimentos do País, têm uma área inferior a cem metros quadrados e estão impedidas de criar uma zona para fumadores.

ADAPTAÇÃO Estabelecimentos comerciais têm um ano para se adaptarem às novas regras. A partir daí as multas não serão perdoadas.

FISCALIZAÇÃO A Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica é responsável pela aplicação da lei e das coimas.

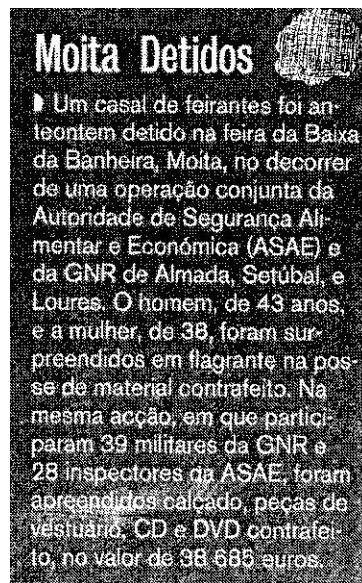
TRANSPORTES O tabaco é proibido nos transportes rodoviários, ferroviários, aéreos, marítimos e fluviais. Táxi e ambulâncias são igualmente abrangidos.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 6 de Maio de 2007

Título: Moita Detidos

Peça nº 11

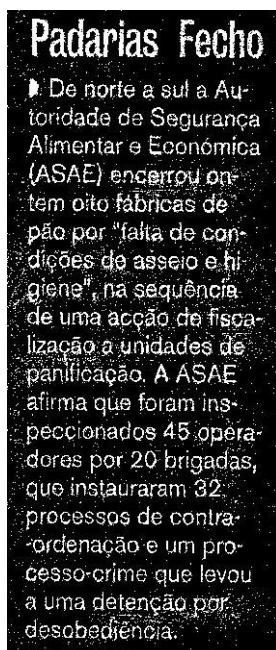


Publicação: Correio da Manhã

Data: 6 de Maio de 2007

Título: Padarias Fecho

Peça nº 12



Publicação: Correio da Manhã

Data: 6 de Maio de 2007

Título: Vilar Formoso Alimentos Apreendidos

Peça nº 13

VILAR FORMOSO ALIMENTOS APREENDIDOS

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu ontem 623 quilos de produtos alimentares que não estavam de acordo com a lei, na feira semanal de Vilar Formoso. Foram detidas três pessoas e confiscado material contrafeito no valor de 271 987 euros.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 9 de Maio de 2007

Título: Isqueiros com patilha de segurança

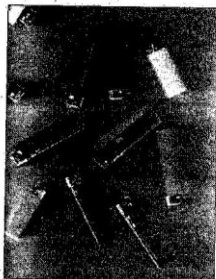
Peça nº 14

Isqueiros com patilha de segurança

► A venda de isqueiros com patilha de segurança passa a ser obrigatória e todos os outros com forma de brinquedos ou armas estão proibidos a partir de hoje.

Segundo o diploma publicado ontem em Diário da República, os comerciantes têm até Março de 2008 para esgotar os stocks dos designados 'isqueiros novidade', dispositivos em regra associados ou integrados em artigos reconhecidamente atractivos para as crianças, nomeadamente brinquedos, imitações de armas, relógios, telefones ou personagens de desenhos animados.

A lei determina que os isqueiros descartáveis tenham um dis-



▲ ISQUEIROS COM NOVAS REGRAS

positivo de segurança para evitar que crianças com menos de cinco anos os possam acender. Pretende-se assegurar que existam apenas isqueiros que não possam ser accionados facilmente quer seja pela força, pela existência de um mecanismo protector ou pela complexidade das operações necessárias à ignição.

Estão previstas coimas por incumprimento entre os 2490 e os 3490 euros e os 24 940 e os 44 890 euros conforme o infractor seja pessoa singular ou colectiva. A Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) será uma das entidades fiscalizadoras. - Lusa

Publicação: Correio da Manhã

Data: 16 de Maio de 2007

Título: ASAE vai fiscalizar noite do Algarve

Peça nº 15



A ASAE VAI ESTAR ATENTA À MISTURA DE BEBIDAS, ESPECIALMENTE AOS SHOTS

CONCORRÊNCIA

A ARESP irá apresentar em breve queixa à Autoridade da Concorrência pelas desvantagens cometidas pelos estabelecimentos pela Sibs aos seus associados. Os empresários têm contestado o valor elevado da taxa — paga por cada utilização da máquina de pagamento electrónico — e a associação mantém a sua posição apesar de a Unicef ter anunciado, mais uma vez, a redução das comissões dos cartões de crédito e de débito. O valor já foi reduzido sete vezes pela Unicef. No entanto, "o valor das comissões pagas ainda é sensivelmente o dobro do praticado em Espanha", afirma a ARESP, recordando que nos países vizinhos o sector da restauração e bebidas e a banca espanhola acordaram a redução para metade das taxas actualmente praticadas. É uma situação que penaliza os empresários portugueses, sublinhou ao CM o presidente da ARESP.

ASAE vai fiscalizar noite do Algarve

Milhares de turistas justificam atenção também aos minimercados algarvios

RAQUEL OLIVEIRA

A ASAE vai estar particularmente atenta aos bares e discotecas algarvios, no que diz respeito às bebidas mas também aos livros de reclamações e afixação de preços. Com a aproximação da época de férias, e para além de outros estabelecimentos, estarão também debaixo de olho os minimercados.

"Estamos preocupados com os bares e discotecas, sobretudo no que diz respeito às misturas de bebidas [shots]", explicou ao *Correio da Manhã* o presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

A fiscalização passa, por exemplo, por verificar se os conteúdos correspondem aos rótulos das garrafas, concretiza António Nunes. Nestes casos, os inspetores retiram amostras das bebidas que são posteriormente analisadas em laboratório, o que permite controlar a composição e a marca.

Também os minimercados estarão sob o olhar atento da autoridade, dado o papel que desempenham no abastecimento de milhares de turistas no Algarve.

As grandes cadeias não alteram os seus procedimentos no Verão mas os "pequenos estabelecimentos têm um actividade comercial acrescida, com grande rotatividade de produtos", justifica António Nunes.

A fiscalização destas e de outras áreas, apesar de se concentrar no Algarve dado o elevado número de estabelecimentos e turistas, vai abranger mais zonas turísticas, garante aquele responsável.

GUIA DE FISCALIZAÇÃO

Entretanto, a Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP) está a desenvolver acções de divulgação da Ficha Técnica de Fiscalização, uma espécie de guia usado pelos inspetores da ASAE que conhece agora uma versão

SAIBA MAIS

61 mil empresas constituem o universo das empresas de restauração em Portugal. A restauração representa mais de 90 por cento das empresas do sector de turismo.

188 mil pessoas trabalham no sector da restauração, o sector que em 2004 registou um volume de negócios de mais de seis mil milhões de euros.

INTERNET A ARESP disponibiliza no seu site (www.aresp.pt) a Ficha Técnica de Fiscalização, o guia que orienta os inspetores da ASAE na fiscalização.

REFERÊNCIAS O custo médio de um prato de prato e de 14,5 euros e do carne 10,8 euros, de acordo com a ARESP. O custo subiu cerca de oito por cento desde 2004.

com uma linguagem acessível.

A ficha, que resulta de um trabalho conjunto da ASAE com as associações do sector, permite aos empresários saberem em rigor quais os itens fiscalizados pelos inspetores e fazerem eles próprios a sua avaliação, prevenindo assim situações de infração.

Com mais de 200 itens fiscalizados, o guia representa um trabalho "importante e útil", sublinhou ao *Correio da Manhã* o presidente da ARESP. Não há nada que os inspetores da ASAE fiscalizem que não esteja na ficha, garante Mário Pereira Gonçalves. Com esta iniciativa, "já há condições para que os empresários estejam informados e estejam conforme", sublinha, admitindo algumas discordâncias, já que o regulamento tem exigências que não atendem à realidade portuguesa.

A próxima acção da ARESP, em antecipação à época de Verão, realiza-se sexta-feira em Tavira e vai contar com a participação do próprio presidente da ASAE, que estará disponível para responder a questões. Seguem-se fiscalizações na Nazaré e em Lisboa.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 19 de Maio de 2007

Título: ASAE fecha três bares por falhas de higiene e horário

Peça nº 16

ASAE fecha três bares por falhas de higiene e horário

Balço da operação Romeo inclui um processo-crime e 15 contra-ordenações

JOÃO P. GONDINHO

Malis um raide da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) resultou, na madrugada de ontem, no encerramento de três bares na zona de Lisboa.

A operação Romeo, centrada em bares e discotecas da zona do Parque das Nações, Cais do Sodré, Sintra, Queluz e Massamá, visava sobretudo fiscalizar alimentos, bebidas, CD e licenças de funcionamento.

As várias brigadas da ASAE entraram em acção às primeiras horas de sexta-feira, dividindo-se pelos alvos previamente definidos. Dos 20 estabelecimentos inspecionados, as autoridades decidiram encerrar

três bares: dois por falta de higiene e um por funcionar além do horário autorizado.

Simultaneamente, foram aplicados 16 processos - um processo-crime e 15 contra-ordenações -, destacando-se a apreensão de CD de música (usurpação de direitos de autor), falta de implementação dos princípios HCCP (controlo de pontos críticos das instalações) e insuficiência de condições técnicas.

Um proprietário de um dos estabelecimentos encerrados, na zona de Massamá, confessou ao CM a sua surpresa pela acção de fiscalização e preferiu não se alongar em comentários. "Não há muito a dizer. A brigada considerou que não há condições, por isso va-

"AS COISAS ESTÃO A MELHORAR"

Lurdes Gonçalves, directora regional de Lisboa e Vale do Tejo da ASAE, manifestou ao CM a sua satisfação pela forma como decorreu a operação. "Podemos considerar que foi uma acção com bons resultados. Em fiscalizações anteriores havia instaurações de processos em quase todos os estabelecimentos. As coisas estão a melhorar mas ainda há muito a fazer", revelou a coordenadora da inspecção ontem realizada. Lurdes Gonçalves sublinhou ainda a forma positiva como as brigadas foram recebidas: "Não temos tido problemas, uma vez que as nossas acções têm um carácter pedagógico."

mos ter de suspender e fazer as alterações necessárias", disse, sem querer identificar-se.

Um dos agentes envolvidos na operação esclareceu que "após a suspensão do estabelecimento os proprietários terão de fazer uma limpeza e, quando entenderem que está tudo em condições, depois chamam-nos para uma nova inspecção".

Por seu lado, José Costa, proprietário do Cool Café - um dos bares inspecionados no Parque das Nações que não apresentou infrações -, não se mostrou incomodado com a fiscalização. "Já fomos alvo de várias inspecções. É obrigatório cumprir as regras, e esse também é o nosso interesse. O único reparo que faço é a hora da acção, pois é quando temos mais clientes, e alguns ficam assustados", afirmou ao CM. Porém, a ASAE não pareceu incomodar um grupo de jovens estrangeiros que se divertiam ao som da 'Marcha de Lisboa', indiferentes aos agentes que invadiam a cozinha.

Brigadas foram a Lisboa, Sintra, Queluz e Massamá

Publicação: Correio da Manhã

Data: 21 de Maio de 2007

Título: ASAE faz 14 detenções

Peça nº 17

FISCALIZAÇÃO ASAE FAZ 14 DETENÇÕES

A autoridade de Segurança Alimentar fez ontem três operações de fiscalização em feiras dos distritos do Porto, Aveiro e Santarém, das quais resultaram 14 detenções. Foram apreendidos 1005 DVD, 87 videojogos e 1300 peças de roupa e acessórios. O material apreendido vale 95 mil euros.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 26 de Maio de 2007

Título: ASAE Estoril

Peça nº 18

ASAE Estoril

► A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) encerrou 17 estabelecimentos ao longo da Costa do Estoril. Foram fiscalizados 578 operadores e instaurados 288 processos de contra-ordenação. O material apreendido está avaliado em 178 mil euros.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 1 de Setembro de 2007

Título: ASAE Viana

Peça nº 19

ASAE Viana

► Uma operação conjunta entre a PSP de Viana do Castelo e a ASAE, realizada na feira semanal de Viana do Castelo, no Campo da Agonia, resultou na detenção de cinco vendedores por terem na sua posse diverso material contrafeito. Os cerca de trinta elementos da ASAE fiscalizaram as bancas de venda ambulante contando com o apoio de vários agentes da PSP. Entre as 10h00 e as 13h00 de ontem foram apreendidos dezenas de relógios, óculos, malas e camisolos fruto de falsificação.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 9 de Setembro de 2007

Título: ASAE encerra oito discotecas

Peça nº 20

PORTO ■ 70 INSPECTORES EM OPERAÇÃO

ASAE encerra oito discotecas

Segurança fugiu do Chic, onde o dono foi morto há duas semanas

DE PEDRO SALES DIAS

A noite do Porto recebeu anteontem a visita surpresa de 70 inspectores da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) que, entre as 22h00 e as 00h00, passaram a pente fino quase 50 bares e discotecas em toda a cidade. O responsável do X Bar acabou detido por usurpação de direitos de autor e oito estabelecimentos tiveram de encerrar por falta de licenciamento e higiene.

Entre estes contam-se o Triplex, Sublime, Academia, Plano B, Granel Bar, Arrasta o Pé, o Barril e o Brasília Clube. A operação que se estendeu também ao Bela Cruz e Indústria, na Foz, contou no total (ASAE e PSP) com 156 efectivos.

Na Zona Industrial, marcada pelo homicídio de Aurélio Palha, o Chic e o Via Rápida foram notificados para apresentar o licenciamento a fim de evitarem o fecho compulsivo.



▲ POLÍCIAS REGRESSARAM ONTEM À DISCOTECA CHIC

Um homem foi detido por usurpação de direitos de autor

Perto das 02h30, 20 agentes à civil e 36 fardados entravam em acção. Ao que o CM apurou, um segurança "ilegal" que trabalhava no Chic terá fugido quando avistou as autoridades. Duas semanas depois do incidente, era "bem menor o afluxo de clientes", admite o gerente do Chic, José Ferreira.

A porta do Act, cheio e sem irregularidades, alguns

jovens denunciaram o "mau ambiente" dentro do Chic. "Não vou lá. Há muitas picardias", diz Sofia Cardoso, de 16 anos.

Já Bruno Leite e Joana Azevedo contentes com a presença policial, rejeitam ficar em casa: "pode acontecer em qualquer lado", sublinham.

Em duas discotecas, foi detectada a presença indevida de menores e ainda de duas cidadãs estrangeiras que acabaram notificadas pelas autoridades para abandonar o País. ●

Publicação: Correio da Manhã

Data: 10 de Setembro de 2007

Título: ASAE fecha mais quatro discotecas

Peça nº 21

SEGUNDA NOITE DE OPERAÇÕES NO PORTO

ASAE fecha mais quatro discotecas

■ PEDRO SALES DIAS

Na segunda noite de operações da Autoridade de Segurança Alimentar (ASAE) no Porto, mais quatros estabelecimentos foram encerrados por falta de licenciamento, aumentando para 13 o total de casas fechadas.

À margem da inspecção, nas operações de controlo rodoviário da PSP, foram detidas 12 pessoas: cinco por roubo, quatro por condução sob efeito de álcool e seis por condução ilegal.

Ao que o **CM** apurou, a operação da ASAE, que decorreu entre as 00h00 e as



▲ PSP PARTICIPOU

04h30, fechou a porta ao Via Rápida, Arrasta o Pé, Penthouse e o Priodade.

Os quatros estabelecimen-

tos faziam parte dos dez, que na noite anterior, foram notificados para apresentar licenciamento em 24 horas.

Também na madrugada de ontem, a operação da PSP, que contou com 125 agentes, levantou 18 autos de notícia, nomeadamente por falta de licenciamento, higiene e irregularidades na segurança.

Segundo soube o **CM**, entre as casas 'alvo', as mais importantes foram o La Movida, Maré Alta, Cerveja Viva, Twins, Buda, Metro Café e o Havana. Já na madrugada de sábado tinham sido encerrados nove estabelecimentos. ●

Publicação: Correio da Manhã

Data: 18 de Setembro de 2007

Título: ASAE Reclamações aumentaram

Peça nº 22



SOCIEDADE FE

ASAE Reclamações aumentaram

► Dados revelados pela Secretaria de Estado da Defesa do Consumidor revelam que as reclamações enviadas para a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), liderada por António Nunes (*na foto*), aumentaram 33 por cento face às recebidas no segundo semestre de 2006. Os consumidores registaram mais de 47 mil queixas em livros de reclamações no primeiro semestre deste ano.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 20 de Setembro de 2007

Título: ASAE prepara luta contra bioterrorismo

Peça nº 23

ASAE prepara luta contra bioterrorismo

» A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) inicia na próxima segunda-feira o trabalho para a criação de um plano de resposta a um eventual ataque bioterrorista. O presidente da ASAE, António Nunes, disse ontem que "numa primeira fase será recolhida informação em colaboração com outras entidades para a criação do plano, que deverá ficar concluído no próximo ano".

A iniciativa terá em conta planos que têm sido criados na Europa desde a I Guerra Mundial, quando foram postos em prática ataques com base na contaminação de alimentos e água.



▲ PRESIDENTE ANTÓNIO NUNES

Também a directora executiva da Autoridade de Segurança Alimentar Europeia (EFSA), Catherine Gestain-Lanéelle, revelou disponibilidade para colaborar nesta matéria, embora tenha salientado que o bioterrorismo, por envolver gestão de risco, é da competência da Comissão Europeia e dos Estados-membros.

Catherine Gestain-Lanéelle deslocou-se a Portugal para participar nas reuniões entre a EFSA e os líderes das autoridades de segurança alimentares europeias que decorrem até amanhã, com o objectivo de "partilhar as experiências e evitar duplicação de trabalho". - I.S. •

Publicação: Correio da Manhã

Data: 22 de Setembro de 2007

Título: Ourém Detenções

Peça nº 24

de 144.663 euros. Foram ainda identificados mais quatro vendedores, dois por contrafacção e dois por usurpação. A operação de fiscalização prolongou-se por cinco horas e envolveu 30 elementos da PSP e 27 da ASAE. Esta foi a maior apreensão de material contrafeito registada nos últimos meses na região e entre os artigos apreendidos estão 10 mil peças de vestuário e calçado, perfumes e uma centena de CD e DVD.

Ourém Detenções

Dois vendedores ambulantes foram detidos no mercado semanal de Ourém, pela prática de um crime de usurpação, no âmbito de uma operação da PSP e da Autoridade de Segurança Económica e Alimentar (ASAE), durante a qual foram apreendidos artigos contrafeitos no valor

Publicação: Correio da Manhã

Data: 25 de Setembro de 2007

Título: Azeite falsificado dá até 3 anos de prisão

Peça nº 25

Azeite falsificado dá até 3 anos de prisão

Marcas Insular Clássico e UP – Uni. Preço Clássico estão adulteradas

» ANDRÉ PEREIRA*

Os responsáveis pelas marcas de azeite adulteradas incorrem numa pena de prisão de três meses a três anos, caso sejam declarados culpados do crime de falsificação. A Associação Nacional de Defesa dos Consumidores DECO analisou 19 marcas de azeite virgem extra e revelou ontem ter encontrado duas amostras adulteradas. As marcas em causa são a Insular Clássico e UP – Uni. Preço Clássico que, de acordo com a DECO, estão a ser vendidas como azeite virgem extra, mas que contêm uma

mistura de refinado e virgem.

A ASAE – Autoridade de Segurança Económica e Alimentar já recebeu o processo encaminhado pela DECO e, caso confirme o resultado das análises, pode proceder à abertura de processos-crime.

Os resultados deste estudo serão publicados na edição de Outubro da revista 'Proteste', que classifica esta falsificação como "intolerável e ilegal". "Para verificar se a situação se mantinha, as análises foram repetidas em lotes das mesmas marcas.

Mais uma vez, os valores estavam acima do permitido, o que não deixa dúvidas quanto à presença de azeite refinado", refere a DECO.

No terreno, a recolher amostras das referidas marcas de azeite, está já a ASAE que pretende comprovar os resultados obtidos pela DECO

nos seus próprios laboratórios. "Se as análises revelarem que se confirma a denúncia da DECO, será apreendido todo o azeite em causa", adiantou Manuel Laje, porta-voz da ASAE.

Em relação às restantes marcas de azeite analisadas, a DECO assegura que o produto estava, em geral, bem conservado e que a análise a benzopirenos – contaminadores ambientais provenientes do fumo dos motores, das fábricas ou de incineradoras – não revelou "nenhum problema".

Também foi analisada a presença de ftalatos – substâncias utilizadas no fabrico de plástico flexível e encontradas no ambiente –, uma presença que a DECO considera "indesejável", mas que "não suscita preocupações nem põe em risco a saúde pública". – "com agências"

**Denúncia
da DECO
investigada
pela ASAE**

Publicação: Correio da Manhã

Data: 27 de Setembro de 2007

Título: Empresário Aurélio Palha foi atingido por engano

Peça nº 26

PORTO ■ PASSADO UM MÊS AINDA NÃO FORAM FEITAS DETENÇÕES

Empresário Aurélio Palha foi atingido por engano

Dono do Chic não seria o alvo do ajuste de contas e foi morto com apenas um tiro

DE PEDRO SALES DIAS

O homicídio do poderoso empresário da noite do Porto, Aurélio Palha, ocorrido há precisamente um mês, está longe de ser esclarecido. Mas tudo indica que a morte foi accidental e que o 'padrinho' que convocou uma reunião de 'paz' com o segurança Alberto, o concorrente e dono de um ginásio de seguranças, Rómulo, e o líder dos Super-Dragões, Fernando Madureira, não era o alvo do ajuste de contas à porta da discoteca Chic.

O CM sabe que a Chic, da qual Palha era proprietário, continuará encerrada por tempo indeterminado, após as inspeções da Autoridade da Segurança Alimentar e Económica, onde foi detectada a falta de licença.

O incidente fez regressar a PJ a um momento no qual já há muito tinha perdido o rasto. Um a um, voltam a ser acionados os informadores que abandonou em 2006 a favor das confortáveis escutas.

A falta de informação interna tornou-se o maior drama da polícia. Há alguns anos - quando a PJ tinha homens já instalados na noite -, dez minutos depois já se sabia quem tinha remido o gatilho.

A morte de Aurélio trouxe ainda uma mais-valia à PJ, fornecendo pistas sobre o homicídio do segurança Nuno Gaiato, no clube latino El Sonero. E ainda não se registaram detenções por motivos estratégicos.



Aurélio Palha (em cima) foi atingido à porta da sua discoteca quando estava com Alberto, um segurança em quem confiava. Tinha acabado de estar presente numa reunião entre vários protagonistas da noite do Porto, que servia para pacificar o ambiente depois de uma série de episódios violentos - incluindo três homicídios.

MAIS PORMENORES

■ EL SONERO

O homicídio do segurança Nuno Gaiato pelas mãos de colegas terá sido o primeiro incidente que iniciou o escalar de violência na noite. Gaiato morreu com um tiro na cabeça e outro no pescoço na madrugada de 13 de Julho no clube latino El Sonero.

■ PSP E ASAE

Os homicídios na noite do Porto terão contribuído para a antecipação de operações policiais de inspeção nos principais bares e discotecas da noite portuense. Há duas semanas, a ASAE encerrou 13 estabelecimentos e deteve uma proprietária.

■ TIROTEIO

A Judiciária de Porto deteve na passada sexta-feira o homem que terá baleado o segurança do Crisbar, na Ribeira do Porto, na madrugada de 28 de Abril. O agressor acabaria por voltar ao carro para recolher a arma que depois disparou sob o segurança.

Pelas 03h30 da madrugada de 2 de Agosto, Aurélio fala de costas para a rua com Alberto, seu homem de confiança e segurança. Encontram-se no chamado ângulo morto das câmeras à porta do Chic e não se apercebem do perigo: de um Mercedes es curo, em marcha lenta e de vidros fumados, saem vários tiros.

Contudo, apenas uma bala atingiu mortalmente Aurélio, entrando pela cabeça e saindo pelo pescoço.

Momentos antes, Rómulo, concorrente de Aurélio, tinha sido espancado e levado ao hospital por Madureira. Os dois tinham estado reunidos para abordar os homicídios na noite nomeadamente, o do jovem segurança Nuno Gaiato. ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 28 de Setembro de 2007

Título: Povo com medo do vírus da escola

Peça nº 27

VIDAGO ■ FORAM AFECTADAS MAIS DE CEM PESSOAS

Povo com medo do vírus da escola

População só ficará descansada se estabelecimento receber uma total desinfecção

■ ALMEIDA CARDOSO

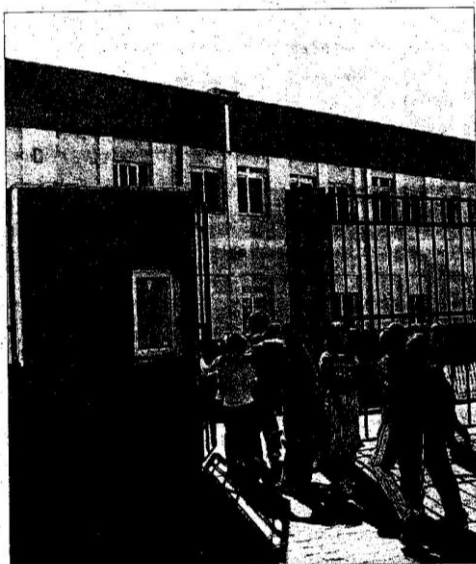
Por mim, a escola deveria ser toda desinfectada e fechada alguns dias", desabafa o proprietário de um café de Vidago, que exprime a preocupação reinante na vila termal perante a provável ocorrência de um surto epidemiológico na Escola EB2+3 da localidade.

A apreensão disseminada entre os habitantes leva António Aires, um cliente do mesmo café, a afirmar que, "se já sabe que pode ser um vírus, mais uma razão para que a escola fosse alvo de um tratamento especial".

Também o comandante dos Bombeiros de Vidago, Fernando Cadete, embora admitindo que "nestes últimos dois dias não fez para Chaves qualquer transporte de alunos contaminados", teme o pior.

"Se há, como tudo indica, um vírus, sabendo-se que os alunos regressam a suas casas e mantêm contactos com os familiares, se isto alastra não sei como vai ser", disse Fernando Cadete.

Pelo sim pelo não, também a Delegação Regional de Saúde do Norte recomendou o reforço da higiene das mãos e dos alimentos, quer na escola quer nas famílias dos alunos. Ontem, o vice-presidente do



▲ PARA OS ESTUDANTES DE VIDAGO OS DIAS TÊM SIDO AGITADOS

conselho executivo da Escola EB 2+3, em declarações ao CM, admitiu que "a situação estabilizou".

Porém, segundo um funcionário da escola, "ainda ontem [na quarta-feira] uma funcionária que trabalha na secretaria teve de receber tratamento.

A brigada da ASAE de Mirandela já fez uma vistoria de segurança

**ASAE
não detectou
nada errado**

e higiene alimentar à escola e não terá detectado qualquer deficiência. Em curso está uma investigação epidemiológica da Delegação Regional de Saúde, para apurar as causas de uma suposta

intoxicação e infecção alimentar, que já afectou mais de uma centena de crianças, vários professores e funcionários da escola. ■

Publicação: Correio da Manhã

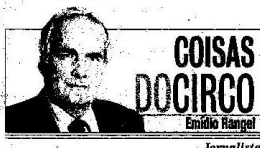
Data: 29 de Setembro de 2007

Título: Iscas sem “elas”

Peça nº 28

Isclas sem ‘elas’

I magino a guerra que houve quando, por exemplo, em Lisboa, se determinou que os penicos cheios não podiam ser lançados varanda abaixo para o meio das ruas. Fora o protesto de alguns cidadãos que levaram com o conteúdo do penico em cima, as donas de casa tinham uma técnica quase infalível com os seus refrões: “Lá vai água!” Salvo um ou outro pingão, ninguém se prendia de razões com a senhora do segundo ou terceiro andar. Os portugueses viviam assim, sem grande alvoroço, neste ‘mar de merda’, eu diria, condisendo, com um banho de duas em duas semanas, as mãos permanentemente sujas porque era um desperdício de água ter as mãos lavadas à hora da refeição. A vida corria assim, de vez em quando uma peste negra fazia o ‘reequilíbrio’ da população. As expectativas de vida eram naturalmente curtas. Infecções, doenças desconhecidas, a penicilina ainda vinha longe e as pessoas que se misturam dentro das casas com os animais tentavam sobreviver nessa inundice. Um dia, calculem lá, aparece um senhor a falar em água canalizada e na necessidade de as casas disporem de sanitários. ‘Aquí d’el Rey’ que não podiam impor aquilo às pessoas, as casas tinham sido concebidas sem sanitários e agora queriam sobre-carregar o povão com novas despesas inúteis. O senhor que teve tal ideia era obviamente um ‘vilão’ que estava mesmo a precisar que lhe cortassem o cachaço. Salvaguardadas algumas distâncias, foi desse tempo colorido que me lembrei quando li uma série de crónicas de gente bem falante a insurgir-se contra a ASAE, qualquer coisa como Autori-



Em Portugal, nunca ninguém teve a coragem, na defesa dos consumidores, de pôr ordem nas questões de segurança alimentar

dade da Segurança Alimentar e Económica, entidade criada para salvaguardar a qualidade e limpeza das inúmeras coisas que consumimos, degradadas ou em vias de degradação, cozinhas em lugares sujos, habitados por baratas e outros animaizinhos semelhantes, que sempre ajudaram na tarefa árdua da contaminação dos alimentos. Desta feita, ninguém ameaçou ir-lhe aos fagotes, mas houve muitas mensagens sub-reptícias a dizer que ele tinha a ‘cabeça em jogo’. É que António Nunes, o inspector-geral, tem percorrido o País com as suas equipas

a cumprir e a fazer cumprir as leis em vigor e a alertar para os atropelos que são cometidos na confecção dos alimentos que as pessoas consomem e para a necessidade de mudar esta nojeira. A ASAE encontrou de tudo por este país fora. Azeite falsificado; cozinhas onde há trinta anos não se lavava as frigideiras “por que elas garantiam um sabor especial às isclas”; restaurantes com equipamentos que metem nojo e acumulam camadas de gordura, ano após ano; tascas que fazem gala na porcaria que rodeia os alimentos; lugares de venda de peixe sem água corrente, dentro de uma tenda, como dizia à ‘Visão’ António Nunes; estabelecimentos a funcionar há décadas sem estarem licenciados para o exercício da actividade, etc, etc. Em Portugal nunca ninguém teve a coragem, na defesa dos consumidores, de pôr ordem nas questões de segurança alimentar. Por isso, a ASAE é importante e não se pode deixar impressionar pelas críticas de alguns intelectuais de pacotilha que por aí circulam.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 30 de Setembro de 2007

Título: GNR fiscaliza diversão nocturna

Peça nº 29

GNR fiscaliza diversão nocturna

■ PAULO MARCELINO

O Grupo Territorial da GNR de Faro desenvolveu na madrugada de ontem uma acção de fiscalização a estabelecimentos de diversão nocturna e ao trânsito rodoviário em todo o Sotavento. Na operação participaram inspectores da Delegação Regional do Algarve da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e elementos da Alfândega de Faro. Foram detidas quatro pessoas e levantados 22 autos de contra-ordenação.

A acção envolveu um total de 39 agentes da autoridade e decorreu entre as 23h00 de sexta-feira e as 05h00 de ontem. Foram fiscalizados 22 estabelecimentos de diversão nocturna em todos os concelhos do Sotavento menos Alcoutim e levantados 12 autos de contra-ordenação. As falhas devem-se a falta de afixação de horário ou do aviso do livro de reclamações, por segurança privada ilegal e um por consumo de estupefacientes no exterior.

Em simultâneo decorreu uma operação de fiscalização rodoviária em vários locais. Foram fiscalizados 117 veículos e levantados 10 autos de contra-ordenação por infracções ao código da estrada. Três condutores foram detidos por excesso de álcool. ●

Publicação: Correio da Manhã

Data: 5 de Janeiro de 2012

Título: Militares e polícias reunidos

Peça nº 30

PROTESTOS ESTUDADOS

Militares e polícias reunidos

■ A reunião mantida entre a Comissão Coordenadora das Forças de Segurança (que engloba representantes da PSP, GNR, SEF, ASAE e Polícia Marítima) e os dirigentes de várias associações militares abriu a hipótese de protestos comuns para breve.

Convocada pela Comissão Coordenadora, a reunião de terça-feira à tarde serviu para fazer o balanço de 2011, nas questões que abrangem forças de segurança e Marinha, Exército e Força Aérea. “Da parte dos militares, estiveram presentes a Associação de Oficiais das Forças Armadas, a Associação de Praças e a Associação Nacional de Sargentos”, explicou ao **CM** Paulo Rodrigues, porta-voz da Comissão.

“Estamos preocupados com a intenção de alterar a assistência na saúde de polícias e militares. Se isso acontecer, ponderamos protestos conjuntos”, concluiu Paulo Rodrigues. ■ M.G.



Polícias estão descontentes

Publicação: Correio da Manhã

Data: 7 de Janeiro de 2012

Título: Restaurantes contra nova lei

Peça nº 31

TABACO ■ GOVERNO QUER PROIBIR CONSUMO EM TODOS OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Restaurantes contra nova lei

■ Director-geral da Saúde, Francisco George, sublinha a necessidade de reduzir a exposição dos portugueses ao fumo para baixar morte prematura

● SÓM TRIGUEIRÃO

O Governo quer proibir totalmente o fumo nos locais públicos, nomeadamente em bares e restaurantes onde até agora era possível a existência de locais próprios para fumadores, desde que a sua área fosse superior a 100 metros quadrados e que esses locais não ocupassem mais de 30 por cento da área total.

A secretária-geral da Associação de Hotelaria e Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), Ana Jacinto, garante que foi com "estupefacção" que recebeu esta notícia de eventual alteração à lei. Segundo Ana Jacinto, a ideia "não pode ter surgido por a lei de 2008 estar a falhar". Pelo contrário, "a lei é aceite e está a ser cumprida", e por isso "não se compreende o avanço para uma medida mais restritiva", refere. A responsável da AHRESP relembra o recente aumento do IVA, "cujas consequências apontam para o encerramento de mais de 21 mil estabelecimentos e para a extinção de 47 mil postos de trabalho".

Em declarações ao **CM**, o director-geral da Saúde, Francisco George, sublinha que "há um programa de prevenção e controlo do tabagismo que está entre oito considerados prioritários" e que tem como objectivo "reduzir a exposição dos portugueses ao tabaco".

Francisco George acrescenta que esse objectivo surge aliado a outro, que "é reduzir a morte antes do tempo, uma vez que um em cada quatro portugueses morre antes dos 70 anos". ■

Associação critica mais restrições e diz que lei é cumprida



Lei quer proibir locais para fumadores nos restaurantes e bares



Francisco investiu numa sala

Sala custou oito mil euros

Francisco Silva, proprietário do restaurante O Cozinheiro, em Sines, não resistiu às alterações impostas pela Lei do Tabaco. Há dois anos, investiu oito mil euros no seu estabelecimento para criar uma sala para fumadores. "Não me arrependo, apesar dos elevados impostos que pago à autarquia. Agora, se quiserem acabar com o fumo no restaurante, agarro no distintivo

SAIBA MAIS

LEI DE 2008

Proíbe o fumo em todos os locais públicos. Nos restaurantes e bares, são admitidos locais de fumo, desde que a área total seja superior a 100 m².

5,1

Um estudo da Sociedade Portuguesa de Pneumologia indica que a Lei do Tabaco de 2008 levou a que 5,1% dos fumadores deixassem de fumar.

830

Em quatro anos, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica registou 830 casos em que os espaços para fumadores não cumpriam os requisitos necessários.

ESPAÑHA PROÍBE TUDO
No dia 1 de Janeiro de 2012, em Espanha passou a ser proibido fumar até em espaços abertos.

co e meto-onarua", refere. A intenção do Governo pode levar alguns clientes a afastarem-se da restauração. Francisco espera que essa situação não se reflita no seu estabelecimento. "Pode acontecer, mas acredito que a maioria dos clientes irá continuar a frequentar os mesmos espaços. Muitos fumadores até se levantam das mesas para fumar na rua", explica. ■ **HN**

Publicação: Correio da Manhã

Data: 9 de Janeiro de 2012

Título: Operação de fiscalização faz 5 detenções

Peça nº 32

Operação de fiscalização faz 5 detenções

■ Cinco pessoas foram detidas na madrugada de ontem, numa operação conjunta da GNR, da ASAE e da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, nas zonas da Quinta do Conde e Sesimbra. Da parte da GNR estiveram envolvidos 100 militares, que não só efectuaram fiscalização rodoviária, bem como em 12 estabelecimentos de diversão nocturna. Um condutor foi detido por excesso de álcool, outro por desobediência, duas pessoas estavam ilegais e uma outra na posse de droga. ■ J.F.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 10 de Janeiro de 2012

Título: Não retira a confiança

Peça nº 33

FLORINDO ESPERANCINHA Pres. do Colégio de Oftalmologia da Ordem dos Médicos **sobre suspensão de blocos cirúrgicos**

“Não retira a confiança”

● CRISTINA SERRA

Correio da Manhã – A Entidade Reguladora da Saúde suspendeu a actividade cirúrgica oftalmológica de seis clínicas por não cumprirem as normas das boas práticas. Esta medida deixa-o preocupado?

Florindo Esperancinha – Essa medida parece-me positiva porque revela que houve uma auditoria e um controlo da qualidade e da segurança do doente.

– Mas essa qualidade não existia nos blocos das seis clínicas suspensas. É motivo para retirar a confiança dos portugueses na medicina privada?

– Não retira confiança porque as vistorias foram feitas. Tal como acontece com as fiscalizações realizadas pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica [ASAE] nos restaurantes que detectam comida estra-



gada. A situação não faz com que os portugueses deixem de ir aos restaurantes.

– Mas numa clínica oftalmológica as pessoas podem ficar cegas, como já aconteceu.

– Não deixa de ser perigoso com a ingestão de comida estragada, porque a pessoa pode morrer.

– Como avalia o resultado da auditoria pela ERS?

– Não sei quem foram os técnicos que efectuaram a vistoria, mas foi feita sem o conhecimento da Ordem dos Médicos porque a ERS não o comunicou

Publicação: Correio da Manhã

Data: 13 de Janeiro de 2012

Título: Leite ASAE no Continente

Peça nº 34

LEITE ASAE no Continente

Várias equipas da ASAE, Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, visitaram ontem diversas lojas das cadeias Continente e Pingo Doce, na sequência de uma denúncia da Associação Nacional das Indústrias de Lacticínios, que acusa aquelas superfícies de venderem o leite abaixo do preço de custo (dumping).

Publicação: Correio da Manhã

Data: 14 de Janeiro de 2012

Título: ASAE apreende 240 mil litros de leite em híperes

Peça nº 35



Denúncias de preços abaixo do custo desencadearam operação

ASAE apreende 240 mil litros de leite em híperes

■ O secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque, garantiu, ontem, que a nova Plataforma do Funcionamento da Cadeia Alimentar contribuirá para uma maior transparência na formação de preços e prevenção de conflitos. O propósito deste organismo é, segundo o governante, “trabalhar nas soluções de princípio para evitar, exactamente, pro-

blemas” como o que desencadeou a operação de ontem da ASAE, e resultou na apreensão de 240 mil litros de leite em lojas Pingo Doce e Continente. A acção surgiu na sequência de denúncias de venda abaixo do preço de custo (prática conhecida por ‘dumping’). O Pingo Doce já questionou a acção e o Continente diz que a situação está regularizada. ■ LUSA

Publicação: Correio da Manhã

Data: 16 de Janeiro de 2012

Título: 1633 denúncias de corrupção

Peça nº 36

CRIMES ECONÓMICOS ■ DADOS DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

1633 denúncias de corrupção

■ Foram recebidas, em média, quatro queixas por dia desde Novembro de 2010. Onze deram origem a inquéritos e 105 a averiguações preventivas

■ ANA LUISA NASCIMENTO

O Ministério Público recebe, em média, quatro denúncias de actos de corrupção por dia. Segundo dados da Procuradoria-Geral da República (PGR), aos quais o **CM** teve acesso, nos últimos 14 meses foram recebidas 1633 queixas através da página de internet aberta a 10 de Novembro de 2010.

No entanto, a maioria das denúncias teve como destino o arquivamento, tendo apenas continuidade 620 participações: 11 deram origem a inquéritos, 105 a averiguações preventivas, e foi enviada informação para outras entidades relativa a 510 queixas, designadamente para a ASAE, para os Serviços de Inspeção Tributária e Serviços de Fiscalização da Segurança Social.

Segundo a PGR, tem sido enviada também informação, "com menos frequência, mas em número igualmente relevante" para a Autoridade para as Condições do Trabalho e para a Inspeção-Geral das Actividades em Saúde. Quanto às denúncias que resultaram em inquéritos, a Procuradoria esclarece que "se encontram, ainda, em fase de investigação".

Recorde-se que as denúncias podem ser feitas de forma anónima, identificando os nomes dos suspeitos e descrevendo os actos ilícitos, através do seguinte endereço electrónico: <https://simp.pgr.pt/dciap/denuncias>. A informação é posteriormente tratada pelo DCIAP, dirigido por Cândida Almeida. ■

Inquéritos resultantes das queixas estão em investigação



Pinto Monteiro, procurador-geral, e Cândida Almeida, do DCIAP



Maria José Morgado

Crise vai fazer subir crimes

"A corrupção vai acentuar-se, inevitavelmente. Menores salários trarão maior vulnerabilidade na administração pública." As palavras são de Maria José Morgado, directora do DIAP de Lisboa, e foram proferidas na conferência do Ministério Público sobre combate à corrupção, na última semana. A mesma ideia foi transmitida pelo procurador-geral da República,

SAIBA MAIS

CORRUPÇÃO PASSIVA

Corrupção passiva para acto lícito – funcionário que aceita vantagem patrimonial para um qualquer acto – é o tipo de crime mais praticado e está previsto no artigo 372.º do Código Penal.

8

anos de prisão é a pena máxima para crimes de corrupção activa e passiva imprópria ou para acto lícito, limite agravado pela Lei 32/2010.

11

personas estão presas, quatro em preventiva e sete em domiciliária, por crimes de corrupção activa no âmbito de processos do DIAP de Lisboa.

ATENUAÇÃO DA PENA

O agente pode beneficiar de atenuação ou dispensa da pena se denunciar o crime no prazo máximo de 30 dias.

Pinto Monteiro, e pelo procurador distrital de Coimbra, Euclides Dâmaso. Todos os magistrados são unânimes na previsão do aumento da criminalidade, designadamente dos crimes económicos, razão pela qual muitos defendem, com urgência, a criação do crime de enriquecimento ilícito, medida que é considerada determinante pela ministra da Justiça. ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 18 de Janeiro de 2012

Título: Apreensão de Leite – PS quer ouvir ASAE

Peça nº 37

APREENSÃO DE LEITE

PS quer ouvir ASAE

■ O PS requereu ontem audições urgentes com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e com a Autoridade da Concorrência na sequência da apreensão de mais de 270 mil litros de leite em grandes superfícies. O deputado socialista Miguel Freitas disse que o PS pretende saber se a operação de apreensão do leite resultou de uma “acção preventiva” da ASAE “ou apenas de forma reactiva”.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 25 de Janeiro de 2012

Título: Polícia fecha Portagens

Peça nº 38

MEGAOPERAÇÃO EM SETÚBAL



Portagens foram encerradas pelas autoridades

POLÍCIA FECHA PORTAGENS

● MAGALI PINTO/JOANA DOMINGOS SÁ

A polícia passou ontem a pente fino vários bairros de Setúbal à procura de armas e droga. As portagens da A2 foram inclusivamente fechadas na sequência da megaoperação levada a cabo pela GNR, PSP, Polícia Judiciária, SEF e ASAE. A acção policial inseriu-se numa política de prevenção que pretende combater o tráfico de armas e de droga na Margem Sul do Tejo. Nos vários locais, estiveram militares da Unidade de Intervenção da GNR e equipas cinotécnicas. Só hoje serão conhecidos os resultados da operação. Refira-se que todos os condutores de pesados de mercadorias foram mandados parar e os veículos de carga revistados. O **CM** sabe que foram feitas várias apreensões. Quanto ao número de detenções, as autoridades remeteram esclarecimentos para o dia de hoje. ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 26 de Janeiro de 2012

Título: Operação Polícia apreende ouro

Peça nº 39

Operação Polícia apreende ouro

A polícia anunciou ontem a apreensão de milhares de barras em ouro, na sequência de uma operação, no último fim-de-semana, da GNR, PSP, PJ, SEF e ASAE a 34 estabelecimentos. Entre as apreensões estão sete barras de ouro no valor de 28 mil euros.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 26 de Janeiro de 2012

Título: Caça à droga e armas junta polícias em megaoperação

Peça nº 40

UM HOMEM E UM MENOR AGREDIRAM AGENTES NUMA OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA, ANTEONTEM EM SETÚBAL

Caça à droga e armas junta polícias em megaoperação

17. A megaoperação policial "Visão Periférica", anteontem, das 18h00 às 22h00 em Setúbal, levou à deteção de nove pessoas, à identificação de 178, ao fecho de seis estabelecimentos comerciais e a várias apreensões.

Para prevenir a criminalidade e combater o tráfico de armas e de droga, a operação foi executada por PSP, GNR, PJ, SET, ASAE, Agência Tributária e Adu-

aneira e Autoridade para as Condições do Trabalho. Na operação, um homem, 28 anos, e um jovem de 16 anos agrediram agentes da PSP, tendo o mais velho sido detido e o menor entregue à família. As autoridades fiscalizaram 1441 condutores.

Foram apreendidas quatro fuzis, duas pistolas de alarme e 15 loguetes de sinalização, além de 134 gramas de haxixe. ■ S.G.C.



Nove detidos na operação "Visão Periférica", em Setúbal

Publicação: Correio da Manhã

Data: 29 de Janeiro de 2012

Título: 130 militares em operação com 7 detidos

Peça nº 41

GRANDE LISBOA

130 militares em operação com 7 detidos

■ Cerca de 130 militares do Comando Territorial de Lisboa da GNR, em colaboração com doze agentes da ASAE, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Autoridade Tributária e Aduaneira, realizaram no distrito de Lisboa, entre as 22h00 de anteontem e as 06h00 de ontem, uma operação que resultou em sete detidos e diversas apreensões.

Com o objectivo principal de apanhar suspeitos na posse de armas de fogo ilegais, na operação acabaram detidos um homem por posse de droga e seis condutores por excesso de álcool. Dois estabelecimentos foram encerrados e as autoridades apreenderam duas armas brancas e 20 gramas de haxixe. ■ S.G.C.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 2 de Maio de 2012

Título: ASAE investiga promoção caótica

1/2

Peça nº 42

DESACATOS ■ CORRIDA ÀS COMPRAS GEROU O PÂNICO EM VÁRIOS PONTOS DO PAÍS



Lisboa. Na zona do Saldanha, a PSP controlou entradas e saídas dos clientes.



Lisboa. No Alto dos Moinhos, multidão aguardou mais de quatro horas para entrar.



Seixal. No Parque Lusó, no Seixal, a confusão de clientes à porta era enorme.



Porto. Na loja de leiras ficaram rapi-

ASAE investiga prom

■ Aberto inquérito para apurar se foram cumpridas regras. Em Matosinhos, mulher

■ ANA ISABEL FONSECA/MIGUEL A. GANHÃO/SARA C. GARRILHO

Prateleiras vazias, caixas pelo chão, produtos destruídos, insultos e agressões à mistura. O dia deu-se em Lisboa, na loja do Pingo Doce de todo o País, tendo-se registado vários desacatos e clientes feridos. A ASAE vai abrir uma investigação para apurar em que circunstâncias foi feita a promoção - que dava um desconto de 50% em compras acima de 100 euros - e se foram cumpridas todas as regras de segurança.

A situação tornou-se grave e a cadeia de supermercados foi forçada a fechar quase todas as lojas à noite, várias horas antes do previsto. Alguns espaços tinham sido encerrados durante a tarde por razões de segurança.

A corrida às promoções começou bem cedo e logo surgiram desacatos. Lutas por carrinhos de compras, estocados ou ainda pelo último pacote de leite foram ontem o "prato do dia". A situação mais grave deu-se no Pingo Doce da Senhora da Hora, em Matosinhos. Uma discussão por um carrinho terminou com um casal a ser espancado por cinco jovens. A mulher foi repetidamente pontapeada quando a criança tinha a filha de três anos ao colo. Sofreu graves ferimentos na coluna e foi levada para o Hospital Pedro Hispano, onde foi operada. Impotente, o marido assistiu às agressões enquanto levava mui-

ros na cabeça. O grupo fugiu e o casal ficou deitado no chão a agonizar de dor. Nenhum cliente os ajudou, a loucura pelos descontos falou mais alto. Já em Vilela, devido ao caos na loja, o gerente do Pingo Doce sentiu-se mal e teve de ser hospitalizado.

Na capital, o dia foi recheado de discussões e ameaças, provocadas pelo desespero dos que aguardaram horas até poderem efectuar compras. Foi à hora de almoço que a situação se descontrolou - algumas lojas fecharam temporariamente, para repor o stock, e multidões enfiaram-se, empurrando e injuriando o próximo para tentar entrar. A loja da Venda Nova, Amadora, foi a que causou maior preocupação à polícia, "pela constante afluência de pessoas" - chegaram a estar oco-
elentes à porta. ■

Maioria das lojas teve de fechar quatro horas antes do previsto

Alexandre Soares dos Santos, presidente do Grupo Jerónimo Martins, que registou lucros de 68 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, mudou a sede da empresa que gere a sua participação no grupo para a Holanda



DEPOIMENTOS

JOSÉ FÉLIX, 66 anos, residente em Lisboa

"Aproveitar para levar produtos a dobrar"

■ Ainda estamos a esperar de entrar [15h30], vamos aproveitar para fazer as compras do mês a dobrar. Esperamos gastar cerca de cem euros.



MANUELA FREITAS, 38 anos, residente no Porto

"Infelizmente, já não havia muitos produtos"

■ Infelizmente, já não havia muitos produtos, mas ainda poupei 50 euros. Havia muita confusão e estive mais de duas horas na fila para pagar.



AMÁLIA ABREU, 35 anos, residente em Lisboa

"Espero encontrar artigos para bebés"

■ Espero encontrar produtos para bebés, pois estou grávida. Além disso, é aproveitar e levar as coisas que normalmente são mais caras.



SÍLVIA RAMOS, 28 anos, residente na Póvoa de Varzim

"Fecharam as portas, já não havia nada"

■ Sou da Póvoa de Varzim, mas vim a Leça da Palmeira - pensei que estaria mais calma. Tiveram de fechar as portas, já não havia nada.



Publicação: Correio da Manhã

Data: 2 de Maio de 2012

Título: ASAE investiga promoção caótica

2/2

Peça nº 42



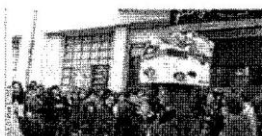
Ramalho, as prateleiras vazias.



Visão. Loja foi encerrada à tarde por excesso de pessoas no interior. A PSP foi chamada.



Matosinhos. Em Leça da Palmeira, o encerramento da loja causou revolta.



Coimbra. As filas de clientes que queriam entrar nas lojas atingiram dezenas de metros.

oção caótica

foi espancada com bebé ao colo



ALUGARAM CARRINHOS POR DEZ EUROS

■ No meio do caos houve quem também tentasse fazer negócio. Algumas pessoas concentraram-se às portas das lojas e alugaram carrinhos de compras por dez euros. Também houve quem improvisasse e levasse as compras em caviolas, mochilas e em carrinhos de transporte de mercadoria.



DISCURSO DIRECTO

JORGE DE SÁ Sociólogo na área de economia social

"Atitude deplorável"

Correio da Manhã - Houve situações de confusão. Uma senhora com a filha ficou ferida e ninguém a ajudou. Como se explica uma reacção destas? Jorge de Sá - São situações que ocorrem nestes movimentos. É uma atitude deplorável. A solidariedade acaba quando há um objectivo muito forte. - Hoje as pessoas são mais sensíveis a promoções? - Sem dúvida. Mesmo as pessoas que não perderam rendimentos são sensíveis porque em marketing o preço é a última coisa a não mexer.



Estabelecimentos fecharam mais cedo, o que causou revolta

Reforço de polícias em supermercados

■ A confusão que ontem se instalou em todos os supermercados da Pingo Doce obrigou a um reforço de meios por parte da PSP. Só na zona de Lisboa registaram-se trinta e duas ocorrências, confirmou ao CM o porta-voz da PSP, comissário Paulo Flor. Um dos casos mais graves, em Lisboa, deu-se no Pingo Doce de Odivelas. Um cliente chegou mesmo a ser levado para a esquadra para ser identificado. Mais três pessoas foram detidas na Póvoa de Varzim.

Os agentes foram chamados sobretudo para pôr termo a discussões ou simplesmente serenar os ânimos, mas as chamadas para a PSP tiveram a ver também



Comissário Paulo Flor, da PSP

com dificuldades de trânsito e estacionamento junto às lojas. "Tivemos desentendimentos na Venda Nova e na Damaia", finalizou o comissário Paulo Flor. As equipas que ficaram nas esquadras mantiveram-se em sobreaviso caso fosse necessária a sua intervenção. ■ M.P./J.T.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 2 de Maio de 2012

Título: Multas por fumo dão 1,5 milhões

Peça nº 43

TABACO ■ MAIS DE CEM COMERCIANTES APANHADOS A VENDER A MENORES DE 18 ANOS

Multas por fumo dão 1,5 milhões

■ A lei que proíbe fumar em locais públicos está em vigor desde 2007, mas são milhares os infratores, fumadores ou empresários do comércio

● CRISTINA SERRA

As multas aplicadas, entre 2008 e 2011, por violação da Lei do Tabaco totalizaram um milhão e meio de euros. No entanto, o montante de coimas cobradas é pouco mais de metade, 622 mil euros, valor correspondente aos processos decididos, segundo dados do Ministério da Economia e do Emprego.

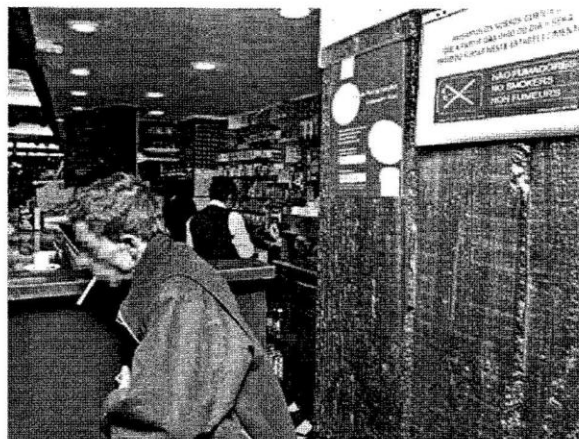
A Lei do Tabaco, aprovada em Agosto de 2007, pretende proteger os não fumadores expostos ao fumo, como os trabalhadores de restaurantes, bares e outros estabelecimentos da restauração.

Porém, a lei nem sempre se revela eficaz quando há pessoas que têm em violar as normas. Foi o caso dos 928 fumadores que acenderam o cigarro nos locais não permitidos e foram apanhados pelos fiscais da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), entre 2008 e 2011. Só no ano passado contabilizaram-se 155 fumadores infratores.

À maior parte das 4232 infracções detectadas pela ASAE, no referido período, foi por venda de tabaco em locais proibidos, segundo-se a criação de espaços para fumadores sem os requisitos exigidos na legislação.

A venda de tabaco a menores de 18 anos, que é proibida, foi detectada em 106 ocasiões, 10 das quais durante o ano de 2011.

Para proteger as crianças e menores do fumo do tabaco, o ministro da Saúde, Paulo Macedo, quer aumentar as restrições



Os fiscais da ASAE apanharam muitas pessoas a fumar em locais onde não é permitido o fumo

ao fumo em locais fechados. Uma medida passa pela proibição de fumar em carros privados onde são transportadas crianças.

Opneumologista Renato Sotto-Mayer afirma ao CM: "ver contra o fumo nos carros, em especial com crianças, mas também é contra a proibição."

"Como é que controlam o fumo quando uma grávida, que tem uma criança mas não está à vista, vai no carro? É mais pedagógico dar acções de esclarecimento aos condutores fumadores", disse. ■

PORMENORES

FUMADOR INFRATOR
Um fumador apanhado a fumar em local não permitido pode ser multado entre 50 euros e um máximo de 750 euros. O dono do estabelecimento incorre numa coima que pode chegar aos mil euros.

FISCALIZADOS
A ASAE fiscalizou entre 2008 e 2011 um total de 186 993 operadores. 48 333 dos quais no ano passado. Como resultado instaurou 4110 processos.

Paulo Macedo quer imagens chocantes

■ Para dissuadir o consumo do tabaco, o ministro da Saúde, Paulo Macedo, quer imagens chocantes dos efeitos do tabagismo. A medida não é consensual. O pneumologista Renato Sotto-Mayer afirma ao CM que é a "fórmula de imagens-chocantes com limites". O especialista defende a divulgação de mensagens impressas nos maços de tabaco como "o tabaco mata por cancro" ou "as crianças expostas ao fumo não crescem tanto como as que não estão expostas". ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 3 de Maio de 2012

Título: Deco alerta para endividamento

Peça nº 44

PINGO DOCE ■ GRUPO PROMETE NOVOS DESCONTOS PARA ESTE ANO

Deco alerta para endividamento

■ Associação teme que campanhas agressivas estimulem consumo pela "euforia de comprar barato" e que famílias arrisquem orçamentos

● SOFIA PIÇARRA

A Associação para a Defesa do Consumidor teme que os portugueses arrisquem situações de sobreendividamento familiar ao aderirem a ações comerciais como a que foi realizada pela cadeia Pingo Doce na passada terça-feira. "Este tipo de campanha agressiva pode estimular as pessoas a comprar mais do que precisam, com a euforia de comprar barato, e a arriscar o orçamento familiar", diz ao CM o secretário-geral da Deco. Jorge Morgado alerta que, "se usarem cartões de crédito, podem gerar questões de sobreendividamento", pelos moldes da promoção, que exigia uma despesa de 100 euros para ter 50% de desconto.

Os consumidores "devem fazer compras criteriosas, mas numa situação de confusão como a que se gerou não havia condições para avaliar os produtos", considera Morgado, que lamenta "a exploração da necessidade económica das famílias".

O grupo Jerónimo Martins rejeita as críticas e faz um balanço "positivo" da iniciativa, que superou, "em muito", as expectativas. "Esta foi a primeira de outras ações comerciais que o Pingo Doce levará cabo este ano, no âmbito da sua decisão de reforçar as oportunidades de preço para os consumidores portugueses e, assim, apoiá-los na gestão de um orçamento familiar cada vez mais pressionado", adianta em comunicado.

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) está a investigar a legalidade da



Confusão nas lojas impediu "compras criteriosas", diz Deco. Bens essenciais foram os mais procurados

campanha, e, caso se prove a prática de preços abaixo dos custos, a cadeia arrisca uma multa de cerca de 14 mil euros por supermercado, mas o grupo garante que "não houve dumping". Os bens de primeira necessidade e os não perecíveis foram os mais procurados, mas a empresa não revela o volume de vendas.

Ao longo do dia de anteontem, a PSP registou perto de 50 ocorrências nas lojas Pingo Doce, entre desacatos e agressões. Em Matosinhos, uma mulher sofreu graves ferimentos na coluna e teve de ser operada, como o CM noticiou. ■

PORMENORES

ELECTRODOMÉSTICOS
Os electrodomésticos, produtos têxteis e de parafernália não estavam abrangidos pela promoção. Massas, arroz e produtos de higiene foram os mais procurados.

DESCONTOS NO FERIADO
O Pingo Doce diz que realizou a campanha no feriado do Dia do Trabalhador "por ser aquele em que o maior número possível de pessoas poderia beneficiar de uma proposta muito diferenciadora".

Oposição exige intervenção de Governo e ASAE

■ O Ministério da Agricultura vai divulgar, a partir deste mês, os preços dos produtos alimentares que são praticados ao longo da cadeia de produtores até ao sector da distribuição. O objectivo da iniciativa é aumentar a transparência e a concorrência do sector. Mas, até lá, o PCP e BE querem ouvir a ministra Assunção Cristas e também o responsável da pasta da Economia, Álvaro Santos Pereira, sobre a legalidade da campanha. Já o PS exige uma "rigorosa investigação" da ASAE. ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 4 de Maio de 2012

Título: ASAE Pingo Doce fez dumping

Peça nº 45

ASAE Pingo Doce fez dumping

A ASAE detectou 'dumping' (venda abaixo do custo de produção) em três produtos vendidos na promoção do Pingo Doce no 1º de Maio. Os casos mais flagrantes foram detectados no arroz, óleo e whisky. O caso segue agora para a Autoridade da Concorrência, que poderá sancionar o Pingo Doce com uma coima até 30 mil euros.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 5 de Maio de 2012

Título: Supermercados ganham até 80%

Peça nº 46

CASO PINGO DOCE ■ OBSERVATÓRIO REVELA MARGENS DE LUCRO

Supermercados ganham até 80%

■ Sector da distribuição absorve grande parte do preço final em alguns produtos alimentares. Agricultores criticam monopólio e falta de concorrência

■ SOFIA PIÇARRA/SARA RUFO

As cadeias de supermercados arrecadam mais de 80% do preço final de alguns produtos agrícolas. Os dados são do Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agroalimentares e mostram que, em Março, por exemplo, só na alface, a margem de lucro das empresas de distribuição chegou aos 82% do preço pago pelo consumidor. O que significa que, mesmo com campanhas agressivas de descontos como a que o Pingo Doce realizou na passada terça-feira, com promoções de 50%, continuam a ser rentáveis para os hipermercados.

“Se as margens de lucro são brutais, podem baixar os preços ao consumidor e aumentar o que pagam aos produtores”, declarou ontem ao **CM** o dirigente da Confederação Nacional de Agricultores (CNA), João Dinis. O responsável falava à margem da manifestação da CNA contra as políticas agrícolas, onde deixou o recado de que “os custos das promoções se repercutam nos produtores”. Os agricultores dizem receber o mesmo há vários anos, embora as despesas de produção continuem a aumentar, a que se soma um mercado pequeno e sem concorrência. “O monopólio está a rebanhar toda a produção nacional”, sublinha João Dinis.

Os números do Observatório são rejeitados pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, que aponta “graves incorrecções” ao relatório por não analisar “todos os custos que a distribuição e outros operado-



Agricultores manifestaram-se ontem em Lisboa e denunciaram o receio de pagar as promoções

res económicos da cadeia alimentar suportam desde que o produto sai do produtor até chegar às prateleiras das lojas?”

“Monopólio rebanha toda a produção nacional”

João Dinis

Mas ao **CM**, fonte do Ministério da Agricultura confirma que as principais preocupações dos produtores nas reuniões da PARCA, a plataforma que a partir deste mês publicará preços desde a produção ao consumidor final, são “solicitações, por parte da distribuição, de descontos no fornecimento dos produtos para alinhar com campanhas de promoção decididas unilateralmente pela distribuição”.

PORMENORES

■ **PREÇOS DE PRODUTOS**
A cenoura e a maçã gala saem do produtor a 0,20 euros e 0,65 euros por quilo. O preço final cobrado é de 0,72 e de 1,52 euros.

■ **VENDA DE ACÇÕES**
O presidente da Fundação Gulbenkian e administrador não-executivo da Jerónimo Martins, Artur Santos Silva, vendeu em bolsa todas as suas acções daquela empresa. Os 7680 títulos valerão cerca de 108 mil euros.

ASAE já enviou conclusões para a Concorrência

■ A ASAE já enviou para a Autoridade da Concorrência as conclusões da investigação à campanha Pingo Doce, na qual apurou “índices de incumprimento” da lei. Arroz, óleo e whiskey são alguns dos produtos que podem ter sido vendidos abaixo do preço de custo, o que pode resultar numa coima até aos 30 mil euros. “É preciso averiguar os contornos da operação, mas estas iniciativas são comuns em vários países do Mundo”, diz o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira. ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 6 de Maio de 2012

Título: Não se ganha, não se paga II

Peça nº 47

ligação directa

Victor Bandarra, Jornalista
vmbandarra@tvi.pt

Não se ganha, não se paga! II



Marx e Salazar deram estrondosas reviravoltas na tumba. Por via da campanha de marketing selvagem encenada pela Jerónimo Martins nos supermercados Pingo Doce, Portugal e os portugueses assumem-se, de dia para dia, como exemplar caso de estudo.

Pouco dados a visitar periferias suburbanas, os criadores da campanha de vendas não imaginaram as violentas manifestações de consuntismo de sobrevivência que 50% de descontos provocaram na cabecinha de muito português ainda com 100 euros no bolso. Olho brilhante, um dos 'ocupantes' até aproveitou as câmaras de TV para criticar duramente Passos Coelho, enquanto concedia sermão laudatório ao dono do Pingo Doce. "Ao menos este dá-nos 50% de descontos, que é dinheiro! O Passos só nos tira subsídios! Devia era ter vergonha!" Atrás do agradecido consumidor, enquanto Marx dava outra voltinha no caixão, reparava-se nas prateleiras vazias – nem uma Coca Cola, nem uma bolacha dietética, nem um pacotinho de arroz basmati. Com Salazar aos pulos, uma facção do Povo à rasca lutava por mais um hambúrguer, perante a passividade



policial. Da ASAE nem rasto. "Genial", gritaram agressivos estudantes de Marketing e Publicidade.

Por essa hora, nas manifestações da CGTP e UGT, outras facções do Povo, trabalhadores encartados e reformados activos protestavam contra a miséria, o desemprego e o estado das coisas. Acusou-se a despuorada Jerónimo Martins de aproveitar feriado com Povo nas ruas para miserável campanha anti-1º de Maio. Face à loucura publicitária e ao frenesim das compras, frei Fernando Ventura assumiu e pregou na TV o seu "terrorismo" – propôs simplesmente que, no caso dos combustíveis, o Povo boicotasse o consumo de determinada marca, até os preços descerem em todas. Registraram-se sorrisos de condescendência.

Maugrado os sintomas, sejamos optimistas. Graças ao Pingo Doce, imagino que Dario Fo, vivíssimo

"Com Salazar aos pulos, uma facção do Povo à rasca lutava por mais um hambúrguer, perante a passividade policial."

Nobel e dramaturgo genial, reencontrou inspiração para nova versão da sua peça cômico-dramática "Não se ganha, não se paga!". Atento, o meu amigo Zé do Pneu assumiu a veia terrorista e aconselhou nova palavra de ordem às centrais sindicais: "Contra o marketing selvagem, o sindicalismo selvagem!" Como quem diz: em vez de manifestações cortinhas nas ruas, infiltrem-se nos supermercados e gritem: "Não se ganha, não se paga!" O Povo consumista havia de alinhar – poupava a 100%. ©

Publicação: Correio da Manhã

Data: 7 de Maio de 2012

Título: Não basta ser sério

Peça nº 48



LUÍS PIÕES DA SILVA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS DA ASAE

Não basta ser sério

O Governo decidiu o fim da Comissão de Aplicação de Coimas (CAC-MEP). A sua criação, há 20 anos, foi algo de inovador, já que o ónus da decisão dos processos saiu da esfera do organismo que inspecionava, a atual ASAE. Não basta sê-lo...

Este deveria ter sido o caminho a seguir por todas as autoridades administrativas, o que não aconteceu. E porque? Talvez porque os responsáveis máximos da CACMEP maioritariamente fossem magistrados. Talvez daqui adviesse a resistência de outros organismos em ter

Um magistrado à frente do serviço jurídico da ASAE dava credibilidade, rigor e imparcialidade

uma entidade assim a decidir os seus processos.

Como cidadão, o meu muito obrigado a todos que ali desempenharam funções e deram o seu melhor em prol de um projeto.

Agora, o presente. Como será a transição para a ASAE? Haverá independência e distanciamento para se decidir bem? Qual deverá ser o perfil de quem dirige esta área? Outrora o serviço jurídico da instituição era dirigido por um magistrado, nomeado por despacho conjunto entre o Ministério da Economia e da Justiça. Tal dava credibilidade, rigor e imparcialidade. Todos ganhavam.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 13 de Maio de 2012

Título: Venda com prejuízo

Peça nº 49

Venda com Prejuízo



FERNANDA PALMA
PROFESSORA CATEDRÁTICA DE DIREITO PENAL

Sob as vestes da uma designação inglesa ("dumping"), a contraordenação a que os Decretos-Leis nºs 370/93 e 140/98 chamam "venda com prejuízo" tem sido referida com insistência pela comunicação social desde o 1º de Maio. Tudo começou com a oferta, feita por uma cadeia de supermercados, de um desconto de 50% aos clientes, precisamente nessa data.

A lei portuguesa proíbe a venda de bens ao consumidor por um preço inferior ao preço de compra efetivo, acrescido dos impostos aplicáveis e dos eventuais encargos com o transporte. Caberá à autoridade administrativa competente – a ASAE – determinar se, neste caso, houve um efetivo prejuízo ou se as margens de lucro (leóninas) permitem um tal desconto.

Mas a lei admite exceções. Pode haver venda com prejuízo de bens perecíveis ameaçados de deterioração rápida, bens cujo valor comercial esteja afetado, bens cujo reaprovisionamento se possa efetuar a preço inferior, bens cujo preço esteja alinhado com o praticado para os mesmos bens por outro agente económico e bens vendidos em saldo ou em liquidação.

Porém, a pergunta que muitos portugueses farão – incluindo os largos mi-



lhares que aderiram à campanha – é esta: por que razão impede o Estado a venda com prejuízo, evitando que os consumidores usufruam de bens a preços mais acessíveis, numa situação de especial carência? De facto, não deveria ser sancionada apenas a conduta inversa, ou seja, a especulação?

A especulação, que se traduz na venda por preços superiores aos legalmente permitidos ou anunciados (artigo 35º do Decreto-Lei 28/84), é prevista como crime contra a economia, sendo punível com pena de prisão até 3 anos. Mas, sem possuir relevância penal, também a "venda com prejuízo" constitui uma atividade ilícita e é sanciona-

A "venda com prejuízo" constitui uma atividade ilícita e é sancionada com coimas

da com coimas até 15 000,00 €.

O fundamento deste regime sancionatório resulta de a venda por preços extraordinariamente baixos poder estar associada à pretensão de prejudicar e eliminar a concorrência, para domi-

nar o mercado e impor preços mais altos, em prejuízo dos consumidores. Esta prática é bem conhecida no comércio internacional como forma de conquistar quotas de mercado.

Não é fácil traçar a fronteira entre crimes como a especulação e contraordenações como a venda com prejuízo. Invoca-se o menor dano social ou a menor ressonância ética para explicar a decisão legislativa de configurar uma conduta como contraordenação e não como crime. Porém, os interesses postos em causa na venda com prejuízo justificam a proibição.

Coluna segundo as regras do Acordo Ortográfico

Publicação: Correio da Manhã

Data: 13 de Maio de 2012

Título: A estatística

Peça nº 50

LUÍS PIRES DA SILVA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS DA ASAE

A estatística é

A utilização da estatística para a tomada de decisões a partir dos dados de que se dispõe é algo que é necessário. O problema está quando esta deixa de ser uma ferramenta e se torna a única resposta para a tomada de decisões. A estatística pode tornar-se implacável, pois precisa de ser alimentada por números. O interesse de um cirurgião é que faça muitas cirurgias, mesmo que relegue para segundo plano a qualidade? A um inspector da ASAE é exigido que inspecione muitos operadores económicos, mesmo que apenas faça visitas... de médico? Procurar indícios da existência de animais doentes numa

A estatística pode tornar-se implacável, pois precisa de ser alimentada por números

quinta, onde são abatidos, apostos carimbos falsos na carne para depois ser colocada em talhos pode levar meses. Serão estas situações memória de outros tempos? A lógica dos números é persuasível e aparentemente justificável, no entanto pode colocar sérios riscos à sociedade. Será que no futuro os melhores juizes serão os que condenam mais? As melhores Autoridades as que prenderem quem lhes aparece à frente? Em conversa com um polícia francês, este dizia-me que as melhores estatísticas do bom funcionamento da justiça e das suas polícias aconteciam em Estados ditatoriais com elevados índices de corrupção.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 17 de Maio de 2012

Título: Cais do Sodré Operação da ASAE

Peça nº 51

CAIS DO SODRÉ Operação da ASAE

● A Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) estava ontem ao final da noite a realizar uma operação de fiscalização na zona de bares do Cais do Sodré, em Lisboa. A acção estava a ser chefiada, no local, pelo presidente do organismo, António Nunes. A PSP tinha um perímetro de segurança.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 17 de Maio de 2012

Título: Fecharam 220 Talhos

Peça nº 52

ESTIMA ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES DE CARNE DE LISBOA

FECHARAM 220 TALHOS

Fecharam 220 talhos só no concelho de Lisboa desde 2011, estima a Associação de Comerciantes de Carne, que exige a intervenção da ASAE na próxima campanha de promoções do Pingo Doce, que oferece 50% neste produto em compras superiores a 20 euros. O Mínipreço também adoptou o mesmo desconto.

“Queremos saber se há dumping, a origem e a qualidade da carne”, diz ao **CM** Jacinto Bento, da associação. “Estamos numa baixa de preços, que deveriam ser aumentados, pelo que alguém está a pagar menos por este produto.”



CARNE DE VITELA

4,98 €

O Pingo Doce, que dá 50% de desconto na carne, cobra 4,98 €/kg de vitela, que sai a 4,25 € do produtor.

A Bolsa de Bovinos, recomenda 4,25 euros o preço por quilo de vitela pago aos produtores. O **CM** constatou que este valor se fixa entre os 4,98 euros e os 7,98 euros por quilo no Pingo Doce, mas pode chegar aos 20,98 euros. ■ **S.P.**

Publicação: Correio da Manhã

Data: 18 de Maio de 2012

Título: Polícia vigiou operação da ASAE

Peça nº 53

RUSGA A BARES DO CAIS DO SODRÉ, LISBOA



Polícia vigiou operação da ASAE

■ Durante a madrugada de ontem a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) fiscalizou vários bares do Cais do Sodré, em Lisboa. António Nunes, presidente da ASAE (na foto), chefiou a operação, que decorreu sem incidentes. “Uma acção de rotina”, disse ao ‘CM’.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 21 de Maio de 2012

Título: Café cobra 0,50€ por cada copo de água

Peça nº 54

NA PRAIA DA ILHA DE FARO

Café cobra 0,50 € por cada copo de água

■ O café O Pirata, na praia da ilha de Faro, está a cobrar 50 centimos por um copo de água da rede. Apesar das reclamações de alguns clientes, a lei está do lado do proprietário do estabelecimento, garante a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

“O Estado não oferece nada a ninguém, tudo se paga, o terreno, as licenças, os alvarás, e porque é que eu sou obrigado a oferecer a água que pago? Estou



Papel anuncia o preço da água

aqui a tentar ganhar a vida, a prestar serviços, não sou uma entidade pública”, justifica Luís Marmeleite, proprietário do snack-bar. No balcão, um papel escrito à mão informa que ali a água custa 50 centimos, condição prévia para que a prática esteja de acordo com a lei, explicou fonte da ASAE. Isto porque os estabelecimentos de restauração e bebidas gozam de liberdade de fixação do preço dos produtos servidos. ■ LUSA

Publicação: Correio da Manhã

Data: 21 de Maio de 2012

Título: Usar bem o dinheiro

Peça nº 55

 **LUÍS PIRES DA SILVA**
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS DA ASAE

Usar bem o dinheiro

A Democracia e o seu bom funcionamento acarretam custos e os cidadãos devem ter a noção exata dos mesmos. Esses custos englobam, entre outros, o pagamento de salários dos deputados, funcionários públicos, reformas. Sempre, mas hoje mais do que nunca, tem que se saber exatamente onde e em quê se gasta o dinheiro de todos. Não é admissível retirar-se os subsídios de férias e Natal e depois gastar-se esse dinheiro em rubricas de utilidade duvidosa, tal como localizadores nas viaturas da ASAE. A comissão permanente das for-

Talvez seja necessária uma fiscalização mais séria da utilização dos orçamentos

ças e serviços de segurança, da qual a ASF-ASAE faz parte, já denunciou os enormes gastos com o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, que é uma parceria público-privada com a duração de 15 anos. Os princípios são bons, a existência necessária, mas nestes moldes quais são os custos para os contribuintes? Quanto se paga por mês? Será que o custo/benefício é justificável em tempos como estes? Talvez seja necessária uma fiscalização mais séria da utilização do dinheiro dos orçamentos atribuídos aos organismos e responsabilizar quem de direito.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 25 de Maio de 2012

Título: Euromilhões atrai mais apostadores

Peça nº 56

JOGOS ■ SUBIDA DE 5% NAS RECEITAS NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DO ANO

Euromilhões atrai mais apostadores

■ Aumento das receitas explicado pelos apostadores que abandonaram a prática de jogo ilegal. Nos últimos dias, ASAE fez doze detenções

● JOÃO SARAGAMO

O Euromilhões está a atrair apostadores que antes arriscavam no jogo ilegal. Nos primeiros quatro meses do ano, o lote europeu "registou um crescimento das receitas de cinco por cento", adiantou ao **CM** Paes Afonso, vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

"O crescimento é em parte explicado por um aumento de apostadores que abandonaram a prática de jogo ilegal. Para além do Euromilhões, esta subida de jogadores também se verificou na lotaria instantânea [Raspadinha]", referiu o vice-provedor.

O aumento das receitas dos jogos sociais ocorre num momento em que a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) tem desenvolvido intensa actividade de combate ao jogo ilegal. Desde segunda-feira, foram feitas doze detenções e apreendido material de jogo avaliado em 45 300 euros.

Ontem, na Anadia, uma pessoa foi detida e foi apreendida uma roleta no valor de 1500 euros. Na quarta-feira, em Ovar, foi apreendida uma máquina de jogo ilegal, avaliada em três mil euros. Na terça-feira, já tinham sido feitas duas detenções, em Odivelas e Loulé, e recolhido material de jogo avaliado em 11 500 euros.

Na segunda-feira, a acção dos agentes da ASAE numa empresa de Aveiro que explorava jogos ilícitos na internet resultou na detenção de nove pessoas e apreensão de material informático, 13 conjuntos de póquer e 28



A introdução de dois sorteios por semana levou a um acréscimo de jogo nos terminais da Santa Casa

baralhos de cartas, no valor de 29 350 euros.

Uma outra explicação avançada por Paes Afonso para o acréscimo de receitas resulta de

nos primeiros quatro meses do ano passado ainda não haver dois sorteios semanais (terça e sexta-feira). A mudança levou a que a SCML registasse uma subida dos resultados líquidos nos jogos de 20 por

cento, atingindo os 525,9 milhões de euros.

Para o sorteio de hoje está previsto um jackpot de 87 milhões de euros. ■

SAIBA MAIS

INÍCIO NO SÉCULO XV

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi criada em 1498 pela rainha D. Leonor.

229

anos celebra a Lotaria, a 18 de Novembro. Foi criada em 1873 pela rainha D. Maria I.

69

milhões de euros foi o prémio do Euromilhões em Março de 2011, registado em Chaves.

Misericórdia do Porto abre cantina social

● A Santa Casa da Misericórdia do Porto vai abrir na próxima semana uma cantina social, na Casa da Rua, em regime de take away, especialmente direccionada para famílias que perderam recentemente o emprego ou que estejam em dificuldades. A estimativa inicial é de que sejam distribuídas 65 refeições/dia. Contudo, esta poderá ser uma quantidade insuficiente: só na última semana, entre 85 e 95 pessoas recorreram à SCMP, divulgou Sandra Arouca, técnica da instituição. ■

Publicação: Correio da Manhã

Data: 26 de Maio de 2012

Título: Descontos Dão Queixa

Peça nº 57

PINGO DOCE ACUSADO DE PRESSIONAR FORNECEDORES

DESCONTOS DÃO QUEIXA

As associações de produtores acusam o Pingo Doce de querer obrigar os fornecedores a fazerem descontos em futuras campanhas, e admitem apresentar queixa na ASAE e nos tribunais, se se confirmarem as consequências negativas da recusa em assinar novas cláusulas que obrigam os produtores a baixarem os preços durante a vigência das promoções.

Ao CM, Pedro Pimentel, da Associação dos Industriais de Lacteínios (ANIL), garante que a ANIL "fará todas as queixas que forem necessárias". Pimentel afirma ainda que, devido



Produtores não querem pagar as promoções

PROMOÇÃO

50%

A promoção de 50%, em compras acima dos 100 euros, no Pingo Doce levou à denúncia dos produtores

à quota de mercado do Pingo Doce, nenhuma empresa leiteira, por exemplo, "pode dizer que não" à negociação, e que a "médio e longo prazo, vão deixar de ter capacidade de produzir". O Pingo Doce recusou comentar. ■ S.R.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 28 de Maio de 2012

Título: Cortar em chefias

Peça nº 58

● **LUÍS PIRES DA SILVA**
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS DA ASAE

Cortar em chefias

Planificar e montar uma fábrica tem um elevado grau de complexidade, contudo o difícil é gerir as pessoas que aí vão trabalhar. Um problema transversal a todos os organismos públicos é a gestão do pessoal. A ASAE não é excepção. Sem querer abordar a escassez de inspectores e pessoal auxiliar, nesta altura crítica que o País atravessa tem de se ter especial atenção ao dinheiro gasto com pessoal.

Um dos problemas graves com que a ASAE se tem deparado é a disparidade de ordenados entre pessoas

Este problema [disparidade de ordenados] só pode ser resolvido com o tão esperado estatuto

que na prática desempenham as mesmas funções. O que provoca mal-estar na instituição. Este problema apenas pode ser resolvido com o tão esperado estatuto dos inspectores da ASAE.

Entretanto, em vésperas da saída da Lei Orgânica, pode e deve cortar-se dinheiro em chefias que... não chefiam.

Sabe-se que este governo tem como objectivo diminuir o número de dirigentes. Espera-se que sejam extintos os lugares de chefia em que o número de funcionários é reduzido ou inexistente. A situação já deveria ter sido corrigida há muito tempo e é pena que tenha de ser feita devido às condições do País. Mais vale tarde do que nunca.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 2 de Setembro de 2012

Título: Operação da ASAE

Peça nº 59

CASCAIS

Operação da ASAE

■ A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica realizou ontem de madrugada uma operação em Cascais, tendo encerrado quatro bares por irregularidades diversas.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 2 de Setembro de 2012

Título: ASAE Novas Regras

Peça nº 60

ASAE Novas regras

■ As novas regras da ASAE entraram ontem em vigor. Na lista de tarefas, constam fiscalização das actividades económicas, avaliação de riscos alimentares e informação aos consumidores.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 3 de Setembro de 2012

Título: Mais cortes nos salários

Peça nº 61

LUÍS PIRES DA SILVA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDIC
DOS FUNCIONÁRIOS DA AS

Mais cortes nos salários

Está a ser elaborado o Orçamento de Estado para 2013, baseando-se na derrapagem do défice e na avaliação da troika. Esperam-se novas medidas de austeridade para compensar os subsídios que terão de ser pagos aos funcionários públicos e pensionistas. A eficiência e produtividade dos organismos são reflexo da satisfação das pessoas que lá trabalham. Em tempos de crise, a execução dos orçamentos, inevitavelmente reduzidos, tem de ser rigorosa. É necessário definir bem as prioridades

Não se pode tolerar mais um OE que não dê expectativa de futuro aos funcionários

de aplicação das verbas, para que os organismos continuem a prestar um bom serviço. Até ao final do ano está prevista a revisão das tabelas salariais dos funcionários públicos e suspeita-se que o resultado será a diminuição dos mesmos. No caso dos Inspectores da ASAE a tabela que está em vigor é de 2001 e já nessa altura, por ter sido mal negociada, trouxe prejuízos evidentes para os funcionários. As sugestões, a custo zero, feitas pela ASF-ASAE não têm sido contempladas. Não se pode tolerar mais um OE que não dê expectativa de futuro aos funcionários que tudo dão para prestar um serviço de excelência.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 6 de Setembro de 2012

Título: SEF lança operação

Peça nº 62

LISBOA

SEF lança operação

■ O SEF, a ASAE, a Autoridade Tributária e a PSP realizaram uma operação em Lisboa. Foram detectados três homens em situação ilegal e uma rulote de venda de alimentos foi encerrada.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 8 de Setembro de 2012

Título: CIGARROS avulso sem controlo

1/2

Peça nº 63



● ANDRÉ PEREIRA

É cada vez mais fácil encontrar quiosques ou pequenas lojas que vendem cigarros avulsos de origem desconhecida, sem qualquer controlo de fabrico e muito menos fiscal. A culpa, dizem grossistas e armazenistas, é da elevada carga fiscal que estimula a procura do produto mais barato. A Direcção-Geral de Saúde, por sua vez, considera o aumento do preço a melhor estratégia para reduzir o consumo.

Quem fuma, porém, dificilmente o deixa de fazer. Os fumadores sem dinheiro para comprar maços, que chegam a custar 4,20€, arriscam e procuram

Maço ilegal de 20 cigarros pode render o dobro

soluções mais em conta. Numa ronda por diversos pontos de venda em Lisboa, o **Correio da Manhã** constatou a facilidade de encontrar quem venda cigarros avulsos de qualidade duvidosa. O preço, dizem os vendedores, por regra imigrantes, varia entre os 25 e os 40 cêntimos cada, fazendo

com que um maço atinja oito euros, quase o dobro dos legais. Muitos vendedores, quando confrontados pela reportagem do **CM**, explicaram num português muito atabalhoado que desconheciam estar a cometer uma ilegalidade. Num desses quiosques, porém, foi o próprio comerciante a alertar para dois polícias, em-

patando o negócio até que estivessem suficientemente longe. Só depois de se afastarem é que foi buscar o maço, já aberto, de onde retirou dois cigarros.

A tendência de crescimento da venda ilegal de tabaco, acusam os representantes das associações de armazenistas e grossistas, vai agravar-se caso a carga fiscal sobre o produto volte a aumentar. Esta é, aliás, uma recomendação da DGS, que, no Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, considera "o aumento dos preços dos produtos do tabaco" como "a principal estratégia para limitar o seu consumo".

João Passos, da Associação de Grossistas de Tabaco do Sul,

alerta para os riscos acrescidos para a saúde dos consumidores: "O preço de venda ao público já está em valores difíceis de suportar para quem tem um ordenado inferior a 500 euros. A subida dos preços só vai aumentar a apetência do fumador para produtos mais baratos, sem saber o que está a fumar. É um risco enorme e desnecessário." A mesma opinião tem Helena Baptista, da Associação Portuguesa dos Armazenistas do Tabaco: "Aumentar

o preço do tabaco só vai aumentar o impacto do mercado paralelo. As pessoas vão continuar a fumar, e se não conseguem pagar o tabaco certificado compram o contrafeito. Isto só vai reduzir a receita fiscal do Estado." ■

Comerciantes dizem que desconhecem tratar-se de venda ilegal

Apreensões têm aumentado, mas o número de cigarros não

Publicação: Correio da Manhã

Data: 8 de Setembro de 2012

Título: CIGARROS avulso sem controlo

2/2

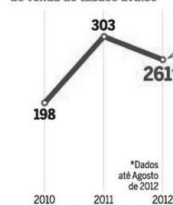
Peça nº 63

DE VENDA EM LISBOA

Apreensões

Fiscalização de tabaco avulso e contrafeito

Acções de fiscalização de venda de tabaco avulso



261 acções em 2012 que resultaram em:

217 apreensões

407 400 cigarros apreendidos, que equivalem a 20 370 maços de tabaco

O que contém um cigarro

Os cigarros certificados comercializados e fabricados em território nacional têm de ter, no máximo:

- 10 mg de alcatrão
- 1 mg de nicotina
- 10 mg de monóxido de carbono

Cigarro contrafeito contém:

Valores muito acima do permitido por lei de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono. Já foram encontrados vestígios de pêlo de rato, asas de insectos, plástico, pedaços de baratas, grãos de areia, insecticidas, sementes de ervas, algodão, etc.

Pêlo de rato, restos de barata e plástico

■ A composição de um cigarro contrafeito é a mais variável possível, tendo-se já encontrado vestígios de pêlo de rato, insectos, plástico, insecticidas e até serradura. "Como é fabricado sem qualquer controlo de qualidade, muitas das vezes nos locais mais impensáveis, é possível encontrar-se de tudo", disse ao CM fonte do mercado, referindo-se a situações já detectadas de cigarros feitos em grutas.

A composição dos cigarros contrafeitos é uma das preocupações de grossistas e armazenistas. João Passos, da Associação de Grossistas de Tabaco do Sul, lamentou as dificuldades que as autoridades europeias têm em colaborar com os fabricantes de tabaco: "Há muito a ideia que ao denunciar a péssima qualidade do cigarro contrafeito se está a fazer a apologia do cigarro certificado." Helena Baptista, da



Nos armazenistas existe controlo no tratamento do cigarro

Associação Portuguesa dos Armazenistas do Tabaco, alerta para a intenção da Comissão Europeia uniformizar as embalagens. "A nova directiva, se for em diante, só vai facilitar a contrafeição do tabaco. Isso vai aumentar os riscos para a saúde pública. Se as pessoas podem fumar tabaco certificado, não há razões para estimular o contrafeito." ■

Tabaco contrafeito

2010

277 apreensões

de 679 277 maços de tabaco

no valor de 2 490 919,16 €

valor da fraude 1 992 735,33 €

2011

278 apreensões

de 879 793 maços de tabaco

no valor de 3 348 543,00 €

valor da fraude 2 686 834,40 €

2012*

230 apreensões

de 134 863 maços de tabaco

no valor de 502 632,80 €

valor da fraude 402 106,24 €

*Resultados contabilizados até ao mês de Agosto de 2012

Fonte: GNR/Tabaco

407 MIL CIGARROS APREENDIDOS EM 2012 PELA GNR

■ A GNR, através da Unidade de Acção Fiscal, desencadeou, de Janeiro a Agosto, 261 acções de fiscalização a venda de tabaco avulso, resultando na apreensão de 407 400 cigarros. Os números da actividade da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica não foram revelados em tempo útil pelo Ministério da Economia.

PORMENORES

● **ORIGEM A ORIENTE**
Segundo a GNR, o tabaco contrafeito detectado em Portugal tem origem no continente asiático, chegando ao mercado via países do leste europeu.

● **LEGISLAÇÃO**
O artigo 12.º da Lei 37/2007 de 14 de Agosto, que regula o tabaco em Portugal, refere que "as embalagens de cigarros não podem ser comercializadas contendo menos de 20 unidades".

● **VENDA NA NET SEM REGRA**
A compra de tabaco através da internet não tem qualquer controlo nem fiscalização. A sua origem e qualidade são, na maioria dos casos, desconhecidas.

● **VENDA A MENORES**
A Direcção-Geral de Saúde tem nas suas prioridades perceber e detectar a origem do tabaco vendido a menores. Os estudos dizem que aos 13 anos, 17 por cento já experimentaram fumar.

DISCURSO DIRECTO

CRISTINA BÁRBARA Pneumologista, H. Pulido Valente

"Têm outras drogas para manter vício"

Correio da Manhã - Quais as consequências para a saúde do tabaco contrafeito?

Cristina Bárbara - O tabaco legal tem mais de quatro mil elementos, a maioria lesivos para a saúde, podendo provocar cancro, problemas de pele, de estômago e outras doenças. O ilegal, sem qualquer controlo, ainda é pior.

- É um problema grave...
- O tabaco contrafeito é mais barato e por norma os cigarros têm outras drogas para manter o vício e aumentar a capacidade adictiva dos seus componentes. É muito perigoso.

- Os fumadores que consomem tabaco ilícito estão mais expostos ao risco?
- Como não há um controlo de fabrico, de higiene, de nada, o risco para a saúde dessas pessoas é ainda maior. ■



EVASÃO FISCAL ATINGIU OS 2,6 MILHÕES DE EUROS

■ Segundo os dados revelados pela GNR, em 2011 foram efectuadas 278 apreensões de tabaco contrafeito em Portugal, no total de 17 595 860 cigarros apreendidos, com o valor de 3,3 milhões de euros. Aplicando o imposto, o valor da fraude fiscal é, refere a Unidade de Acção Fiscal, 2,6 milhões de euros. Em 2010, o destaque foi de 1,9 milhões de euros.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 10 de Setembro de 2012

Título: Sempre os mesmos

Peça nº 64

LUÍS PIRES DA SILVA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS DA ASAE

Sempre os mesmos

Os funcionários públicos ouviram mais do mesmo nas novas medidas anunciadas pelo PM para o Orçamento de 2013. Não se vislumbra esperança no futuro! A justificação da ilegalidade pronunciada pelo Tribunal Constitucional, princípio da igualdade, é resolvida com o “não se pode comparar o que não é igual”. E isto é bem verdade! Por exemplo, os inspectores da ASAE são as pedras basilares do organismo, mas não têm poder para renegociar os seus contratos, coisa que aconteceria numa qualquer em-

Inspectores da ASAE são pedras basilares do organismo, sem poder de renegociar os seus contratos

presa privada. Também não podem tentar compensar o montante do vencimento que lhes foi retirado, através de um part-time, equilibrando os seus orçamentos, pois têm estatuto de exclusividade. O argumento de que não há despedimentos é falso: existe a mobilidade especial. A verdade é que há benefícios e carências tanto no emprego público como no privado e não se pode dizer que um é melhor do que o outro, são só diferentes. Hoje começa um novo curso para inspectores-adjuntos da ASAE e, desejando que seja um sucesso, este deveria realizar-se já como estatuto de inspectores aprovado. Era um sinal de esperança no futuro.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 17 de Setembro de 2012

Título: Sumo de laranja com larvas

Peça nº 65

Sumo de laranja com larvas

■ Jorge Pacheco e a esposa, Carla, grávida de 13 semanas, apresentaram ontem queixas na PSP e na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), logo após terem verificado que o sumo de laranja comprado na loja Vitaminas & Companhia, no Centro Comercial Dolce Vita Tejo, na Amadora, continha seis larvas. “A minha mulher ficou tão enojada que foi rapidamente à casa de banho para vomitar”, disse Jorge Pacheco, técnico de rastreio de saúde. “Telefonámos para o INEM, e informaram que caso a minha mulher sofresse novos enjoos, devia ir ao hospital”, acrescentou.

O casal explicou que o sumo foi servido pelas 14h56 e que após estabelecido contacto com o piquete da ASAE, foram informados duas horas depois, por um inspector, que seria realizada uma inspecção à loja. Às 19h00, no local, o **Correio da Manhã** verificou que o estabelecimento comercial mantinha as portas abertas. Uma das funcionárias recusou-se a dar explicações sobre a situação narrada pelo casal. ■ J.S.



Jorge Pacheco fez queixa

Publicação: Correio da Manhã

Data: 18 de Setembro de 2012

Título: ASAE Reforço

Peça nº 66



Publicação: Correio da Manhã

Data: 22 de Setembro de 2012

Título: ASAE Aumento de coimas

Peça nº 67

ASAE

Aumento de coimas

■ A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – ASAE – defendeu ontem o aumento das coimas, durante uma audição na Assembleia da República.

Publicação: Correio da Manhã

Data: 24 de Setembro de 2012

Título: Agora p'ra frente!

Peça nº 68

LUÍS PIRES DA SILVA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS DA ASAE

Agora, p'ra frente!

Os portugueses assistiram a todos os conselhos. PSD, CDS e por fim Conselho de Estado. Chegou a hora de apreender com os erros, tomar decisões e avançar. Haverá novas medidas de austeridade e uma remodelação governamental. Será normal nos compromissos públicos os membros do governo serem apupados, com muita da classe política. Aceitem e habituem-se. Os verdadeiros problemas são outros: as pessoas que antes da crise se remediavam, hoje estão mal e tudo

Será normal os ministros serem apupados. Habituem-se: os verdadeiros problemas são outros

indica que o seu futuro será o estado de miséria. E os funcionários públicos, que têm como 'patrão' o governo, a par dos pensionistas estão em estado de grande dificuldade económica e social. Iniciou-se um curso de inspectores-adjuntos da ASAE, que juntar-se-ão a colegas que esperam desde 2006 uma reestruturação da carreira. Irão ganhar cerca de 860 euros/mês e o que se espera deles é que dominem mais de 1100 diplomas, que decidam rápido e eficazmente, muitas vezes afrontados por pessoas que acham as leis desajustadas e injustas. Será este nível remuneratório adequado?

Publicação: Correio da Manhã

Data: 26 de Setembro de 2012

Título: Polícias aderem a manifestação

Peça nº 69



As forças de segurança, que já se manifestaram diversas vezes, integram sábado o protesto da CGTP

Polícias aderem a manifestação

■ Elementos da PSP, GNR, ASAE, SEF, Guarda Prisional e Polícia Marítima vão ao protesto

● MAGALI PINTO/MIGUEL CURADO

As forças de segurança prometem aderir em grande número à manifestação convocada pela CGTP para o próximo sábado, em protesto contra as medidas de austeridade. Estarão presentes elementos da PSP, GNR, SEF, ASAE, Guarda Prisional e Polícia Marítima.

A decisão final foi tomada anteontem, após reunião entre to-

dos os organismos. “Estes profissionais lutam contra reduções de vencimento, e esperam por alterações nos estatutos profissionais”, disse Paulo Rodrigues, presidente da Comissão Coordenadora Permanente das Forças de Segurança. Os agentes que se manifestem no sábado contra as políticas de austeridade podem exercer a sua autoridade em casos urgentes.

“Os polícias têm obrigação de agir, ajudando aqueles que estão de serviço”, explicou.

“Não esperamos complicar a vida aos colegas que estão de serviço, mas também não vamos deixar de lutar pelos nossos direitos e de expressar, de forma evidente, aquilo que é a nossa não-concordância com algumas políticas”, concluiu Paulo Rodrigues.

Entretanto, o Sindicato Nacional da Polícia anunciou ontem que suspendeu as negociações que manti-

nha com o Ministério da Administração Interna sobre o estatuto profissional da PSP. ■

Decisão foi tomada após reunião entre as forças de segurança

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Publicação: Diário de Notícias

Data: 8 de Janeiro de 2007

Título: ASAE apreendeu 16 mil peças de vestuário

Peça nº 70

Consumo ASAE apreendeu 16 mil peças de vestuário

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica anunciou ontem a apreensão de 16 mil peças de roupa de marcas desportivas falsificadas no valor de 50 mil euros, num fabricante de Braga. Segundo o comunicado da operação, o material contrafeito inclui capas impermeáveis, guarda-chuvas, chapéus, gorros, bonés e almofadas. I

Publicação: Diário de Notícias

Data: 13 de Janeiro de 2007

Título: ASAE apreendeu 12 toneladas de produtos à base de carne

Peça nº 71

Sintra ASAE apreende 12 toneladas de produtos à base de carne

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu 12 toneladas de produtos à base de carne estragados e instaurou um processo-crime numa empresa transformadora de carne no concelho de Sintra. Na acção, que decorreu entre segunda e quarta-feira, foram também apreendidos, 900 quilos de queijo. I

Publicação: Diário de Notícias

Data: 16 de Janeiro de 2007

Título: Apreendidos 20 mil maços de tabaco

Peça nº 72

ASAE

Apreendidos 20 mil maços de tabaco

📍 Céu Neves

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu ontem quase 20 mil maços de tabaco por terem valores de alcatrão e monóxido de carbono que ultrapassam os impostos pela lei portuguesa. Foram fiscalizados 14 armazéns, entre importadores e grossistas, faltando ainda apurar operadores em Lisboa e no de Porto, razão pela qual a operação vai continuar durante o dia de hoje.

São sete as marcas à venda no mercado nacional que não respeitam a lei portuguesa: Rothmans, Dunhill, Mayfair, Starling, Berkley, Sovereign e Golden American. Esta última é a que tem maior expressão entre os 19 848 maços apreendidos.

O tabaco confiscado pela ASAE tem um valor global de 55 974 euros, sendo que quase metade (23 151) resulta da fiscalização realizada em Lisboa, onde apenas foi visto um armazém, mas de grandes dimensões.

Operação de fiscalização continua hoje em Lisboa e Porto para apreender tabaco com alcatrão superior ao permitido por lei

Foram inspeccionados mais dois locais no Porto e a totalidade dos importadores/representantes e grossistas identificados no Norte, Alentejo e Algarve.

Venda ao público de fora

A autoridade policial não vai deslocar-se aos estabelecimentos de venda de tabaco ao público, por se tratar de uma missão que diz ser “impossível”. Assim, apela aos comerciantes para que devolvam os maços que tenham em seu poder, como já ontem fizeram muitos importadores e grossistas, segundo o assessor de imprensa da ASAE, Manuel Lage.

É que o consumidor está dependente da fiscalização e da sensibilização dos operadores para retirarem as sete marcas do mercado nacional, já que a rotulagem não indica que os valores excedem em uma miligrama o previsto na lei portuguesa. Segundo o decreto-lei nº 25/2003, cada cigarro não deve conter mais de 10 mg de alcatrão e de 10 mg de monóxido de carbono.

A operação da ASAE decorre de uma denúncia da Direcção-Geral de Saúde, depois de analisar as listas de ingredientes entregues pelos importadores. Estes são obrigados a apresentar até o dia 30 de Setembro de cada ano a composição dos cigarros. As sete marcas não só excediam as quantidades legais de alcatrão e de monóxido de carbono, como prestavam uma informação enganosa ao consumidor. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 17 de Janeiro de 2007

Título: 2,9 milhões de maços de tabaco apreendidos

Peça nº 73

Inspeção 2,9 milhões de maços de tabaco apreendidos

**A Autoridade para a
Segurança Económica e
Alimentar já apreendeu
mais de 2,9 milhões de
maços de tabaco, no valor
de 8 870 744 euros, mas a
operação não terminou.
Só em Lisboa recolheram
2,853 milhões de maços. O
objectivo é impedir a
venda das marcas
Rothmans, Dunhill,
Mayfair, Starling, Berkley,
Sovereign e Golden
American por conterem 11
mg de alcatrão e 11 mg de
monóxido de carbono,
mais um miligrama que o
limite exigido por lei. I**

Publicação: Diário de Notícias

Data: 21 de Janeiro de 2007

Título: ASAE fecha três postos de combustível

Peça nº 74

Estremoz

ASAE fecha três postos de combustíveis

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) suspendeu a actividade de três postos de abastecimento de combustíveis no centro da cidade de Estremoz. Segundo a ASAE, as bombas instaladas no Rossio Marquês de Pombal foram encerradas por "falta de controlo metrológico", na sequência de uma operação de fiscalização. As bombas não tinham o selo comprovativo da aferição actualizado. Compete agora às operadoras, a Répsol e a Galp, solicitar a actualização da certificação para poderem retomar a actividade. I

Publicação: Diário de Notícias

Data: 1 de Maio de 2007

Título: Fumar em locais proibidos vai custar até mil euros de multa

Peça nº 75

Fumar em locais proibidos vai custar até mil euros de multa

Coimas. Proprietários que não impeçam clientes de fumar com coimas no mesmo valor

RUTE ARAÚJO

Puxar de um cigarro e acende-lo num restaurante, numa discoteca, num centro comercial ou no local de trabalho vai custar caro. Um fumador apanhado a infringir a lei sujeita-se a uma multa que vai dos 50 aos mil euros. Os principais agentes da autoridade serão os próprios proprietários, que podem chamar a polícia caso tenham um cliente incumpridor. Até porque estão sujeitos a coimas do mesmo valor se não impedirem o fumo. Os outros frequentadores podem queixar-se, utilizando o livro de reclamações.

No caso dos lares e instituições que acolhem idosos ou deficientes, não é necessário consumir o acto, tentar fumar já é punível com coimas que correspondem a metade destes valores.

Mas a lei não vai entrar em vigor de imediato. Depois de a Assembleia da República aprovar a nova legislação, há um período de um ano para a sociedade de adaptar às novas regras.

Um das críticas levantadas do lado de quem defende que o fumo deve ser proibido está a incerteza quanto ao destino dado ao dinheiro que será angariado com as multas.

A lei estabelece que 60% deste valor reverte para o Estado, mas não determina que seja aplicado na luta contra o tabagismo. Vítor Veloso, Presidente da Liga Portuguesa Contra o Cancro, é uma das vozes críticas. "Nós, como organização não governamental, temos desenvolvido um trabalho longo na área da prevenção primária. E, neste campo, o Estado nunca fez nada", refere. Mas a grande dúvida do responsável passa pela fiscalização. É que o fumo

hoje já está abolido de vários locais, como os estabelecimentos de saúde e de ensino e os transportes. Mas as coimas são residuais. "Nunca vi as regras do tabaco serem cumpridas neste país. Não há consciência social, e, no futuro, terão de ser utilizadas metodologias mais rigorosas porque, senão, não vale a pena fazer a lei", refere, lembrando que um fumador passivo recebe 30 a 50% dos agentes cancerígenos do fumo dos outros.

O tabaco é actualmente responsável por 30% das mortes por todos os tipos de cancro, e não apenas do pulmão.

Caberá à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) fazer cumprir a lei. Os restaurantes se locais de diversão que tenham mais de 100 metros quadrados, e os postos de trabalho, podem

ASAE fica com a função de fazer cumprir as regras

criar salas de fumo, mas têm de respeitar regras de isolamento que impeçam o ar de circular para os locais de não-fumadores.

Um dos grandes opositores à nova lei é a Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP). Uma semana antes da discussão no Parlamento, a ARESP veio lembrar um inquérito promovido pelo próprio Ministério da Saúde, realizado no ano passado, no qual a maioria dos portugueses (75%) afirmava concordar com a permissão de consumir tabaco em espaços de diversão como as discotecas. Para este sector, abolir o fumo significará "graves prejuízos socio-económicos". Os representantes da restauração referem ainda que a lei é "altamente lesiva dos direitos e liberdades dos cidadãos". ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 5 de Maio de 2007

Título: Inspeção fecha padarias por falta de higiene

Peça nº 76

Inspeção fecha padarias por falta de higiene

Abrangência. A acção decorreu em 45 fábricas de pão e bolos de todo o País

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) encerrou oito fábricas de pão por “falta de condições de asseio e higiene”, na sequência de uma acção de fiscalização a unidades de panificação de todo o País, anunciou, em comunicado.

Foram inspeccionados 45 operadores, por 20 brigadas que instauraram 32 processos de contra-ordenação e um processo-crime que levou a uma detenção. “Foi suspensa a actividade de um operador no Norte, de

três na região Centro, de outros três em Lisboa e Vale do Tejo e de um no Algarve”, adianta o comunicado.

Segundo os responsáveis, para além da falta de higiene, as principais infracções prenderam-se com a falta de formação e de condições técnico-funcionais, ausência de sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP), falta de controlo de pragas, falta de licenciamento e deficientes condições higiossanitárias.

A ASAE pretendeu verificar se as regras de segurança alimentar, higiene e qualidade dos géneros estavam a ser cumpridas. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 6 de Maio de 2007

Título: ASAE apreende produtos contrafeitos

Peça nº 77

ASAE apreende produtos contrafeitos

Vilar Formoso. Na feira, encontraram mercadoria ilegal no valor de 271.987 de euros. Abertos 38 processos-crime

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu ontem, na feira de Vilar Formoso, mercadorias no valor de 271.987 euros. Foram instaurados 38 processos-crime devidos a 36 situações de contrafacção (relativas a calças, *T-shirts*, óculos, cintos, calçado e perfumes) e dois de usurpação de direitos de autor, cópias de DVD e CD. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 9 de Maio de 2007

Título: Apreendidos em Olhão 700kg de peixe

Peça nº 78

Apreendidos em Olhão 700 kg de peixe

Fiscalização. Cinco armazéns fecharam por não cumprirem normas higiossanitárias

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) encerrou ontem cinco armazéns da Docapesca de Olhão, numa operação de fiscalização que resultou na apreensão de cerca de 700 quilos de pescado nacional e internacional.

Esta acção, que visava garantir a legalidade das práticas comerciais, foi efectuada por seis brigadas da ASAE, totalizando 15 inspectores.

Foram apreendidos um total de 684 quilos de peixe e, após uma verificação feita por um veterinário, 631 quilos foram doados a uma instituição de solidariedade social e os restantes 53 quilos destruídos.

Segundo a ASAE foram instaurados sete processos de contra-ordenação e suspensa a actividade de cinco armazéns na loja, porque não reuniam condições higiossanitárias nem técnico-funcionais e operavam com um deficiente método de acondicionamento do pescado.

Nesta acção também foram verificadas as unidades de frio, o plano de higiene, manutenção, controlo de temperatura e de pragas e a qualidade da água utilizada. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 14 de Maio de 2007

Título: "Quem vem à feira sabe que não está a comprar marcas, não é?"

Peça nº 79

Contrafação. Fiscalização da ASAE na Feira do Relógio

"Quem vem à feira sabe que não está a comprar marcas, não é?"

Agentes apreenderam material de contrafação no valor de 56 130 euros

MARIA JOÃO CAETANO

"Olha a ASAE, vem aí a ASAE", um rapaz de boné vermelho e mochila às costas atravessa a Feira do Relógio em passo apressado. O aviso espalha-se rapidamente. Não há tempo a perder. Abrem-se sacos de plástico, recolhe-se a mercadoria, uma banca repleta de óculos escuros fica vazia em poucos segundos, tudo para dentro das carrinhas, portas fechadas. Para alguns, no entanto, já é tarde de mais. Ontem de manhã, uma operação da ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) naquela que é uma das principais feiras de Lisboa levou à apreensão de material de contrafação no valor de 56 130 euros. Camisolas com símbolos da Ralph Lauren e da Puma, perfumes Dolce & Gabbana, malas, ténis, toalhas de praia "de marca" que eram, afinal, falsificações pouco sofisticadas.

Quando os inspetores da ASAE entram na Feira do Relógio, por volta das dez e meia, sabem exactamente o que procuram e aonde se devem dirigir. Desta vez, tinham referências dos sete postos de venda. Logo de manhã, os informadores da ASAE



Agentes encapuzados apreendem material

"foram às compras" para se certificarem de que os alvos estavam no seu local. A poucos metros dali, no posto da PSP dos Olivais, 20 agentes policiais e cerca de 30 inspetores da ASAE aguardavam o OK para avançar. Alguns deles, porque trabalham à paisana, cobrem a cara com máscaras negras. É agora. Com coletores identificadores, armas carregadas, intercomunicadores e algemas no cinto, a equipa entra na feira a correr,

sem hesitações, afastando a multidão e ignorando os insultos.

"Ladrões, deviam era prender os grandes, aqui trabalha-se para viver", lança um dos vendedores vizinhos, vestido de preto, a ralva nos olhos.

"Aqui ninguém é enganado", argumenta outro. "As pessoas que vêm à feira sabem que não estão a comprar marcas, não é? Pois se custa cinco euros, só se fosse um milagre."

Os inspetores recolhem o mate-

rial em sacos de plástico negros mas não são feitas detenções – os donos das bancas fogem ou afastam-se. "As vezes ficam ali por perto mas fingem não ser nada com eles", explica um dos agentes. No final da operação, a inspetora responsável está satisfeita por, mais uma vez, ter agido em nome "dos direitos dos consumidores e dos industriais". "As feiras são ambientes sempre hostis, mas nós já estamos habituados", explica.

ASAE ACTUA EM TODO O PAÍS

1682 peças de contrafação, sobretudo têxteis e malas, foram apreendidas no Relógio

1 Na operação de ontem participaram duas unidades: a UCIF (Unidade Central de Investigação e Fiscalização) e a FISEC (Fiscalização Económica). De fora ficou a SESAL (Segurança Alimentar)

2 Ontem não houve detidos, mas foram instaurados 9 processos-crimes, 7 deles contra desconhecidos

3 No ano passado, a ASAE fiscalizou 2550 locais em todo o país

4 Em 2006, acções de fiscalização da ASAE no âmbito da contrafação, pirataria informática e direitos de autor levaram à apreensão de artigos no valor de três milhões de euros

Meta hora depois, a normalidade volta à Feira do Relógio. Os compradores não parecem incomodados pela presença dos polícias de colete amarelo nem pelo facto de algumas bancas terem ficado vazias. Andam-se aos tropeços para comprar furturas, morangos, bacalhau, "salas da moda" e discos mais ou menos pimba. Um vendedor apregoa artigos da Zara e da Mango a cinco euros: "São verdadeiros, vejam a etiqueta."

Publicação: Diário de Notícias

Data: 17 de Maio de 2007

Título: ASAE encerra padaria com baratas e aranhas

Peça nº 80

ASAE encerra padaria com baratas e aranhas

Viseu. Inspectores fecharam uma das maiores panificadoras do concelho, mas proprietário não terá acatado

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) mandou encerrar a Panificadora Ideal, em Vildemoinhos, uma das maiores do concelho de Viseu, “com base na falta de higiene e na necessidade de efectuar obras para ficar conforme as exigências legais”, afirmou ao DN Manuel Lage, porta-voz do organismo.

Na panificadora “foram detectadas baratas, aranhas e outros bichos, desconformidade das instalações e falta de asseio e higiene”, contou ao DN um dos inspectores que efectuou a vistoria na terça-feira. Mas durante o dia de ontem a panificadora esteve a funcionar e “a distribuir pão e bolos”, apurou o DN junto de várias fontes. Uma situação que Manuel Lage aponta como “um crime de desobediência que a confirmar-se fará com que o proprietário incorra em pena de prisão”. O DN tentou ontem ouvir António Morais, o proprietário da Ideal, mas sem sucesso. ■ – A. A., Viseu

Publicação: Diário de Notícias

Data: 19 de Maio de 2007

Título: Acção da ASAE encerra três bares e discotecas

Peça nº 81

Acção da ASAE encerra três bares e discotecas

Lisboa e Sintra. Inspectores visitaram 20 estabelecimentos de diversão nocturna

Uma acção de fiscalização da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), realizada na madrugada de ontem nos concelhos de Lisboa e Sintra, resultou no encerramento de três bares e discotecas e na emissão de 15 processos de contra-ordenação e um processo-crime.

Junto de fonte da ASAE, o DN soube que esta acção decorreu em 20 espaços de diversão nocturna da zona do Parque das Nações e do Cais do Sodré, em Lisboa, e das freguesias de Cacém, Sintra, Massamá e Quezuz, no concelho de Sintra. A fiscalização, que se prolongou até às 04.00, envolveu 15 brigadas, num total de 30 inspectores da ASAE.

“Três bares e discotecas – de pequena dimensão e nenhum deles

muito conhecido – foram encerrados de imediato, por falta de asseio e higiene e falta de formação dos empregados que manipulam alimentos e bebidas, além de outras falhas”, referiu a mesma fonte.

“Logo após a inspecção, os clientes saíram e os três estabelecimentos encerraram de imediato. Os responsáveis desses espaços têm de efectuar as correcções necessárias e depois solicitarem à ASAE uma nova

fiscalização para verificar se já cumprem as normas. Se tudo estiver em condições, será levantada a interdição e autorizada a reabertura dos estabelecimentos”, explicou.

Adiantou que a visita a um estabelecimento resultou num “processo crime por usurpação de direitos de autor, porque o *disc jockey* estava a passar CD piratas. Foram-lhe apreendidos 163 discos ilegais”. ■

DANIEL LAM



Fiscalização durou até às 04.00

Publicação: Diário de Notícias

Data: 26 de Maio de 2007

Título: "ASAE quer fazer 34 mil inspecções em 2007"

1/2

Peça nº 82

Entrevista. A Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica está na ordem do dia. Fecha restaurantes, bares, discotecas, faz rugas em feiras. Mas também é criticada pela forma como actua. O seu presidente falou ao DN e TSF, numa entrevista que pode ser hoje ouvida pelas 11.00. Aqui fica o essencial dessa conversa

"ASAE quer fazer 34 mil inspecções em 2007"



António Nunes apareceu munido de um enorme 'dossier' com papéis para "responder a perguntas esquisitas" dos jornalistas

MARTIM SILVA e LUIS PROENÇA (TSF)

A ASAE tem ano a ano. Quantas acções de fiscalização já fizeram?

A ASAE tem acções de fiscalização praticamente todos os dias. No ano passado verificámos cerca de 20 mil operadores e o objectivo para este ano são 34 mil. E tentar ir a todas as juntas de freguesia do País, para não ficarmos apenas nos centros urbanos.

Como é que se chega a todas as freguesias com 280 inspectores?

Com muito trabalho. Os meus inspectores não trabalham sete horas por dia, trabalham nove, dez, onze, doze...

Quais as áreas com mais fiscalizações?

Temos a área alimentar e a económica e as duas têm mais ou menos o mesmo número. Temos como princípio tentar fiscalizar ocorrências que possam ter um vasto conjunto de pessoas (Algarve, Rock in Rio). Na área económica temos actividades complexas, como as feiras, em que se verificam crimes. Na parte alimentar, trata-se sobretudo de matéria contra-ordenacional. Depois, temos a pirataria, usurpação de direitos de autor, etc.

Como são definidas as prioridades?

Além do número de pessoas que se servem de determinados operadores, também agimos em função das denúncias. No ano passado, recebemos oito mil. E também em função das 47 mil denúncias escritas pelos cidadãos. E a comunidade...

nais e revistas, vemos os noticiários e, com tudo isto, directores e actividade para locais e produtos que são os mais apetecíveis para os consumidores.

Os meus inspectores não trabalham sete horas por dia, trabalham nove, dez, onze, doze horas por dia...

Nos hipermercados a lei cumpre-se?

Se perguntar aos inspectores onde eles mais gostam de trabalhar, é nos hipermercados. Porque é aí, e também nas cadeias de fast-food, que os padrões são mais universais, e os produtos ali vendidos entram e saem com grande facilidade. O que não quer dizer que não existam situações aberrantes. Já encontramos contra-facção em grandes superfícies e burras em centros comerciais.

Não há o perigo de as denúncias serem feitas por concorrência económica?

Haverá muitas falas. Para nós, o objectivo não é esse, é saber se o comércio da denúncia tem razoabilidade, e a maior parte tem. Em 98% das vezes encontramos situações irregulares.

Quanto processos foram levantados? E quantos estabelecimentos encerraram?

Encerrámos 960 estabelecimentos, temporariamente. A ASAE não faz as leis nem é entidade sancionatória. É só a entidade inspectora. Em termos de sancionamento, a actividade que nós temos ainda não tem resposta, porque um

perfil

Tem 52 anos
Licenciado em Economia
Preside à ASAE desde o início de 2006
Liderou a Protecção Civil e a Direcção-Geral de Viação vários anos

processo-crime ou contra-ordenacional demora sempre tempo. Os primeiros processos da ASAE estão agora na fase de serem julgados. Apesar de alguns operadores se queixarem de que aplicamos a lei de forma cega, as sentenças de tribunais que já existem têm-nos dado razão. **Sente que os agentes económicos já estão a mudar de atitude?**

Só temos um caso estudado, e é positivo. No ano passado fomos a Fátima. Suspendemos a actividade de estabelecimentos e levantámos 285 autos de contra-ordenação, na área da restauração mas também na venda de produtos, que ali é muito elevada. Fizemos reuniões com associações de comerciantes e a câmara para alterar o pavimento e, este ano, estivemos lá e não suspendei os nenhuma actividade e levantámos 33 autos. Surtiu efeito.

Os agentes económicos queixam-se do alarido das vossas acções?

Admito isso, mas também liço digo que podem fazer publicidade e dizer que ASAE esteve lá e está tudo bem.

Em ano e meio, apreenderam material no valor de 55 milhões de euros. Para onde foi?

A maior parte é destruído. Os produtos alimentares são perecíveis. Os produtos estão todos à ordem dos processos, mas a generalidade é para destruição. Em alguns casos, por exemplo, algumas camisolas em que a etiqueta não esteja visível, o Ministério Público pode mandar cortar as etiquetas e destruir por entidades que necessitem. Nalguns produtos alimentares, congelados, depois de verificação pelos médicos, que vão para o banco alimentar, e

"Não pode haver bom senso, a lei é para cumprir"

cumprimento das leis? É igual um DVD pirata e uma colher de pau num restaurante?

Não pode haver avaliação no acto de fiscalização. No momento em que for o inspector a decidir, tem 282 opções diferentes (o número de inspectores existentes). Isso não pode acontecer. O colher de pau é legal ou ilegal? Esse rigor é essencial. O inspector não tem capacidade para decidir. Tem de observar. Se houver ilegalidade, tem de enquadrar a si

alguém imagina que quem vende roupa não sabe que os preços têm de estar alinhados? Ainda hoje levantamos autos por não haver livro de reclamações!

Qualquer DJ sabe que não pode ter discos piratas. Mas ainda ora tem foi detido um por ter. O que é isso do bom senso? É que isso pode transformar os inspectores em juizes e isso daria maus resultados.

É uma estratégia a preocupação com uma imagem de con-

As leis são para ser cumpridas. Não se tem o direito de fazer acções de fiscalização, que têm um custo elevado, sem consequências. E o Governo quis dar nota de que há uma organização nova, com uma atitude nova. A margem não é muita: ou se cumpre e se obriga a cumprir ou fica sem se saber muito bem o que é isso da fiscalização. Há questões que estavam por cumprir há 14 anos, como as questões de roulagem. Uma atitude mais rigorosa é a que me-

Publicação: Diário de Notícias

Data: 26 de Maio de 2007

Título: “ASAE quer fazer 34 mil inspecções em 2007”

2/2

Peça nº 82

“Só 18% dos restaurantes não cumprem as regras”

Porque é que os agentes aparecem armados e encapuzados?

A ASAE tem nos quadros 280 inspectores em actividades operacionais. Nalguns casos temos de utilizar pessoas que poderiam ser reconhecidas no ambiente familiar. Agora, a maioria não está encapuzada. Quanto ao acompanhamento da PSP e da GNR, pode servir para dissuadir comportamentos de alteração da ordem pública. Muitas vezes o prevaricador não quer aceitar a situação e sabe que comete um crime. Esta intervenção é bem-vinda.

Não há aí uma demonstração desproporcionada de força?

Temos um conhecimento exacto do que se passa nas feiras. Sabemos quais são as bancas que vendem contrafacção, quais os operadores, em que dias o fazem, quantas bancas existem. E tudo isto é calculado com as forças de segurança. Os meios são proporcionais em cada feira.

Quase se pode dizer que, em cada acção, lá está uma câmara de TV e o presidente da ASAE. Não há aqui busca de protagonismo?

A comunicação social só vai porque entende que é um facto de interesse público. Se nós desenvolvermos todas as acções sem conhecimento do público, uma parte importante do nosso trabalho – de prevenção, de alerta – não funciona. Podia gastar cinco milhões e fazer uma campanha na TV, mas não temos esse dinheiro. A notoriedade da ASAE é hoje elevada, e isto permite-nos cumprir uma parte do nosso papel. Quanto a mim, é verdade que assumi algum protagonismo. Mas alguém tinha de dar a cara. Fez-se uma opção, decidiu-se que seria eu a aparecer. Foi para assumir responsabilidades por esta casa.

Vem aí a nova lei do tabaco. Quem estiver a fumar num bar ou restaurante corre o risco de ver a ASAE entrar por ali dentro com caçadeiras e encapuzada?

Vamos ver como vai ser a lei. Agora, eu não tenho ao hoje qualquer falta de urbanidade dos grandes fumadores. Portanto, acho que é importante ao pé da pessoa e da liberdade de expressão “os fumadores não podem não fumar, apesar de serem fumadores dignos”. Se há fumadores que levantam a mão...

A comunicação social é importante?



É verdade que assumi protagonismo. Mas alguém tinha de dar a cara

22 por cento do PIB. Trata-se de uma questão cultural ou resulta das dificuldades económicas?

Uma parte é cultural. Em geral, quando sai uma lei, a maior parte das pessoas pensa como pode fugir. Isso vê-se nos impostos. O português, o homem do Sul, gosta disso, como gosta de contar anedotas e dos bons vinhos e petiscos. Por outro lado, à medida que as economias estão mais precárias, muitas pessoas procuram negócios paralelos.

Como está a situação nos restaurantes?

Na restauração a taxa de incumprimento que encontramos é na casa dos 18%. Isto dá-nos algum conforto. A maioria das coisas está bem. Procuramos ir a locais onde haja mais conflitualidade. Os estabelecimentos de diversão nocturna é aonde vamos mais vezes. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 1 de Setembro de 2007

Título: ASAE apreendeu 801 pares de Crocs na feira

Peça nº 83

Viana do Castelo. Denúncia partiu de representante da marca em Portugal

ASAE apreende 801 pares de Crocs na feira

Feirantes queixam-se de perseguição e falaram aos inspectores das lojas

PAULO JULIÃO, Viana do Castelo

A agitação da feira semanal de Viana do Castelo teve, ontem, outros contornos com dezenas de agentes da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e da PSP a irromperem pelo espaço. Uma queixa da representante em Portugal da Crocs, sobre a venda de modelos contrafeitos daquela popular sandália, foi um dos pretextos da operação que levou à apreensão de 801 pares daquela marca, avaliados em mais de 28 mil euros.

"Trata-se de um produto de venda sazonal mas são modelos registados. A representante da marca acaba de fazer uma denúncia para não deixar descurar este produto", justificou ao DN Fátima Araújo, directora regional do Norte da ASAE. A operação de ontem, acompanhada pelo DN, começou pouco depois das 10.00. Cerca de meia centena de inspectores da ASAE e outros tantos agentes da PSP, alguns munidos de caçadeiras, passaram revista às dezenas de feirantes. "Eram chinelos de plástico, sem marca. Agora a mi-



Operação envolveu meia centena de inspectores da ASAE

Sandália da moda

As Crocs são a grande moda deste Verão. São feitas numa resina especial, muito leve (um par pesa 160 gramas), resistente e antiderrapante. Há para adultos e crianças, em vários modelos e cores, custam entre os 30 e os 50 euros.

Chamam-se Crocs, numa alusão à resistência do crocodilo.



nhia mulher vai responder em tribunal", contou Diniz António, feirante em Viana há 25 anos. Este vendedor garante tratar-se de uma perseguição aos feirantes. "Numa rua bem perto da feira há pelo menos três lojas a venderem o mesmo produto. Fiz queixa, agora, à ASAE e ninguém fez caso", diz, revoltado, sabendo que a mulher, Mariana, era uma das cinco pessoas detidas na operação.

No total, foram apreendidos 5699 artigos contrafeitos, entre óculos, relógios, cintos, vestuário e calçado, CD e DVD, tudo avaliado em 286 890 euros. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 9 de Setembro de 2007

Título: Investida da ASAE no Porto fechou nove bares e discotecas

Peça nº 84

Fiscalização. Brigadas apresentaram-se encapuzadas e armadas

Investida da ASAE no Porto fechou nove bares e discotecas

PSP TAMBÉM NO TERRENO

Na mesma noite, 156 agentes fiscalizaram por toda a Área Metropolitana do Porto

Durante a noite de sábado foram inspeccionados 54 locais

JOANA DE BELEM

Nove estabelecimentos de diversão nocturna do Porto foram encerrados por falta de licenciamento. Uma megaoperação da ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) fiscalizou 54 casas durante a noite de sexta-feira e fechou as portas ao Academia, Brasília Club, Contagiar-te, Granel, Maus Hábitos, Plano B, Quando Quando, Sublime e Triplex, cujos clientes foram obrigados a sair. É possível que mais espaços venham a ser encerrados, já que outros dez ficaram notificados para apresentar as licenças no espaço de 24 horas. Alguns já o fizeram ontem, disse fonte da ASAE.

A "rusga", que envolveu 24 brigadas da ASAE, num total de cerca de 80 inspectores encapuzados e armados, decorreu por toda a cidade: Zona Industrial, Boavista, Santo Ildefonso, envolvente à Faculdade de Ciências e Sé. Paralelamente, também a PSP/Porto desenvolveu uma acção em estabelecimentos de diversão nocturna (*ver caixa*).

Para além dos encerramentos, a ASAE determinou a suspensão parcial de actividade da danceteria Arrasta o Pé e de outro espaço que, por "falta de condições de aseo e higiene", viram encerradas as suas cozinhas, disse ao DN fonte daquele organismo.

Foi ainda detido um homem em cujo estabelecimento foram encontrados 340 CD piratas identificados, ficou com termo de identidade e residência. Num outro espaço foram apreendidos



Cerca de 80 inspectores participaram na operação, com uma detenção por usurpação de direitos de autor

António Fonseca critica "belicismo" da fiscalização

164 CD, mas não houve detenções porque "o responsável não estava no local", adiantou ainda a ASAE. Foram também levantados 22 processos de contra-ordenação por "questões técnico-funcionais", como a falta de discos de proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores, livro de reclamações, tabela de preços e horários de funcionamento, entre outros.

É possível que mais espaços venham a ser encerrados

Não só os proprietários têm críticas a fazer à actuação da ASAE como também "à forma bélica como se faz a fiscalização, perturbando o regular funcionamento de alguns estabelecimentos", disse ao DN o presidente da Associação de Bares e Discotecas da Zona Histórica do Porto (ABDZHP). António Fonseca defende a realização destas acções mas, para além do "apa-

rato", aponta o dedo ao *timing* escolhido. No seu ponto de vista, "estratégico para desviar as atenções do essencial, que é a incompetência da polícia no combate à criminalidade violenta que se tem vindo a verificar". Além disso, acrescenta, "estas acções são feitas sem o mínimo respeito pelos consumidores, que de um momento para o outro são postos na rua".

António Fonseca diz ainda que se deve "separar o trigo do joio", nomeadamente os casos que já fizeram pedidos de licenciamento há vários anos - antes da entrada em vigor da nova lei que permite um licencia-

A PSP/Porto também realizou uma operação em estabelecimentos de diversão nocturna, que envolveu 156 elementos policiais. Foram levantados cerca de três dezenas de autos por contra-ordenação, dos quais cinco por incumprimento de horário, quatro por irregularidades com segurança, dois por falta de licença e outros dois por inexistência de ligação à Central Pública de Alarmes. Levantados ainda autos por presença indevida de menores, falta de licença da Sociedade Portuguesa de Autores, de dístico de proibição de venda de bebidas alcoólicas, de aviso de livro de reclamações, de horário de funcionamento e de tabela de preços. Foi também detido um homem de 34 anos, na zona da Cordoaria, Porto, por tráfico de estupefacientes, tendo-lhe sido apreendidas 195 doses individuais de haxixe e pólen de haxixe. A PSP controlou 1950 pessoas - duas mulheres estrangeiras foram notificadas para abandonar o País.

mento tácito no caso de falta de resposta da autarquia no prazo de 30 dias - e que nunca viram a situação resolvida. Ou como um bar da Ribeira, "encerrado por não ter uma máquina para lavar copos".

O Bar Quando Quando, na Foz, também foi encerrado pela falta de um documento exigido pela nova legislação. Apesar de garantir concordar com estas acções, Nataniel Ferreira, gerente do espaço, lamenta que não abranjam todos os estabelecimentos: os bares de praia mesmo frente ao seu "nem sequer foram alvo de visita pelas autoridades". ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 10 de Setembro de 2007

Título: Discoteca de João Loureiro foi encerrada pela ASAE

Peça nº 85

Porto. Nova operação fechou mais quatro estabelecimentos

Discoteca de João Loureiro foi encerrada pela ASAE

Via Rápida, espaço da moda, não possui licença de funcionamento

JOANA DE BELÉM

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) fechou as portas a mais quatro estabelecimentos de diversão nocturna do Porto por falta de licenciamento, elevando para 13 as casas encerradas por aquele organismo durante o último fim-de-semana. A discoteca Chic, que reabriu sexta-feira, após luto pela morte de Aurélio Palha, foi fiscalizada e estava legal.

Ao que o DN conseguiu apurar, a discoteca Via Rápida – propriedade de João e Jorge Loureiro e local frequentado por personalidades da moda e futebolistas –, a danceteria Arrasta o Pé, a casa de *strip* Penthouse e o bar Prioridade foram os espaços que, cumpridas as 24 horas desde a mega-acção que a ASAE efectuou sexta-feira à noite, não apresentaram as devidas licenças.

Recorde-se que cerca de 80 elementos da ASAE inspecionaram, sexta-feira, 54 estabelecimentos de diversão nocturna, tendo sido encerrados nove e outros dez ficado notificados para apresentar a documentação até à noite de sábado. Apenas seis entregaram os comprovativos da respectiva licença, documentos que estão a ser analisados pela ASAE – cuja acção de reinspecção envolveu oito inspectores.

A danceteria Arrasta o Pé, a quem tinha sido decretada suspensão par-



Via Rápida, propriedade da família Loureiro, é uma das 13 casas que foram fechadas no fim-de-semana

PSP também voltou a fiscalizar a noite

A PSP/Porto também voltou à carga pela segunda noite consecutiva. Uma nova operação de fiscalização dos estabelecimentos de diversão nocturna decorreu durante a madrugada de ontem, com o levantamento de 18 autos por contra-ordenação, por motivos vários: falta de licença e de vigilante, inexistên-

cia de detector de metais e de ligação à Central Pública de Alarmes e infracções relativas a irregularidades com segurança. Durante a acção, que terminou cerca das 06.00, foram controladas cerca de 2100 pessoas, das quais 12 foram detidas. As detenções foram originadas por condução ilegal (6),

roubo (5) e condução sob o efeito do álcool (4). Foram ainda notificados três cidadãos estrangeiros para comparecer no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Nas últimas duas madrugadas, a fiscalização da PSP/Porto originou o levantamento de cerca de meia centena de autos por contra-ordenação.

cial de actividade, que se reflectiu no fecho da cozinha por falta de asseio e higiene, acabou por ver no dia seguinte as suas instalações totalmente encerradas.

O balanço destas duas operações realizadas durante o fim-de-semana no Porto, resultou no fecho de 13 estabelecimentos de diversão nocturna (a somar aos já referidos, Academia, Brasília Club, Contagiar, Granel, Maus Hábitos, Plano B, Quando Quando, Sublime e Triplex) na instauração de dois processos-crime e 22 processos de contra-ordenação, além da detenção de um indivíduo por usurpação de direitos de autor. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 16 de Setembro de 2007

Título: ASAE detém proprietária de bar da Ribeira do Porto

Peça nº 86

ASAE detém proprietária de bar da Ribeira do Porto

Fiscalização. Estabelecimento tinha ordem de encerramento mas continuava a funcionar.

Uma empresária de hotelaria foi detida ontem de madrugada numa acção de fiscalização realizada pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) a estabelecimentos de animação nocturna do Porto. A entidade levantou ainda um processo-crime noutra estabelecimento da zona industrial.

A acção decorreu na sequência de uma outra fiscalização ocorrida no fim-de-semana passado em que foram vistoriados mais de 50 estabele-

cimentos, tendo sido ordenado o encerramento de 13 casas. Desta vez, como afirmou ao DN uma fonte da ASAE, a visita teve como principal objectivo "ver se as contra-ordenações estavam a ser cumpridas".

Na Ribeira, a proprietária do bar Prioridade, que se encontrava aberto apesar da interdição, foi detida e está notificada para ir amanhã a tribunal. Na zona industrial o mesmo acontecia com o Sublime mas, dada a ausência do proprietário, foi levantado um processo-crime. Dos bares que deviam estar encerrados um terceiro estava aberto porque interps uma providência cautelar. ■



Noite na mira das autoridades

Publicação: Diário de Notícias

Data: 19 de Setembro de 2007

Título: Veterinária anula acção da ASAE e do Ambiente

Peça nº 87

Suínicultura. As inspecções realizadas em Leiria ficam sem efeito

Veterinária anula acção da ASAE e do Ambiente

Técnico de veterinária dá aval a suínicultores detidos por desobediência

JACINTA ROMÃO

Os dois suínicultores de Leiria que a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e a Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT) levaram a tribunal, no dia 14 do mês passado, por desobediência às obrigações impostas pelas duas entidades, conseguiram regularizar, em menos de um mês, as suas pecuárias, através da Direcção dos Serviços de Veterinários da Região Centro.

Contrariando a avaliação dos inspetores da ASAE e da IGAOT, realizada no dia 2 de Agosto, durante a qual estes deram cinco dias aos industriais para retirarem o efectivo de animais em excesso e regularizar diversas outras situações que constituíam infracção, um técnico dos serviços de Coimbra atesta que as explorações têm condições para manter

aquele efectivo. A garantia consta de documentos oficiais destinadas a garantir o funcionamento de ambas as suíniculturas, mantendo as infracções que constam dos autos da ASAE e da IGAOT, entre as quais se destaca o enterramento de cadáveres de porcos junto a linhas de água.

O técnico atesta ainda que as explorações dispõem de instalações adequadas para o efectivo existente. No caso da empresa da Bidoeira de Cima, a Agro-pecuária Diamantino

400 mil porcos em Leiria

este chegou a ser o efectivo de suínos nos concelhos da bacia hidrográfica do rio Lis

83 carga de efluentes

é a percentagem atribuída pelos estudos à agro-pecuária para despoluir a região

Marto, Lda., o documento diz que pode ter 351 porcas reprodutoras, 850 leitões e 1050 porcos de engorda. No que toca à Rações Veríssimo, SA, na localidade de Casalito, Amor, as instalações são dadas como adequadas para 1100 porcas reprodutoras, 2500 leitões e 5500 porcos de engorda, números que levaram os inspetores a levantar os autos. Ambos os documentos referem uma visita realizada a 21 de Agosto, após a detenção dos industriais e da sua ida a tribunal, onde foram constituídos arguidos e ficaram com termo de identidade e residência.

As declarações têm data de 29 de Agosto e asseguram a legalidade de explorações que os inspetores consideraram estar a funcionar sem cumprir a legislação ambiental, de segurança alimentar e económica e de bem-estar animal. Foi este o sentido com que foi anunciada a operação de inspecção, que começou a 10 de Julho e se estendeu a todo o País. Começou em Leiria e logo no primeiro dia foi suspensa a actividade de uma suínicultura em Vila do Conde. ■

Suínicultores pressionam Governo

Leiria. Federação dos criadores pediu moratória para os associados

A Federação de Associações de Suínicultores (FPAS) escreveu ao secretário de Estado adjunto da Agricultura, Luís Vieira, a 11 de Julho, logo no dia seguinte ao do começo do programa de inspecção da ASAE e da IGAOT ao sector. Numa carta de quatro pontos, solicitava uma moratória para que os industriais "tivessem tempo de licenciar e reclassificar a grande maioria das explorações existentes". A FPAS recordava, ao

governante - nessa missiva que resultava de "uma reunião urgente" - que "está em fase final o projecto de um decreto-lei para regularizar aquelas situações" e apontava como exemplo o grupo de trabalho que o próprio havia criado para o efeito.

A carta pretendia, também, transmitir ao secretário de Estado, "a perplexidade e a preocupação com as questões de ilicitude detectadas" e, entretanto, "notificadas pela ASAE". O documento refere-se a situações como as dos dois empresários de Leiria (ver texto em cima) no que toca a "diferenças encontradas entre o

efectivo presente nas explorações" e aquele "definido pelo título" de cada uma das suíniculturas em causa.

Os dirigentes ressaltam, no referido documento, "nada terem a opor às acções inspectivas", mas dizem que "não compreendem nem podem aceitar que através de acções articuladas e claramente desenquadradas" do "propósito estratégico" para o sector, "definido e assumido superiormente pelo ministro da Agricultura", venha a ser posto em causa o que afirmam ser um processo que levará à "equidade" entre todas as suíniculturas. ■ J.R.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 20 de Setembro de 2007

Título: ASAE atenta ao bioterrorismo

Peça nº 88

ASAE atenta ao bioterrorismo

Encontro. Especialistas europeus debatem segurança alimentar em Lisboa

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) vai ter um grupo de trabalho sobre bioterrorismo, para avaliar riscos e procedimentos em caso de crise. A primeira reunião do grupo realiza-se na próxima segunda-feira e a ASAE espera que, em 2008, o grupo de trabalho já esteja a funcionar em pleno.

Com apenas um ano e meio de existência, a ASAE “já é conhecida de todos os portugueses”, congratulou-se o ministro da Economia, Manuel Pinho, que esteve presente na



Restauração tem mais higiene

abertura do encontro dos líderes da ASAE e da EFSA – European Food Safety Authority, reunidos em Lisboa até amanhã para debater a segurança alimentar. “À medida que as intervenções da ASAE aumentam, a taxa de contravenções detectadas diminui. O que significa que a mensagem está a passar”, concluiu.

Esta ideia foi corroborada por Manuel Barreto Dias, director científico da ASAE, que considera que o organismo contribuiu para que, nos últimos 18 meses, “o nível de higiene e qualidade dos restaurantes aumentasse.” Na sua opinião, “A ASAE é uma alavanca”, um incentivo aos empresários. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 20 de Setembro de 2007

Título: ASAE fecha mercado da Marinha Grande

Peça nº 89

ASAE fecha mercado da Marinha Grande

Higiene. Suspensão imediata da actividade leva câmara a procurar alternativa

A Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) encerrou, ontem ao fim da manhã, o mercado municipal da Marinha Grande por razões de ordem higiossanitárias e técnico-funcionais.

Após uma inspecção realizada no local, foi decretada a suspensão imediata do funcionamento. Os comerciantes tiveram conhecimento da decisão e pediram, desde logo, esclarecimentos aos autarcas. Barros Duarte, presidente da câmara, adiantou ao DN que a autarquia se reuniu, durante a tarde, com os vendedores

e assegura que vão procurar um local alternativo. No entanto, ontem à tarde, Barros Duarte admitiu que ainda não havia qualquer solução e que o assunto vai ser discutido, hoje, na reunião do executivo.

"Não vai ser nada fácil resolver a situação criada", adiantou o autarca. Julga que "a maior confusão vai ser ao sábado e à quarta-feira", os dias com mais movimento. "Cada um assume as suas responsabilidades", respondeu ao ser confrontado com a decisão da ASAE e perguntou: "Se não tinha condições porque não o fecharam mais cedo?", frisando que parte dos problemas apontados no auto da ASAE não são novos. ■

JACINTA ROMÃO

Publicação: Diário de Notícias

Data: 22 de Setembro de 2007

Título: Mercado de ar livre vende mais

Peça nº 90

Mercado de ar livre vende mais

Marinha Grande. Providência cautelar contra fecho do mercado municipal

“Está muito mais gente hoje do que era costume lá dentro”. Maria da Conceição, vendedora de fruta era uma das comerciantes satisfeitas com os resultados do dia. Ontem vendeu em plena rua depois da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) ter encerrado, na quarta-feira, o mercado da Marinha Grande por falta de higiene.

“Tenho mais espaço, agora as condições são piores”, dizia. E, brincando com o facto de a venda estar a ser feita ao ar livre, exclamava: “A maior diferença é que o telhado é



Feirantes na Praça Stephens

roto”. De resto era em ambiente de boa disposição que os vendedores trabalhavam ontem de manhã praça Stephens. Odete Barroca, uma das clientes, diz mesmo que aquele “é o melhor local para o mercado porque dá vida ao centro da cidade”.

As comerciantes assumem à reportagem do DN: “as condições [do mercado] até já foram piores. Havia ratos lá dentro - agora só vinham os pequeninos, ratazanas havia antes taparem os ralos”.

A câmara da Marinha Grande promete obras e ontem, em reunião, decidiu avançar com uma providência cautelar contra o encerramento. Até lá, o mercado vai estar em tendas junto ao estádio de futebol. ■ J.R.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 22 de Setembro de 2007

Título: Ourém. Dois detidos no mercado semanal

Peça nº 91

Ourém. Dois detidos no mercado semanal

Duas pessoas foram detidas quinta-feira, por crime de usurpação, numa acção realizada pela ASAE e pela PSP no mercado semanal de Ourém, na qual foram apreendidos artigos avaliados em 144.663 euros. Além dos detidos, um homem e uma mulher, foram ainda identificados quatro indivíduos, dois por contrafacção e dois por usurpação. Na operação foi apreendida roupa, sapatilhas, sapatos, cintos, perfumes, cd's e dvd's.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 23 de Setembro de 2007

Título: Venda de peixe proibida por falta de água corrente

Peça nº 92

Marinha Grande. Ninguém se entende quanto ao destino de um mercado pronto há quatro anos e chumbado nas inspecções. Os feirantes preferem ficar na antiga praça, fechada pela ASAE na quarta-feira por falta de condições. No novo recinto, improvisado, também não as há

Venda de peixe proibida por falta de água corrente

ASAE identificou peixeiros e proibiu a venda nas tendas

JACINTA ROMÃO

Celeste era a mais desesperada das vendedoras de peixe no mercado provisório da Marinha Grande (num terreno junto ao estádio), ontem de manhã, mal tinha começado a inspecção da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE). Percebeu de imediato que ia perder os 350 euros que tinha gasto em pescado. Momentos mais tarde, mais calma mas sem parar de chorar, já com a "praça" vazia, perguntava: "O que é que eu vou fazer ao peixe?".

Ao contrário do que costuma acontecer, os inspectores não apreenderam o pescado, "estava em boas condições", admitiram, o que não acontecia com o local de venda que era "impróprio". Obrigaram, por isso, a recolher o peixe para os carros-frigorífico.

Brigadas eram compostas por 14 inspectores

Mas aquela não era a única comerciante em desespero. Emília Lopes gastara 2000 euros e também pouco vendeu porque os inspectores chegaram por volta das 09.30. "À hora a que começava a chegar a maior parte dos compradores", comentava-se.

Entraram sem coletes que os identificassem. Primeiro, observaram as bancadas improvisadas sobre caixotes de plástico. Era tudo, mas mesmo assim o cheiro de alcatrão estava inundado de água e começava a ficar coberto com escumas. Em redor viam-se todo o tipo de recipientes de plástico com água já turva de servir para lavar desde as almas minúsculas ao peixe grande.

As brigadas eram compostas por 14 inspectores, oriundos de Castelo Branco, Coimbra e Lisboa. Assim que começaram a identificar as vendedoras, instalou-se a confusão com mulheres aos gritos e gente a agarrar-las para que não se agredissem ou ferissem alguém. Celeste lamentava-se:



MERCADO NOVO NUNCA FUNCIONOU

Autarquia gastou dois milhões de euros num espaço pronto há quatro anos

A problemática do mercado na Marinha Grande é essencialmente política. Executivo municipal de maioria CDU e a oposição PS admitem esse facto e os comentários da população apontam no mesmo sentido. Ontem, em plena inspecção da ASAE, vendedores e consumidores falavam da "política que tem impedido de resolver o problema". Logo a seguir ao encerramento do mercado, na quarta-feira, a Concelhia do PS emitiu um comunicado dizendo que há um mercado pronto (feito durante o mandato socialista) e que a câmara municipal o deve usar. Barros Duarte, o presidente eleito pela CDU, diz que é preciso gastar mais 2.200 milhões de euros para resolver os problemas do edifício que as vistorias dos bombeiros e a avaliação das autoridades de saúde chumbaram. Por sua vez, o presidente da Assembleia Municipal (APM), Luís Marques, recorda que a APM autorizou a câmara a "dar o destino que entender ao chamado novo mercado porque não serve para esse efeito". O que aconteceu, diz, "é que o PS fez um mau negócio para a autarquia". Isto porque cedeu terrenos num valor próximo dos 20 milhões de euros, no âmbito de uma permuta com o construtor do mercado, e recebeu uma parte de um edifício no valor de dois milhões, quando tinha direito a cerca de cinco. É para o usar terá de gastar mais 2.200 milhões.



A chegada das autoridades alarmou os comerciantes, que se queixam do prejuízo que tiveram

Estamos à vontade, porque actuamos de boa-fé. Mas alguém ligado ao PS incitou a venda de peixe nas tendas

Barros Duarte
Presidente da câmara

"Não me disseram que não podia vender aqui". O presidente da câmara, Barros Duarte (CDU), e o vereador responsável pelo mercado, Artur de Oliveira, garantiram ao DN que avisaram os feirantes para "manterem o peixe e a carne nas carrinhas frigoríficas e venderem a partir delas". Do grupo de vendedoras ouviu-se a resposta dizendo que "essa solução é uma hipocrisia". E perguntavam: "Como é que podíamos fazer a

venda nessas condições se as pessoas não podiam ver o peixe?".

Depois do reboliço, Barros Duarte congratulou-se por "em 48 horas, nestas tendas provisórias" - reportando-se ao tempo que tiveram após o encerramento do mercado municipal pela ASAE na quarta-feira por falta de condições de higiene e funcionamento -, "ter melhores condições do que há em Pataias (concelho de Alcobaca) e na Maceira (Leiria)

ou em concelhos da região de Lisboa".

Prometeu obras no mercado e garantiu que interpusse uma providência cautelar contra a decisão da ASAE de o fechar porque a autoridade de saúde atestou que não há perigo para a saúde pública. "Estamos à vontade porque actuamos de boa-fé", disse, apontando o dedo à oposição. "Alguém ligado ao PS incitou a venda de peixe nas tendas", acusa, a

Publicação: Diário de Notícias

Data: 23 de Setembro de 2007

Título: ASAE confisca marisco

Peça nº 93

ASAE confisca marisco

Ílhavo. Autoridade proibiu os operadores de voltarem a vender o alimento cozinhado

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu ontem 160 quilos de marisco cozido no mercado municipal da Costa Nova, Ílhavo, tendo proibido os operadores de voltarem a vender produto confeccionado. Trata-se de uma actividade tradicional com grande procura, sobretudo pelos visitan-

tes de fim-de-semana. Segundo os inspectores da ASAE, o marisco confiscado, avaliado em 1965 euros, foi cozinhado fora do mercado e sem as condições de climatização para a conservação dos alimentos. Foram detectados 86 quilos de pescado fresco sem rotulagem, mas o problema foi corrigido pelo operador. A visita da ASAE resultou em 10 processos de contra-ordenação contra 18 operadores inspeccionados por falta de condições higiosanitárias. ■ - J.A.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 25 de Setembro de 2007

Título: Mercado que custou 2 milhões “chumbado” antes de abrir

Peça nº 94

Marinha Grande. Autoridades de saúde contradizem-se nos relatórios de 2006 e no actual

Mercado que custou 2 milhões “chumbado” antes de abrir

Discussão política acesa por causa do mercado fechado pela ASAE

JACINTA ROMÃO

Os vendedores da Marinha Grande continuavam sem espaço definido para exercerem a actividade, após o encerramento do mercado antigo pela ASAE. Ontem intensificaram-se as querelas políticas entre a maioria CDU e a oposição PS, com os socialistas a acusarem a actual gestão da câmara de delapidar o erário público e de não aproveitar o mercado herdado da gestão PS.

O novo mercado custou cerca de dois milhões de euros. Foi uma obra

que resultou de uma permuta com a empresa construtora do edifício, que tem comércio e habitação. Foi entregue (e dado como pronto) há mais de três anos, mas nunca chegou a abrir por falta de condições, segundo parecer da autoridade de saúde. Esta detectou, entre outros problemas, deficiências de arejamento e iluminação, alvessos e tectos.

Nas últimas eleições autárquicas, a CDU ganhou a câmara e aliou-se ao PSD, conseguindo, desse modo, alcançar a maioria absoluta. No que toca ao mercado decidiu abandonar o projecto e alienar o espaço, porque os custos para o pôr a funcionar atingiam os 2,2 milhões de euros. Só que o velho mercado também foi alvo de uma inspecção realizada pela Saúde

Pública, em Agosto de 2006, a qual concluiu que “não apresenta condições higieno-sanitárias”. Este relatório foi remetido à Autoridade para a Segurança Alimentar (ASAE) pelo Governo Civil de Leiria. E no passado dia 19, a ASAE fechou o mercado. Reacendeu-se então a disputa política entre os dois partidos com maior representação na câmara.

No fim-de-semana, a ASAE voltou à Marinha Grande e proibiu a venda de peixe nas tendas do mercado que a câmara improvisou junto ao estádio de futebol. Mas a autarquia apresentou uma providência cautelar contestando os autos da ASAE, sustentada num parecer da autoridade de saúde concelhia, e promete obras de requalificação no edifício.

Ao longo da semana prosseguiu a disputa política. Logo na sexta-feira, dia 22, a concelhia do PCP emitiu um comunicado onde dizia que os vereadores do PS tinham votado contra a apresentação da providência cautelar, “sem ter ouvido a autoridade de saúde.” Iniciava à luta pela abertura do mercado e dizia que o “povo não paga a traidores”. Entretanto, a concelhia do PS também emitiu um comunicado aconselhando a câmara a usar o mercado novo. Ontem, os vereadores deste partido realizaram uma conferência de imprensa para protestar contra “a forma de o PCP fazer política”. Disseram que a actual coligação “está a esbanjar dinheiro” e que “não é assim que se defendem os interesses da população”. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 26 de Setembro de 2007

Título: ASAE vai apertar com os restaurantes

Peça nº 95

ASAE vai apertar com os restaurantes

Fiscalização. Organismo liderado por António Nunes quer baixar taxa de incumprimento para metade

O presidente da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) anunciou ontem o objectivo de baixar para 10% a taxa de incumprimento no sector da restauração e bebidas, actualmente a rondar o dobro. Segundo António Nunes, será "aceitável" atingir aquele valor a breve prazo, num universo de 250 mil empresas. Para esse efeito, e além das acções de esclarecimento e prevenção, a ASAE conta reforçar o número de inspecções, 20 mil em 2006, para o dobro este ano. António Nunes falou à margem de uma sessão de esclarecimento promovida pela Associação Empresarial de Viana do Castelo e que juntou mais de 350 empresários da região. Questionado pelos empresários sobre as limitações impostas na confecção de alguns pratos gastronómicos tradicionais locais, o responsável sublinhou que a ASAE "limita-se a aplicar a lei". "Se as leis não permitem, não digam isso à ASAE, digam a quem de direito", explicou. ■ - P.J., Viana do Castelo

Publicação: Diário de Notícias

Data: 29 de Setembro de 2007

Título: ASAE confirma falsificação de azeite

Peça nº 96

ASAE confirma falsificação de azeite

Fraude. Extra virgem foi adulterado com azeite refinado, o que é punível com três meses a três anos de prisão

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) confirmou a falsificação do azeite virgem extra das marcas *Insular Clássico* e *UP Clássico*, situação denunciada há uma semana pela Deco na revista *Pro Teste*. As análises detectaram a "presença anormal de estigmastadienos (...), facto que indicia fortemente que houve adição de azeite refinado ao azeite classificado como virgem extra", refere a ASAE, em comunicado. As amostras foram recolhidas na distribuidora das duas marcas, estando por apurar, à hora de fecho desta edição, se a fraude envolve outras marcas e a quantidade de lotes apreendidos. Este tipo de fraude é punível com três meses a três anos de prisão e multa não inferior a cem dias. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 2 de Janeiro de 2012

Título: Venda de remédios caiu 50%

Peça nº 97

DEIXAR DE FUMAR

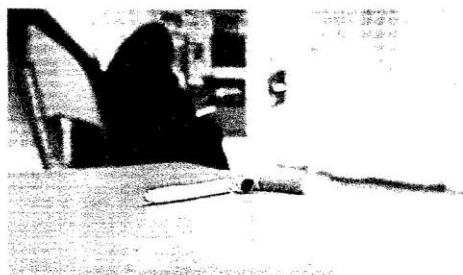
Venda de remédios caiu 50%

SAÚDE Em quatro anos, número de fumadores e cigarros consumidos tem vindo a cair, tal como medicamentos antitabágicos

Os fumadores portugueses compraram, em 2011, menos de metade das embalagens de medicamentos para deixar de fumar do que em 2007, ano em que entrou em vigor a lei do tabaco.

De acordo com dados da Autoridade Nacional do Medicamento (Infarmed), de janeiro a novembro de 2011 foram compradas 372 embalagens destes medicamentos por dia em média, perfazendo um total de 124.242, metade das 256 mil vendidas em 2007. Em vez dos seis milhões despendidos na altura, foram gastos 3,8 milhões nestes produtos.

A entrada em vigor da Lei do tabaco também provocou uma redução de fumadores (menos 5%) e uma "diminuição muito significativa do tabagismo passivo, que diminuiu 20%, de acordo com o "Relatório sobre a Implementação e Impacte da Lei do Tabaco", coordenado pela Direção-Geral de Saúde. Apenas 38,3% dos fumadores admitiu ter alterado os seus hábitos, mas depois 64% dos inquiridos disse ter deixado de fumar quando está ao pé de crianças ou grávidas. Mais de 27% deixou de fumar dentro de casa e 20% deixou de fumar no carro.



27% dos fumadores que mudaram atitudes já não fumam em casa

Apesar da redução do consumo, o tabagismo continua a ser a principal causas da morte prematura evitável. "A despesa com os custos das doenças associadas ao

tabaco é de 1300 milhões de euros/ano", disse Carlos Robalo Cordeiro, presidente da Sociedade Portuguesa de Pneumologia. O imposto sobre os cigarros é dos mais altos da Europa: por cada mil cigarros, o Estado arrecada 69,07 euros, de acordo com o Ministério das finanças. Em quatro anos, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) registou 830 casos em que os espaços para fumadores não cumpriam os requisitos. LUSA

Publicação: Diário de Notícias

Data: 3 de Janeiro de 2012

Título: Obras no mercado prontas neste mês

Peça nº 98



Trabalhos de requalificação do Mercado Municipal de Ovar estão quase concluídos, e o equipamento vai abrir dentro de dias

Obras no mercado prontas neste mês

Hasta pública das bancas será às 9.30 horas de hoje

SALOMÃO RODRIGUES
loais@ip.pt

A requalificação do Mercado Municipal de Ovar deverá estar concluída durante a segunda quinzena deste mês. Até ao final de Janeiro, os vendedores poderão voltar a ocupar os espaços de venda que vão ser alvo, hoje, de hasta pública.

As obras no Mercado Municipal de Ovar estão praticamente concluídas. A intervenção profunda dos espaços abertos e fechados do degradado mercado, que chegou a ser parcialmente encerrado por ordem da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), decorreram dentro dos prazos previstos.

"As obras estão no fim. Falta alguns acertos de pormenor e teste

aos equipamentos. Mas penso que, até ao final deste mês de Janeiro, já será possível mudar os comerciantes", confirmou, ao JN, o vereador das Obras Públicas, José Américo. "Foi tudo renovado para oferecer melhores condições", realçou o autarca.

Hasta pública hoje

Foram investidos, na requalificação do equipamento, cerca de 1,3 milhões de euros. Desde Julho, altura em que se iniciaram os trabalhos, os comerciantes foram transferidos para a Quinta da D. Bárbara, onde a Câmara Municipal investiu cerca de 300 mil euros para adaptar os espaços com as necessárias condições para acolher o mercado provisório.

A Autarquia prepara-se, agora, para proceder à hasta pública de todos os espaços, a qual deverá acontecer na manhã de hoje. Está em causa a atribuição do direito de ocupação de seis talhos, nove lojas e 23 bancas de peixe.

Este direito de ocupação prevê um prazo de ocupação de dez anos e a base de licitação é de 10 mil euros para os talhos, 5 mil euros para as lojas e mil euros para as bancas. "Pensamos que é um preço justo e acessível, tendo em conta que será diluído em dez anos", justificou o vereador José Américo.

A hasta pública está agendada para decorrer no edifício da Câmara Municipal de Ovar a partir das 9.30 horas. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 5 de Janeiro de 2012

Título: Continente acusado de fazer “dumping”

Peça nº 99

Continente acusado de fazer 'dumping'

RETALHO As associações da indústria do leite ANIL e FENALAC vão acusar o Continente de prática de *dumping* (venda com prejuízo) junto da ASAE. Em causa está uma promoção de embalagens de 1,5 litros de leite vendidas a 0,78 euros, da qual resulta um preço final de 0,13 euros/litro.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 6 de Janeiro de 2012

Título: Vendas agressivas

Peça nº 100

Vendas agressivas



CAROLINA
GOUEIA

jurista da DECO

As excursões anunciadas nos panfletos publicitários que nos depositam nas caixas de correio apresentam preços bastante baixos que chamam a atenção do destinatário. A DECO tem vindo a alertar os consumidores para o facto de estar normalmente relacionada com estas excursões uma demonstração comercial de determinados produtos, sendo que recebemos diversos relatos de utilização de técnicas de venda agressiva durante a referida demonstração.

Alertamos os consumidores para a leitura atenta do referido folheto, de forma a que identifiquem o programa da viagem, e se este contém ou não a informação da reali-

zação da referida venda. Se o consumidor estiver devidamente informado de que durante o programa da viagem será dedicado um determinado período de tempo à demonstração de um produto, o consumidor não poderá alegar que desconhecia que iria ocorrer essa demonstração.

É importante ainda referir que a utilização de práticas de venda agressiva é proibida ao abrigo das normas que regulam as práticas comerciais desleais, logo um contrato assinado sob a influência de práticas agressivas é anulável. Deverá recorrer à via judicial, no prazo de um ano após a assinatura do contrato, para solicitar a anulação do mesmo.

Por outro lado, independentemente da utilização de práticas agressivas, caso tenha decidido comprar algum produto, mas no regresso a casa tenha reflectido sobre a compra feita e se arrependa, poderá sempre resolver livremente o contrato no prazo de 14 dias após a assinatura do contrato ou a entrega do bem, caso esta seja posterior.

A resolução do contrato deverá ser feita por carta registada com aviso de recepção, não necessita de indicar o motivo para a desistência da

compra, e deverá guardar uma cópia da carta enviada. Se tiver pago alguma quantia no acto da assinatura do contrato, esses montantes terão de ser restituídos no prazo máximo de 30 dias, caso contrário o vendedor fica obrigado a restituir em dobro no prazo de 15 dias úteis. Caso os bens já estejam na sua posse, deverá conservá-los para que possam ser restituídos ao vendedor no prazo máximo de 30 dias.

Se tiver assinado um contrato de crédito para compra dos bens, tem também um prazo de 14 dias para proceder à resolução deste contrato, a resolução de qualquer um dos contratos implica sempre a resolução do outro.

Em qualquer das situações é necessário guardar uma cópia da carta enviada, e os registos do envio.

Quanto ao cumprimento do programa da viagem, a empresa organizadora é responsável pelo cumprimento pontual do programa, logo, caso algum dos serviços que conste do programa não seja prestado, deve ser apresentada re-

clamação à agência organizadora.

No regresso da viagem, se pretender reclamar da falta de prestação de algum serviço que constava do programa e não foi realizado, deverá enviar reclamação para o Turismo de Portugal, que é a entidade reguladora da actividade das agências de viagens.

Se tiver sido alvo de uma venda agressiva, ou se tiver desistido da compra no prazo de 14 dias, e a em-

presa se negue a resolver o contrato, poderá recorrer a uma associação de defesa dos consumidores, como a DECO, à Direcção-Geral do Consumidor, e solicitar ajuda para a resolução do conflito.

Para além destas instituições, a ASAE é a entidade responsável pelo regular cumprimento da lei que regula as práticas comerciais desleais e as vendas à distância; como tal, poderá também denunciar qualquer violação da lei a esta entidade.

“
Contrato sob
a influência de
práticas agressivas
é anulável”
”

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico

Publicação: Diário de Notícias

Data: 16 de Janeiro de 2012

Título: Pingo Doce assume-se “vítima de uma medida de apreensão ilícita e injusta”

Peça nº 102

DISTRIBUIÇÃO

Pingo Doce assume-se “vítima de uma medida de apreensão ilícita e injusta”

O Pingo Doce, marca da Jerónimo Martins, afirma estar a ser “vítima de uma medida ilícita e injusta” com a apreensão de 568 embalagens de leite em duas lojas, em resultados de uma operação da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE). A iniciativa surge na sequência da acusação feita por várias associações de leite ao Continente e Pingo Doce de alegada venda de produtos abaixo do preço de custo, também conhecido por “dumping”.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 21 de Janeiro de 2012

Título: Paulo Azevedo: “Ou chegamos a acordo connosco no leite ou importamos”

Peça nº 102

“Não temos nenhuma empresa em paraísos fiscais.”



distribuição

Paulo Azevedo: “Ou chegamos a acordo connosco no leite ou importamos”

Continente cumpre as normas da concorrência, garante empresário, em resposta às denúncias dos produtores

Texto: *Virgínia Alves*
Fotografia: *Artur Machado*

© DIÁRIO DE NOTÍCIAS 2012. Proibida a reprodução sem autorização prévia.

Os produtores de arroz juntaram a sua voz aos produtores de leite e acusaram a Sonae e a Jerónimo Martins de *dumping*, vendendo nas prateleiras dos hipermercados Continente e Pingo Doce arroz a preços substancialmente mais baixos dos que pagam aos agricultores, uma prática ilegal que os impede de escoar os seus produtos e está a deixar muitas explorações à beira da falência. A queixa já seguiu para a ASAE.

Em entrevista ao Dinheiro Vivo, Paulo Azevedo, CEO da Sonae, diz tratar-se de “um problema de concorrência, estamos a cumprir a legislação. Aguardamos que a Autoridade da Concorrência avale a situação”.

“É importante dizer que hoje a agricultura não é de coitadinhos, como há uns anos. Actualmente, os produtores agrícolas, além de fornecerem a grande distribuição, têm capacidade para exportar”, diz o empresário. Paulo Azevedo lembra que o Continente compra 85% de produtos nacionais e que os restantes 15% “são importados, porque ou são produtos que não existem em Portugal, como diversas frutas exóticas, ou são produtos fora de época”.

Por essa razão, sublinha o CEO da Sonae, “é um falso problema dizer-se que a produção nacional não consegue escoar os seus produtos na distribuição. É notório que o sector não só tem capacidade para escoar os produtos em Portugal, como também já consegue exportar para diversos países”.

As críticas de Paulo Azevedo são particularmente duras quando se refere aos produtores de leite e à indústria de laticínios. “A questão do leite é diferente. Temos um único fornecedor em Portugal, que tem praticamente toda a produção nacional. A única fábrica alternativa foi ou está em vias de ser adquirida pela Lactagal, que fica assim com o monopólio do sector no nosso país”.

Paulo Azevedo sublinha que, “com uma situação de quase monopólio da produção, só existem duas soluções: ou a Lactagal tenta entrar em acordo com a grande distribuição, ou a única hipótese que temos é importar o leite para vender”. Há pouco mais de uma semana, depois de uma queixa dos produtores de leite, a ASAE apreendeu 240 mil litros de leite em diversas ações de fiscalização a hiper e supermercados.

Por outro lado, o empresário não se mostra muito optimista quanto ao futuro. “Este será mais um ano muito difícil”, teme, apesar de prever que o sector alimentar e os serviços

de telecomunicações “irão continuar a resistir à crise” e ao apertar do cinto das famílias imposto pelas medidas de austeridade.

Sonae não está em paraísos

Paulo Azevedo, que preferiu não comentar a hipotética fusão Sonae/Zon – “Não vou especular sobre o assunto” – garante que o facto do grupo Sonae ter algumas empresas sediadas fora de Portugal, “se deve apenas à estabilidade do sistema fiscal” e não a questões de fuga aos impostos. “As empresas que a Sonae tem fora de Portugal são internacionais. Não temos nenhuma em qualquer paraíso fiscal, só temos sedes na União Europeia”.

O gestor disse ainda que “é muito penalizador para as empresas esta rem a questionar permanentemente a estrutura dos grupos e não saber, mês após mês, o que têm de fazer, se têm de transformar tudo ou não e ninguém esclarecer. É vir nova legislação sem esclarecer a anterior”.

PONTO FINAL Queremos nos consumidores ver o impacto nas cestas, mas a Sonae aposta em preços razoáveis. Quando vai ter um super?

Publicação: Diário de Notícias

Data: 22 de Janeiro de 2012

Título: Os malefícios do tabaco (Parte II)

Peça nº 103

Os malefícios do tabaco (Parte II)



Manuel António Pina Jornalista manuelantoniopina@gmail.com

Vai por aí uma hipócrita discussão acerca da obrigatoriedade, ou não, de os titulares de cargos públicos revelarem a sua filiação em obediências diferentes da do interesse colectivo, em concreto a Maçonaria (e porque não o Opus Dei e outros *lobbies* de que não se fala, não menos sigilosos e duvidosos do que a Maçonaria); o cardinal-patriarca falou da Maçonaria mas esqueceu-se da «Obra»; em contrapartida, honra lhe seja feita, lembrou-se do Sporting...

O Dr. Francisco George, o sempiterno director-geral da Saúde, tinha aqui uma ocasião privilegiada para apertar bolceta e colocar na agenda mediática também a obrigatoriedade de os titulares de cargos públicos incluírem nas suas declarações de interesses e obediências se são fumadores, pois que fumar não seria difícil arranjar um qualquer perito que fosse à TV dizê-lo — é uma obediência ainda mais compulsiva do que andar de avental e pender calções coloridos.

Lá haveremos de chegar, aos titulares de cargos públicos e, depois, à generalidade dos cidadãos, de modo a criar aquilo que os ideólogos do fascismo higienista chamam de «hostilidade social contra os fumadores». E já faltou menos para os por, juntamente com os maçons, de estréla amarela ao peito, agora que já os confinaram a *ghettos* recônditos de cafés, bares, restaurantes, *pubs*, discotecas, salas de jogo, escolas, empresas, teatros, cinemas, centros comerciais e sei lá em que mais «ambientes públicos» e privados (será permitido fumar nas lojas maçónicas?).

A Parte II da Longa Marcha proibicionista do Dr. Francisco George e agora expurgar os fumadores também das imediações desses «ambientes públicos» (isto depois de, previamente, os expulsarem dos actuais *ghettos*). E, a seguir, parece que igualmente a proibição de fumar dentro dos automóveis. Não me admiraria se a coisa acabasse com o Dr. Francisco George a mandar-me a ASAR

a casa para verificar se fumo quando vou ao quarto de banho. E se ponho sal a mais na comida, se consumo álcool, doces, gorduras, se tomo banho todos os dias, se faço exercício, se controlo regularmente o PSA...

A barragem de artilharia sobre a opinião pública já começou: «Basta estar uma pessoa do lado de fora, junto a porta de um bar, para aumentar a exposição ao fumo de quem está no interior», garante a coordenadora de um «estudo» pago pela Direcção-Geral da Saúde a uma «equipa de investigadores». A «equipa de investigadores» não dá pormenores sobre a orientação do vento nem as condições de pressão e temperatura a porta do tal bar, mas andou a snifar locais com zonas para fumadores verificando que «em mais de trinta por cento cheirava a tabaco em todo o estabelecimento» (a fumo de escapes decerto não cheirava nos estabelecimentos, nem «do lado de fora, junto à porta», se não os narizes dos investigadores norram dado por isso de medo que autornos e, motos e camiões poderão continuar a circular nas imediações desses «ambientes públicos»).

Posto tudo isto, concordo (eu, que sou fumador) que não se deve sujeitar quem não fuma ao fumo alheio, pelo mesmo elemento motivado que também eu tenho o direito de exigir ao Dr. Francisco George que me proteja (coisa para que não está patentemente virado) da poluição dos escapes e do cheiro de água-de-colónia tascada em elevadores e demais «ambientes públicos».

Dizem os cruzados, ambientalistas que um em cada quatro portugueses que morrem prematuramente (maçons incluídos, acho eu) morrem «em parte devido ao tabaco». É capaz de ser «em parte» verdade. E os três portugueses restantes, que pelos vistos não fumam e também morrem prematuramente? Poder-se-á concluir que não fumar é três vezes mais perigoso do que fumar? ☹

Publicação: Diário de Notícias

Data: 22 de Janeiro de 2012

Título: Pobre presidente

Peça nº 104

Pobre presidente



ALBERTO GONÇALVES
Sociólogo

Um dia, é o primeiro-ministro que agradece a "discreta mas importante intervenção" do presidente da República no acordo chamado de concertação social. No dia seguinte, é o presidente da República que, voluntária ou involuntariamente, decide subtrair qualquer esforço de concertação, com "c" ou com "s".

A esta hora, já toda a gente conhece as declarações de Cavaco Silva sobre os seus ganhos e os seus gastos, as quais, a bem da clareza, merecem um par de ajustes face às paráfrases sarcásticas ou indignadas que circulam por aí. Cavaco Silva não afirmou que a sua reforma é de 1300 euros por mês, mas que a sua reforma enquanto professor universitário e investigador da Gulbenkian é de 1300 euros por mês (se juntarmos a do Banco de Portugal, a coisa parece ascender aos 8 mil). Cavaco Silva também não afirmou que não consegue pagar as despesas pessoais, mas que necessita de recorrer às poupanças que realizou para complementar os rendimentos periódicos.

De resto, é escusado dissorter as declarações em causa para torná-las absurdas. Há absurdo suficiente quando o chefe de um Estado falido e cujos cidadãos ganham, se ganharem de todo, uma média de 700 ou 800 euros, se lamenta de que 9 mil euros mensais não chegam para uma existência decente. A maçada, claro, não são os montantes: são os lamentos. Não acho que Cavaco Silva deva regular o nível de vida pelos padrões de quem auferia dez vezes menos, nem que se deva envergonhar das pensões que lhe cabem por direito, nem sequer que deva cair na recusa de maquiagem do respectivo salário (em que aliás caiu). Acho apenas que lhe convinha ter uma noção, ainda que vaga, do cargo que ocupa e daquilo que o rodeia. No mínimo, a tentativa de se aproximar do homem comum na pobreza material levou Cavaco Silva a suplantá-lo em pobreza de espírito.

Tamanho delírio custa mais porque a distância entre a classe política e o mundo real esteve precisamente na origem das loucuras que nos trouxeram a desgraça vigente. Após suportarmos gover-

nantes que cantaram loas à prosperidade enquanto esfarrapavam o país, dispensava-se um PR que admita e cise enquanto ignora as condições do país que se sofre. Após suportarmos a regular opinião de lunáticos que condenam a austeridade como se houvesse alternativa, dispensávamos um PR que confundisse austeridade com abundância. Após suportarmos a popular lengalenga de que estrangeiros sombrios conspiram para esmagar uma nação inocente, dispensava-se um PR que atribui as agências de rating todos os males da pátria, não por acaso o que Cavaco Silva fez na exata intervenção em que chorou a minguada reforma.

Por distração ou inconveniência gerais, o escândalo subsequente ao segundo disparate abafou o primeiro. Dado que ambos são inseparáveis, foi pena: seria útil notar que, graças aos vultos políticos de que dispõe, Portugal é perfeitamente capaz de se desgraciar sozinho.

Segunda-feira, 16 de Janeiro Tudo em família

Foram precisos dois milénios de cristandade para que a esquerda se pronunciasse contra os subsídios do Estado aos artistas, ou "artistas". Claro que o pronunciamento não aconteceu em sentido genérico e não aconteceu à toa, mas apenas porque, na história em causa, o Estado é o Instituto de Investigação Científica Tropical, presidido por Jorge Braga de Macedo, e a artista, ou "artista", é Ana de Macedo, por acaso ou designio filha do supracitado economista barra tropicalista. Segundo consta, o misterioso IICT apoiou uma exposição de "arte contemporânea" da senhora em Maputo, um português lá residente escreveu há seis meses um texto no seu blogue sobre o assunto e, agora, o Bloco de Esquerda instigou-se contra o arranjinho e questionou o Governo acerca do esbanjamento de dinheiros públicos.

Além de espanto, a iniciativa merece aplausos. E, se não for maçada, continuidade. A menos, note-se, que o Bloco pretenda limitar a sua indignação a casos de nepotismo e, dentro destes, a casos de nepotismo que envolvam figuras ligadas ao PSD, está aberto o precedente para que enfim se levantem duas ou três questões pertinentes ou, na verdade, uma única: a que título os contribuintes devem patrocinar, mediante extorsão de impostos, a arte, ou a "arte", que não consomem?

Estou certo de que, se procurar bem, a rapaziada do Bloco encon-

trará outros exemplos em que a atribuição de subvenções do género é contaminada pela existência de laços familiares, relações fraternas, compadrios, interesses mútuos ou meras simpatias entre quem decide o destino dos subsídios e quem os recebe. O difícil, se não impossível, é encontrar exemplo contrário.

Embora a revelação possa chocar muitos, nem o Estado tem carácter divino nem as benesses que distribui derivam de juízos iluminados: a distribuição resulta da opinião de pessoas, e as pessoas, principalmente em países pequenos, tendem à promiscuidade. Se isto é válido para áreas relativamente permeáveis a escrutínio técnico, mais válido é para as artes, ou "artes", cuja relevância depende do teste do tempo e não do palpite de um cunhado, compincha ou interesse amoroso. É evidente que os parentes, vizinhos ou amantes do artista, ou "artista", X são livres de patrocinar os seus desabafo criativos. Não são, ou não deviam ser, livres de o fazer à custa de cidadãos que ignoram a obra

de X ou que, quando a conhecem, preferiam não ter conhecido.

A cautela, o ideal era esquecer inclinações ideológicas ou gabaritos dos subsidistas e alargar os escrúpulos com o dinheiro dos outros a toda a manifestação artística, ou "artística", designio que gostaria de ver defendido pelo Bloco e, sobretudo, pelo Estado.

Quarta-feira, 18 de Janeiro O'dumping' mental

A prestimosa Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), que de vez em quando promete processar-me mas que, decerto por deficiências organizativas, nunca cumpre a promessa, anda aliada com o lixo que as escolas servem às crianças. Naturalmente, o lixo em causa não é o curricular. Aliás, ainda estou para ver o dia em que essa seja uma batalha dos senhores que dirigem a Confap, os quais se preocupam imenso com a segurança dos meninos na escola (querem mais), com o tabaco e o álcool que os me-

ninhas consomem na escola (querem menos), com o tempo que os meninos passam na escola (querem mais), com a exigência dos testes que os meninos fazem na escola (querem menos), com os transportes que levam os meninos à escola (querem mais), com as leis retrógradas que permitem que os meninos reprovem na escola (querem menos) e com a participação das famílias dos meninos nas actividades da escola (querem mais). Os senhores da Confap preocupam-se com tudo, excepto com o português e a matemática que, definitivamente, os meninos não aprendem na escola.

Esta semana, a preocupação dos sujeitos prende-se com a comida. Na semana passada, também se prendia, embora aí o problema fossem os pais sem dinheiro para pagar as refeições escolares dos filhos. Agora, o drama são os preços das ditas refeições, de mais do que segundo os desconfiados padrões da Confap. O presidente da dita, Albino Almeida, não só julga falar por todos os progenitores do país como pelos vistos se convenceu de que possui o paladar de um *gourmet*. Vai daí, toca de desconfiar do mérito dos alimentos e apresentar aos media dois exemplos colhidos em estabelecimentos de ensino não identificados: o de uma sopa "sem qualidade" e o de um prato em que "as doses da carne eram manifestamente insuficientes". Em ambos os casos, o sr. Almeida afirma guardar fotografias destas aulinhas murchadas na educação e na gastronomia. Assim de repente, ocorre-me um sítio onde poderíamos guardar o próprio sr. Almeida. Porém, não quero voltar a incomodar os advogados da criatura.

De resto, o pior nem são as preocupações com o *dumping* dos fornecedores das cantinas reveladas pela Confap, por definição representativa de um universo infantil. O pior é que a infantildade e o pavor do *dumping* infectaram o mundo real e a ASAE já invade supermercados suspeitos de praticar preços baixos, hediondo crime que justifica apreensão imediata do produto, por enquanto o leite, em breve qualquer coisa de que lóbbis interessados, partidos ao serviço de clientelas ou simples malucos se lembrem. Aparentemente, o país reage ao custo de vida mediante o massacre daquelas a quem a vida custa mais. Grave, grave é o *dumping* mental.

Per decisão pessoal, o autor do texto não escreveu segundo o novo Acordo Ortográfico.



DANIEL KEREKES (L. DA M. VASCO)

Tubarões

Não é estranho que a CGTP tenha abandonado o encontro da "concertação social". Estranho é que tenha chegado a participar nele. Convidar semelhante associação para discutir legislação laboral é o mesmo que convidar a Hamas para debater as opções da Defesa Israelita ou convidar um grupo de tubarões para trocar impressões acerca da segurança nas praias californianas. O único objectivo da CGTP em matéria de trabalho é conseguir que a maior quantidade possível de pessoas percam o seu "Seu", das pessoas. O trabalho deles, dirigentes sindicais, foi trocado há décadas por essa estranha forma de vida que consiste em prosperar à custa da desgraça alheia.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 22 de Janeiro de 2012

Título: Sabe o que come? O ADN dos alimentos responde-lhe

Peça nº 105

Biopremier Foi a primeira empresa em Portugal acreditada a fazer este tipo de testes e é já procurada por laboratórios estrangeiros

SÓNIA SIMÕES

A legislação comunitária obriga a rotular os alimentos mas não havia em Portugal qualquer meio que permitisse controlar se a inscrição na embalagem correspondia, de facto, ao produto. Foi desta premissa que dois biólogos portugueses partiram quando decidiram criar uma empresa que aplicasse à realidade os conhecimentos obtidos em anos de investigação.

"É o leite proveniente de ovelha ou de cabra? E qual o peixe usado em determinado filé?" E qual o peixe usado em determinado filé? É assim que se vão analisando os alimentos. Uma resposta pertinente seja para os vendedores deste tipo de produtos, como é o caso das empresas de distribuição a retalho que comercializam marcas próprias, seja para os fornecedores obterem a certificação dos seus produtos.

A ideia surgiu em 2003 quando Manuel Rodrigues e Mário Gadanho faziam investigação na Uni-

Sabe o que come? O ADN dos alimentos responde-lhe

versidade Nova de Lisboa. "Tínhamos chegado a altura de mudar o nosso ponto de vista e aproveitar os nossos conhecimentos", explica Manuel, no gabinete anexo ao laboratório da empresa, com sede na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. "Começámos a desenvolver os testes e, depois de validados, introduzimo-los no mercado". No final de 2006 a empresa, ainda *start-up* obteve o primeiro investimento de capital de risco. Com a entrada de acionistas foi possível recrutar mais pessoal e melhorar as instalações. "Somos neste momento o único laboratório a nível europeu acreditado para fazer estes testes, são cerca de 30."

A partir daqui os clientes começaram a

chegar: além de empresas do sector alimentar e das grandes empresas de distribuição a retalho, surgiram organismos públicos preocupados em controlar a qualidade dos alimentos, como a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e, até, universidades.

"Há clientes que começaram a fazer estes testes comensais. Agora nem os fazem. É um mercado em expansão e em breve os testes de ADN serão alargados a outros produtos", salienta. Implementado o produto, a Biopremier começou a pensar no próximo, que está já a ser desenvolvido, mas só chegará ao mercado no próximo ano.

Se, no caso dos alimentos, as análises são feitas em laboratório, este novo produto surgirá em forma de *kit* e poderá ser adquirido por qualquer laboratório que queira prevenir a origem de uma doença infecciosa. "Estamos a desenvolver um teste para a detecção de agentes relacionados com infeções respiratórias, nomeadamente pneumonias atípicas e tuberculose. É outro para infeções gastro-intestinais", explica Manuel Vantagem, enquanto o resultado de um exa-

me rotineiro deste género demora duas semanas, este permitirá saber o resultado em duas horas, permitindo um diagnóstico mais rápido e um tratamento mais eficaz.

A única empresa acreditada em Portugal para fazer estes exames tem também acreditação para o sector clínico e veterinário e para o sector ambiental. No que toca à veterinária, a Biopremier tem também uma curta na manga, pronta a ser lançada em 2013. Trata-se de um teste de detecção de agentes que causam infeções no animal (os chamados dermatofitos), cujos efeitos são visíveis no pelo ou nas unhas. Em caso de animais de companhia, há risco de contágio para os humanos. Neste sector, a empresa desenvolve ainda um teste de DNA para detecção de micoplasmas e tritoplasmas (bactérias infecciosas) nos animais.

"Estamos sempre a adicionar novos testes no mercado. Mas temos que ser rigorosos na escolha, por causa do investimento", adverte. A empresa está agora num processo de internacionalização.

Amanhã sector análise

Biopremier - Inovação e Serviços em Biotecnologia SA

Sede
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Data da fundação
2003

Acionistas
30 (Mário Gadanho e Manuel Rodrigues, 34, em ações de 1000 euros)

Trabalhadores
10

Volume negócios
-

Ponto forte
Foco na análise de contaminação de alimentos, no tempo de resposta mais reduzido e nas novas formulações

Mário Gadanho (seg.) e Manuel Rodrigues

Publicação: Diário de Notícias

Data: 25 de Janeiro de 2012

Título: ASAE faz operação na feira semanal

Peça nº 106

ASAE faz operação na feira semanal

VISEU. Em meia hora, 24 agentes da ASAE e efetivos da PSP, fortemente armados, percorreram as bancas dos feirantes de Viseu e apreenderam várias mercadorias. Os feirantes acusam a ASAE de ter "estragado o negócio". Um detido, cinco processos-crime e mais de 15 mil euros em mercadoria apreendida foram os resultados da operação.



Agentes em ação na feira

Publicação: Diário de Notícias

Data: 29 de Janeiro de 2012

Título: O Chinês clandestino

1/3

Peça nº 107

O CHINÊS CLANDESTINO



TEATRO E FOTOGRAFIAS DE RICARDO J. RODRIGUES
ILUSTRAÇÃO DE LUÍS LAZARO

Há meia dúzia de anos, a família Liu transformou a sua casa lisboeta em restaurante. Serve comida tradicional chinesa na sala, cerveja Tsingtao no quarto e chá no corredor. Não há licença de funcionamento, mas há sempre fila à porta. Afinal, quem não quer conhecer um segredo?

O prédio tem a pintura descaída e a porta sempre aberta. Há uma bicicleta estacionada no átrio e as paredes interiores estão cobertas de graffiti. A esta rua da Mouraria, em Lisboa, ninguém vai parar por acaso, regra geral chega-se em grupos de três, quatro, cinco. É isso e porque alguém conhece o esconderijo e leva lá os amigos. A casa dos Liu fica num segundo andar. Só que, numa noite de enchente, até um aventureiro solitário pode ter de esperar uma hora por lugar sentado. O mais provável, aliás, é que acabe numa mesa grande, partilhada com desconhecidos. Mas o cliente lá continua a assomar à porta e vai desfargando a impaciência com cerveja.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 29 de Janeiro de 2012

Título: O Chinês clandestino

2/3

Peça nº 107

Os degraus de mármore da escadaria – mais as duas poltronas caquéticas que se não se desfaçam por estarem encostadas à parede do último piso – estão constantemente ocupados.

O que é que este restaurante tem de tão especial? Não há toalhas nas mesas e a decoração é espartana. A cozinha está tapada por um pano laranja e, espreitando lá para dentro, adivinha-se uma visão caótica que os olhos preferem não pormenorizar. Há loiça suja no corredor, uma máquina de cozer arroz com bagos espalhados à volta, às vezes a sola dos sapatos parece que pisou coia. Mas a senhora Liu tem uma explicação: este é o único sítio em Lisboa onde se come comida chinesa a sério. «A maioria dos restaurantes adota a comida ao paladar ocidental», tenta ajudar uma universitária que anda a aprender mandarim, «mas aqui come-se comida caseira, como se está em casa num mercado de Pequim ou numa aldeia isolada da Manchúria».

Em boa verdade, os Liu vêm da província de Guaxi, no Sul da China, onde a cozinha é abundante em peixe, marisco, tomates, pimentos e, claro, piri-piri. Isso nota-se na lista que apresentam. Há camarão e camarão, com ou sem casca. Há fêulas de todas as maneiras e feitios. Há comida picante em bandeda, seja na panela, na caçarola ou até na sopa. Agora, o que é realmente obrigatório, o que faz de uma viagem ao segundo andar da Montaria uma experiência única, são pratos como a pé de jardim, a carne com sabor a poivre ou línguas de pato com tomate e pimentões. E se o primeiro é apenas banhado cozinhado em vapor de gengibre, os outros dois não enganam: são exatamente aquilo que a cruenta anuncia. Tiras de porco fritas, mergulhadas em molho de caldeirada. E bicos de ave parados, de onde se suga um tecido esponjoso de sabor quase neutro. Os chineses costumam mastigar a cartilagem da língua de pato mas, para o gosto europeu, isso já é capaz de ser demasiado.

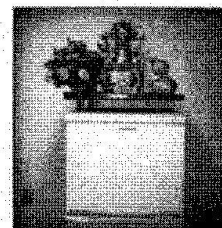
Na principal zona de refeições, a sala da casa, cabem 26 comensais, que bem apertados chegam aos cinquenta. Há quatro mesas de quatro lugares, mas não é raro receberem o dubio das pessoas cada uma. Depois há uma grande mesa que costuma acolher vários grupos que não se conhecem. Como a clientela



As fotografias

Foram tiradas como testemunho documental. A publicação neste restaurante faz-se boca a boca.

猪肉菜 Carne de Porco	
豉汁蒸肉排	4.50€
21. Carne com sabor de porco	
蒜茸肉片	6.50€
22. Carne com gergelim verde	
炸豉汁肉	4.50€
23. Carne frita	
豉汁炒猪肉	4.50€
24. Carne com vegetal	
豉汁肉片	4.50€
25. Carne Agui-Rosa	
豉汁肉片	4.50€
豉汁肉片	5.00€



Publicação: Diário de Notícias

Data: 29 de Janeiro de 2012

Título: O Chinês clandestino

3/3

Peça nº 107

LADO B

é jovem, o ambiente é descontraído e é bem possível ver alguém experimentar comida do prato de um absoluto desconhecido. As doses são grandes e baratas. Um prato de gado, por exemplo, tem uns vinte pastéis de carne cozinhados ao vapor e não custa mais de quatro euros. Quantas mais pessoas se juntarem, mais variedade se pode pedir e mais barata fica a refeição. Os preços de um jantar vão de cinco a dez euros.

Na casa dos Liu também há dois quartos, onde grupos de oito a dez pessoas podem fazer uma refeição em privado. É frequente, sobretudo nos dias de menor afluência, estarem ocupados com famílias chinesas ou grupos de homens a jogar anajong. A decoração, tal como na sala principal, resume-se ao quadro de uma floresta, um poster de uma cascata ou um leque pintado com flores de lótus. Há esteiras enroladas e encostadas a um canto de cada divisão. Não é difícil imaginar que, à noite, elas sejam estendidas no chão e cobertas com colchões. Os privados são, muito provavelmente, quartos de dormir.

Na casa de honho de serviço há produtos de higiene pessoal. Champô, creme de barbear, lâminas de barbear. É à saída, olhando para a direita, da se de caras com uma escada para o sótão, onde os Liu vivem. De vez em quando, a mãe abraça-se dos degraus e chama por uma das crianças da casa, que desce a correr para vir dar uma mão a servir os pratos. São os miúdos que melhor dominam a língua portuguesa e esclarecem dúvidas aos clientes. Mas, a partir das nove da noite, a infância vai para a cama e a senhora Liu tem de se desvenenar sozinha. Como não percebe português de português, resolve as dúvidas com linguagem gestual. Todas as noites alguém acaba por imitar um porco, uma vaca ou uma galinha. Não são todos os restaurantes que, além da refeição, oferecem gratuitamente um espetáculo de mimica.

Quando o restaurante abriu portas, há seis anos, foram sobretudo estudantes e alunos de Erasmus a rumarem ao escondido da Mouraria. Mas o restaurante tornou-se segredo demasiado precioso para ficar guardado muito tempo. Aos sussurros a notícia espalhou-se pela cidade, conquistando ao mesmo tempo o conhecimento da ASAC e preservando o estatuto de clandestino. «Uma amiga falou-me disto e fiquei curiosa, por ser exótico e clandestino», conta Ana Teresa Barbosa, 39 anos, gestora



NA PRINCIPAL ZONA DE REFEIÇÕES. A SALA DA CASA, CABEM 26 COMENSAIS. BEM APERTADOS CHEGAM AOS CINQUENTA.

numa empresa de informática. «Depois fomos lá jantar uma vez e eu comecei a trazer mais gente. É um daqueles sítios que só se conhecem assim, passando a informação de boca em boca.» Por estes dias, a casa está cheia de músicos, atores, artistas plásticos, mas também advogados, arquitetos ou contabilistas. Há discussões inflamadas sobre a crise e a troika, o Benfica e a multiculturalidade. Há uma terrível a roda da mexer dos Liu, toda a comer arraz chao chao com pauzinhos.

Haverá mais restaurantes chineses ilegais na cidade, mas é definitivamente este que está na terra. Quem lá costuma ir não deixa de sentir-se privilegiado, por conhecer um mistério que a maioria dos lisboetas ignora. O trabalho dos jornalistas e muitas vezes o de desvendar segredos, mas não desta vez. Este clandestino vai continuar a ser clandestino, até porque revelar a sua localização é meio caminho andado para ele deixar de existir. Se quiser mesmo ir a casa dos Liu, o melhor é perguntar por aí. ■

Publicação: Diário de Notícias

Data: 30 de Janeiro de 2012

Título: Sete detenções em operação da GNR

Peça nº 108

Sete detenções em operação da GNR

LISBOA Uma operação da GNR contra a criminalidade violenta no distrito de Lisboa resultou na detenção de sete pessoas, na identificação de 45 estrangeiros, na apreensão de duas armas brancas e de haxixe, entre outras. A operação decorreu em Vila Franca de Xira e Torres Vedras e foi levada a cabo pelo Comando Territorial de Lisboa da GNR, com a colaboração da ASAE, SEF e a Autoridade Tributária e Aduaneira, entre as 22.00 de sexta-feira e as 06.00 de sábado.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 31 de Janeiro de 2012

Título: Falha de travões no acidente que vitimou hemofílicos

Peça nº 109

Falha de travões no acidente que vitimou hemofílicos

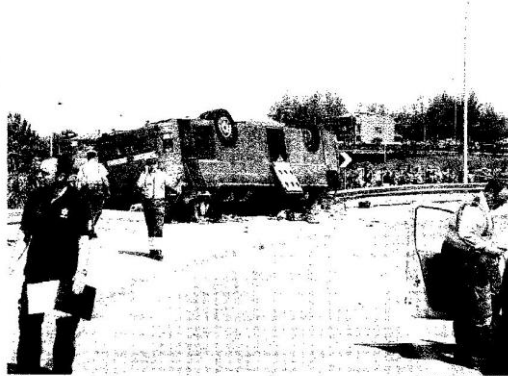
Irregularidade técnica detetada pelos técnicos do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. Motorista foi constituído arguido e caso deve chegar a julgamento

PÁVEL CARMO

Os testes ao autocarro que capotou na saída de Coimbra/sul da autoestrada A1, demonstram que o veículo tinha problemas mecânicos. O grave acidente ocorreu a 16 de abril do ano passado e obrigou três hospitais a avaliar com urgência o stock de suplementos sanguíneos, porque todos os passageiros eram hemofílicos. Um morto, dois feridos, muito graves, entre os quais uma criança. 11 feridos graves e 19 ligeiros — eis o balanço de uma manhã trágica.

Ao que apurou o DN junto de fontes embebedoras deste processo, o veículo circulava, naquele momento, em velocidade excessiva, mas o motorista a poderá ter conseguido realizar a manobra de saída da A1, em virtude de problemas no sistema de travagem. Se estes portemonções técnicos que vão estar em evidência quando o caso chegar a julgamento.

O motorista foi constituído arguido, segundo as mesmas fontes, desde sempre presente na lista pecaúta técnica ao veículo pesado, tal como os representantes das vítimas. As irregularidades na viação, apontadas pela Associação Portuguesa de Hemofilia (APH), foram detetadas pelos peritos do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. Segundo um dos responsáveis da empresa Pbilbus, proprietária do autocarro, em datações prestadas no dia do acidente, o motorista era uma pessoa experiente, com perto de 30 anos e sem antecedentes. O DN tem em vão, vividos estes meses, contactar os responsáveis daquela empresa especializada em aluguer de autocarros.



Socorridos as vítimas, as autoridades policiais concentraram-se na investigação ao grave acidente

ALERTA

"Inspeção tem uma margem de criatividade"

A sinistralidade rodoviária com veículos pesados de passageiros tem números assustadores. "Vários fatores podem ser invocados, mas o maior problema são as falhas dos veículos", diz ao DN Manuel João Ramos, da Associação de Cidadãos Automobilizados. Sem falar do acidente que ocorreu na A1, diz taxativamente: "A inspeção em Portugal tem uma margem

de criatividade muito grande." Sobre tudo, alerta, "na área dos veículos comerciais de passageiros e de carga. É mais prático pagar alguma coisa à inspeção séria". E, sem pejo, afirma que "há fortes indícios de corrupção, por isso é que o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica fazem inspeções às inspeções".

Aquela manhã do dia 16 de abril de 2011 acabaria da pior maneira para 33 passageiros que integravam uma excursão oriunda de Lisboa e que tinha como destino o Grande Hotel do Luso (Mealhada) para um encontro nacional da APH. O autocarro capotou, só o motorista escapou ileso.

Enquanto se cuidava do socorro às vítimas, que fez incansavelmente acionar um posto médico avançado do INEM, uma equipa do Núcleo de Investigação Criminal da GNR observava em detalhe o posicionamento do autocarro que ficou imobilizado no tril lateral esquerdo daquela rodovia. O pesa-

do de passageiros era, naquele momento, o centro da investigação, uma vez que era visível uma tração de vários metros no início da curva de acesso àquela saída da A1. Entretanto, neste processo de averiguações, subiu o DN que todos os motoristas que usavam aquele veículo foram chamados pelos investigadores que tutelam este inquérito.

O acidente, que na altura provocou o cancelamento de todas as festividades do Luso, continuava a ter consequências. É que ainda há quem permaneça longos períodos em tratamentos hospitalares. O pânico foi grande, com alguns passageiros a ficarem encarcerados. O autocarro, recorde-se, capotou no nó de Taveiro (Coimbra), numa curva apertada. O motivo da saída neste local prendeu-se com o fato de ter basear alguns passageiros a já aguardavam esse transporte junto ao Portugal dos Pequenitos (Coimbra) para a celebração conjunta no Luso.

Por causa deste grave acidente, que ocorreu às 11.52, no quilómetro 199, a autoestrada esteve cortada ao trânsito várias horas, no sentido sul/norte. O acidente teve enorme impacto, não apenas pelos operacionais envolvidos (158 pessoas, entre bombeiros, policiais, médicos, enfermeiros e psicólogos), mas, sobretudo, pela logística de socorro que foi necessário implementar.

As primeiras manobras de socorro foram feitas numa espécie de hospital de campanha. Dois helicópteros integraram também o dispositivo de emergência médica. Como todos os sinistrados eram hemofílicos foi urgente saber o stock de suplementos sanguíneos nos três hospitais para onde foram encaminhadas as vítimas. A dificuldade inicial para saber qual o suplemento necessário para cada vítima levou um dirigente da AI a sugerir a necessidade de um cartão que identifique os hemofílicos (ver texto em inglês).

Cartão nacional que identifique portadores da doença não existe

Registo dos hemofílicos devia constar de uma base de dados com cartão para cada doente. Mas a medida ficou no papel

Este grave acidente obrigou três hospitais de Coimbra a avaliar, com urgência, todo o stock de suplementos sanguíneos. A informação era vital para acudir à emergência de doentes feridos hemofílicos. Porém, apesar dos apelos, os responsáveis que detêm o registo dos portadores da doença não

atendimento, continua no papel.

O assunto continua a ser premente, assume Maria de Lurdes Fonseca, Segundo a vice-presidente da Associação Portuguesa de Hemofilia e de Outras Coagulopatias Congénitas há que agilizar o processo da emissão do cartão bem como de uma base de dados nacional com o registo dos doentes, recordando que neste âmbito existe uma recomendação do Conselho de Ministros do Conselho da Europa datada de 18 de março de 1988.

Na sequência deste violento

acidente, que originou o cancelamento de um seminário e das celebrações do Dia Mundial do Hemofílico, o assunto veio à tona, salienta Maria de Lurdes Fonseca ao DN, "estamos agora a aguardar uma reunião com a nova equipa do Instituto Português do Sangue para realizar a avaliação necessária".

Ainda nem sequer passou um ano, mas as sequelas deste acidente continuam na memória dos passageiros. O acidente ficou com os métodos para o ar e tiraram os sobreviventes com ferimentos

mais leves que ajudaram os restantes a sair do veículo. Viveram-se momentos de pânico. Muita alusão com as crianças e com quem estava encarcerado. A mais importante autoestrada de Portugal em palco de um acidente com graves consequências.

As equipas do INEM e de todo o dispositivo de socorro fizeram a primeira triagem no local e iam encaminhando os feridos de acordo com a sua gravidade: Hospital Pediátrico, Hospital dos Colúvios e Hospital da Universidade de Coimbra avaliaram, com

emergência, as necessidades de suplementos sanguíneos. Responsáveis do Ministério da Saúde estiveram a seguir, naquele dia, todo o evoluir da situação clínica dos sinistrados.

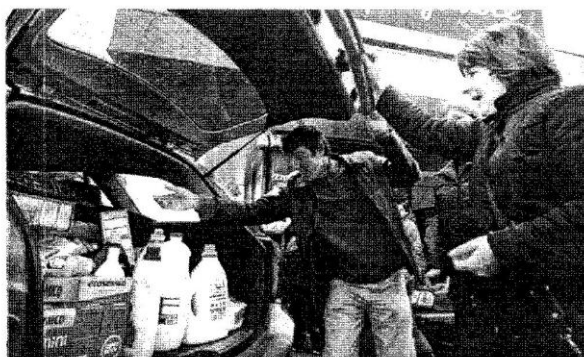
"A associação tem acompanhado os casos mais graves, até porque aquela foi com o caso de extrema gravidade", diz Maria de Lurdes Fonseca. Trata-se apurou o DN, de um homem que ficou com ferimentos graves na cara. Por causa disso, ele tem longos períodos de hospitalização, para realizar implantes de pele, etc.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 2 de Maio de 2012

Título: “Dois borregos, meio porco, dez frangos e quatro bacalhaus...”

Peça nº 110



Carros cheios, estacionados no meio da rua. Confusão originou feridos e desentendimentos entre os clientes



Polícia chamada a intervir na Almirante Reis

No Porto, famílias encheram os carrões

**“Dois borregos, meio porco,
dez frangos e quatro bacalhaus...”**

Promoção. Compras a metade do preço lançam caos nas lojas Pingo Doce em todo o País no Dia do Trabalhador

RITA CARVALHO

O caos gerado ontem pela promoção do Pingo Doce foi tão grande que a cadeia de lojas decidiu fechar portas às 18.00. O dia em que as compras superiores a 100 euros saíram a metade do preço fica marcado pela confusão, pelos incidentes entre clientes que procuraram feridos e obrigaram a polícia a intervir e por filas intermináveis. E claro por muitas prateleiras vazias e cartões aos atulhados.

A Associação Portuguesa de Direito ao Consumo critica a campanha e fala em violação de regras da concorrência. A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) disse à ISF que esta atenta a campanha de descontos para apunlar se alguma ilegalidade foi cometida.

A redução para metade do preço das faturas superiores aos 100 euros não abrange a eletrodomésticos, produtos têxteis e de eletrónica, combustíveis e parafarmácia. Mas tudo o resto desapareceu, obrigando as lojas a fechar temporariamente para reabastecer. Na Grande Lisboa, a PSP registou incidentes em quase todas as lojas e fotografou a mobilitar a pessoal de 16 distritos.

Para Gilmaro Rodrigues, a loja da Avenida de Paris, em Lisboa, foi

a terceira tentativa. Depois de tentar no Laranjeira e em Corroios, rumou à capital com o irmão, sobrinha e filha. As 15.00, após três horas de compras, arrumou as coisas na bagagem do carro. "Valeu a pena, comprámos 220 euros, pagámos 110", conta ao DN. Com a sua, vários carros estão estacionados em segunda fila mas os clientes que acabam de chegar têm de esperar. A loja só reabre às 17.00, pois é preciso repor produtos.

Ali perto, na rua Comendador, o cenário repete-se. Apesar da fila de 30 pessoas, a loja está cheia demais e os clientes que ainda não se abasteceram terão de esperar calados. Ou voltar às 16.00. Na Rua João Sarriena, as filas ocupam modos

os corredores e só a destreza dos funcionários que repõem os alimentos evitam que as prateleiras permaneçam vazias. Na caixa, dois recém-nascidos dormem ao colo das mães que aguardam vez.

No Pingo Doce da Almirante Reis, mesmo no centro da manifestação do 1.º de Maio da CGTP, a partir das 13.00 já não entrava ninguém e tiveram mesmo de chamar a polícia "porque andavam a portada por causa dos artigos", contou Miguel Ferreira, de 26 anos, que às 16.30 estava à porta à espera para entrar. "Estou aqui desde a uma da tarde. Dize que estão a repor os stocks", disse.

Carlos Oliveira ouviu das boas por ter usado esteviagem em briga-

te à porta do Pingo Doce da Luísa Toldi, em Setúbal, onde a mulher esperava cheia de compras. Foi mesmo ameaçado e houve quem tivesse tentado impedir de parar numa passadeira, mas nem assim desistiu. Tem 16 sacos cheios de bebidas alcoólicas para carregar, mais um rol de artigos onde gastou cerca de 400 euros, quando o valor real seria 800. "Se não fosse mais porque não tinha onde pôr", assegura. "Tenho cinco cartuchos cheios e não os posso levar em fila até ao estacionamento", justifica.

A Amélia Simões aproveitou para "encher a cara". Gastou mais de 200 euros. "Dois borregos, meio porco, dois perus, dez frangos e quatro bacalhãos. Também um

LIDO NA INTERNET

CARRINHOS
 «No página Trilhas Grátis, do Facebook, eram muitos os comentários: 'O que vale' é que temos dois carrinhos na arrecadação L&L. O muncho pensa que algum dia fosse possível', disse alguém a propósito da dificuldade em encontrar um carrinho para as corridas. Houve quem não tivesse a mesma sorte, como teve outro usuário: 'Ahah, um senhor a reclamar que lhe roubaram o carrinho pessoal'.

CONFUSÃO

Como as pessoas resolveram levar a família atrás, o resultado era expresso num comentário na mesma página: "Tudo a perder filhos e a dema-lós sazninhos" De microlhões não pagam de chamar pais? Também se viram relatos de outras confusões. "Já gente a pedir frango assado, e outro sem pagar" E vão até as refrigerantes abrem e bebem na frente dos funcionários", disse

MESSAGEM
 «No final do dia, alguém usou a linguagem Prigo Diavoloni: a frase: 'Eu retornei ao Mito. Mas não ao Prigo Diavoloni'»

DIA DO TRABALHADOR

Sindicatos criticam iniciativa a 1 de maio

A escolha do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, para lançar esta campanha gerou uma onda de indignação. Os primeiros a criticar a abertura das grandes superfícies neste dia foram os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. O CESP responsabilizou o Pingo Doce pelos incidentes causados. O sin-

dicato criticou ainda a venda "de produtos abaixo do preço de custo", apontando o dedo ao "Governo que a autorizou" e à Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, que "que a não combatu como devia". Na véspera já tinham denunciado pressões e ameaças sobre os trabalhadores do Pingo Doce e do Continente que quisessem fazer greve.

As horas, a situação não é melhor. A meio da tarde, na rua São da Bandeira, Porto, as pessoas amontoadam-se. O Comando Metropolitano da PSP disse que até às 17.00, "houve a necessidade de oito intervenções, na sua maioria relacionadas com estacionamento caótico e desentendimentos entre clientes". Na Senhora da Hora, "dois clientes desentenderam-se e teve mesmo de vir a ambulância para os chamar à atenção hospitalar". Com R.D.I.B. e A.B.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 3 de Maio de 2012

Título: Funcionários do Pingo Doce vão ter 50% de desconto

Peça nº 111

O universo Jerónimo Martins

2302 LUXOS
61 061 COLMORAQUES

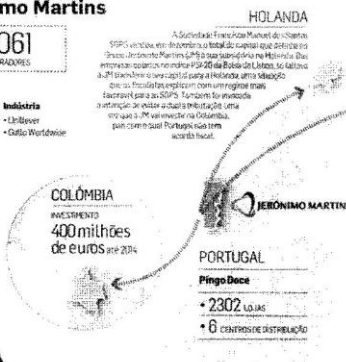
Atividade do grupo

Distribuição alimentar
• Pingo Doce - PORTUGAL
• Bredonka - POLÓNIA

Cash & carry
• Rectico
• Indústrias
• Unilever
• Outo Worldwide



Alexandre Sá
da Silva



Ações subiram ontem

13,935€ (+1,52%)

As ações da Jerónimo Martins terminaram a sessão de ontem a subir, um dos reflexos da expectativa de que a empresa vai apresentar resultados em maio que devem ultrapassar os 500 milhões de euros.

Primeiros três meses de 2012

2439,9 (+8,8%)

1511 (+13,1%)

690 (+2,7%)

177 (+4%)

62 (+4,2%)

Bredonka Pingo Doce Rectico Indústria e outros

Funcionários do Pingo Doce vão ter 50% de desconto

Campanha. Bens de primeira necessidade foram os mais procurados na promoção de 1 de maio. Empresa vai ter mais campanhas durante o ano, apesar de a ASAE estar a investigar ação

ANA BELA FERREIRA, PATRÍCIA JESUS e VIRGÍNIA ALVES

Os funcionários do Pingo Doce vão ter 50% de desconto nas compras acima dos 100 euros, beneficiando da mesma promoção aplicada aos consumidores no 1.º de Maio. A empresa decidiu compensar os que trabalharam dando-lhes um dia para fazerem compras nas mesmas condições que os clientes. Mas o sindicato do comércio garante que recebeu denúncias de funcionários que dizem ter sido apançados com faltas injustificadas caso não fossem trabalhar.

Apesar da campanha estar a ser investigada pela ASAE, que quer averiguar se houve concorrência desleal entre empresas, o grupo Jerónimo Martins não se dá por vencido.

A perder tempo ficando os funcionários, garante Manuel Feliciano, da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escrições e Serviços de Portugal. Este dirigente acusa a empresa de ter "violado o direito à greve, que tinha sido convocada para esse dia", e de ter "pressionado alguns trabalhadores que estavam de férias ou de folga para irem trabalhar", ameaçando-os com faltas injustificadas.

Nos supermercados da marca, o impacto da campanha, com longas filas e desentendimentos entre clientes, surpreendeu a todos. "Ninguém estava à espera, até porque a promoção não tinha sido divulgada", conta ao DN a gerente de uma loja da cadeia em Lisboa.

Foi num instante que a informação passou de boca a boca. A responsável, que prefere não ter

identificada, atribui a maior parte da confusão a outros comerciantes, que "aproveitaram para se abastecer". Mas reconhece que "para os clientes habituais, que gastam facilmente 100 euros no início do mês, é um alívio na carteira". Até porque "a crise já se sentia bem nas compras". Para o sociólogo Elísio Estanque, "é preocupante" o que esta situação revela sobre as condições da população e sobre a facilidade com que se cala em causa.

Falta de preparação para esta iniciativa é a principal crítica do secretário-geral da DECE, que garante: a associação vai estar atenta a eventuais queixas em relação à qualidade dos produtos e data de validade. "Estas avalanches colocam graves problemas de segurança às empresas e são responsáveis", diz Jorge Morgado.

FENÓMENO

PUBLICITÁRIOS REAGEM...

José Marques, diretor-geral da McCann, diz que "desenvolver uma campanha (sem comunicação publicitária) é difícil", mas reconhece o "bom negócio" da volta da uma estratégia que muitos a sede final para a Holanda se atenuou.

...E O CRIADOR DE MARCAS

Carlos Coelho, fundador da W&P, diz que se tratou de uma campanha de "marketing territorial". E, por ter sido feita no 1.º de Maio, "uma afronta".

A ANÁLISE

Para o sociólogo Elísio

Estanque, a crise potenciou a adesão às promoções, que "vão numa situação de emergência". No final do mês, com o dinheiro mais para comprar mais, resolveram começar mais por menos. "Acho que a quebra avassaladora surgiu entre os promotores. A mim dá-me um pouco de preocupação por ver como rapidamente, em situação de emergência, se fundiu uma multidão, se reuniu para o caso e para o caso do caso".

OUTRAS POLÊMICAS

O reposicionamento do Pingo

Dado em 2008, com campanha publicitária desenhada pela agência Duda Portugal (do brasileiro Duda Mendonça), esteve debaixo de fogo. As mudanças estatísticas de Pingo, a uma agência de TV, que a agência não tinha pago, entrou no ouvido e fez correr rios de tinta. Publicidade grátis, com a se, depois de conquistar a maioria dos pontos de venda, a agência de comunicação. Com o tempo, nos preços baixos, o ano inteiro, a comunicação conseguiu provocar a reação do Comércio. Até hoje.

Dentífricos, iogurtes e vinho ainda faltavam na prateleiras

NOVA RESGATE. Nas várias lojas de Coimbra, a azáfama era grande quer de clientes... quer de funcionários ainda a tentar repor stocks

"Eu não consegui fazer compras ontem mas concordo com esta campanha", assume a professora Sandra Campos, 40 anos, "até porque é uma grande ajuda", realçou ao DN, a saída da loja Pingo Doce, em Celis (Coimbra). Nesta loja, perante o turbilhão de consumi-

dores, houve o cuidado de garantir a satisfação dos pedidos de mais pessoas, desigualmente na compra de leite, carne e salada. Ali, ontem à tarde, ainda faltavam nas prateleiras alguns vinhos, iogurtes e dentífricos, mas, à saída das compras, os clientes dizem que tudo era reposto tranquilamente. "Podiam até ter esta ideia mais vezes, é uma excelente iniciativa, e se os funcionários concordaram todos ganham", assume Tânia Cruz, 74 anos, professora reforma-



Sandra Campos aposta a ideia

da. Também apoiante da meditação, Fernando Alves, 51 anos, electricista: "Fui um de muitos que fui embora porque não tinha com o que se gastar...". Na loja de Celis, alguns clientes relataram, ontem à tarde, a reposição de café, iogurtes e produtos de higiene. Ao que o DN apurou, alguns donos de restaurantes foram "votados" de compras e muitos universitários compraram as bebidas para o respetivo "café" do começo da Queima das Fitas.

ANILA CARMO

Publicação: Diário de Notícias

Data: 3 de Maio de 2012

Título: Guerra de preços vai ter efeitos negativos no sector do retalho

Peça nº 112

Guerra de preços vai ter efeitos negativos no sector do retalho

CRÍTICAS Analistas de bancos falam em "arma de destruição maciça". Confederações pedem investigação por parte da ASAE

Os analistas de três bancos, BPI, BCP e BES, acreditam que a campanha do Pingo Doce vai ter efeitos negativos no sector do retalho alimentar.

Os analistas do BCP dizem que a Jerónimo Martins está "a usar armas de destruição maciça", no que consideram ser uma "guerra de preços" no retalho alimentar. Acrescentam que esta campanha visa combater a quebra das vendas que a empresa registou no primeiro trimestre deste ano, face a igual período do ano passado.

Já o BPI salienta que a iniciativa vai ter impacto e diz que se trata de uma campanha bastante agressiva, que vai afetar as margens do sector do retalho.

Para estes analistas, a Jerónimo Martins deverá repetir esta campanha de descontos nos próximos meses, "escolhendo um novo dia de descontos no final do mês como forma de atrair as compras mensais de mercearia".

O BES também refere o impacto negativo para o sector e afirma que esta campanha se insere na estratégia do grupo de se focar no preço como forma de alcançar mais quota de mercado em 2012, mesmo que isso "se faça à custa das margens de EBITDA".

O presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), An-

tónio Saraiva, afirmou que a campanha efetuada pela cadeia Pingo Doce no 1.º de Maio deve ser avaliada e, caso tenha rompido as regras, penalizada.

"É uma estratégia comercial que, se ferir as regras da concorrência, tem de ser penalizada", defendeu.

Já o presidente da Confederação do Comércio de Portugal (CCP), João Vieira Lopes, entende que a campanha feita pelo Pingo Doce "ou foi feita com a participação dos industriais para suportar os custos, ou há uma prática de preço abaixo dos custos" e por isso defende que a ASAE e a Autoridade da Concorrência "devem averiguar o que se passou".

Salientou ainda que, além das questões sobre a legalidade da campanha, considera "infeliz" toda esta ação e os incidentes provocados e defendeu que, em termos de diálogo social, campanhas de promoção no Dia do Trabalhador não são benéficas. "É sempre um dia polémico e uma atitude destas fere as suscetibilidades dos sindicatos, parceiros na concertação social, que para este dia emitem pré-aviso de greve".

Pelos fornecedores, o presidente da Centro Marca (Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca) João Paulo Girbal, afirmou "não ter notícias de que os fornecedores tenham sido contactados para participar nos custos da campanha" e diz esperar que não venham a ser *a posteriori*. O mesmo aconteceu com os fornecedores de leite.

VIRGÍNIA ALVES

Oposição exige investigação à prática de concorrência desleal

PARTIDOS O maior partido da oposição exigiu ontem que a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) faça uma rigorosa investigação para apurar se os supermercados Pingo Doce estão envolvidos em práticas de concorrência desleal e de prejuízo à produção nacional. A posição do PS foi assumida pelo deputado Miguel Freitas, que afirmou: "Queremos também saber se em campanhas destas há ou não prejuízos relativamente à produção nacional. Nesse sentido, o PS exige da ASAE uma rigorosa investigação sobre o que se passou".

Já os partidos mais à esquerda, PCP, Bloco de Esquerda e Os Verdes, acusaram o grupo Jerónimo Martins de lançar uma campanha "ideológica" e "ilegal" em pleno dia do trabalhador. A deputada Catarina Martins (BE) disse que as imagens sobre essa campanha mostraram "um país em estado de

síto e em estado de privação eminente", ao mesmo tempo que o partido quer ouvir os ministros da Economia e da Agricultura no Parlamento para darem explicações sobre a matéria.

O comunista Miguel Tiago acusou o grupo JM de levar a cabo "uma campanha infame", também "particularmente grave e ofensiva por ter natureza ideológica". Segundo este deputado do PCP, "foi uma campanha provocatória contra os direitos dos trabalhadores", sendo, por isso, "de intervenção política". O PEV, através de Heloísa Apolónia, defendeu que se trata de uma campanha sem "qualquer escrúpulos na sua tentativa de obtenção de lucros".

Luís Menezes (PSD) aconselhou os partidos de esquerda a "não caírem no ridículo", porque se trata de uma "decisão livre de cada português escolher a quem compra e quando compra".

Publicação: Diário de Notícias

Data: 4 de Maio de 2012

Título: Pingo Doce terá vendido arroz e óleo com prejuízo

Peça nº 113

Pingo Doce terá vendido arroz e óleo com prejuízo

Promoção. ASAE terá encontrado indícios da prática de 'dumping' em alguns dos produtos vendidos na promoção do dia 1 de maio

ANA BELA FERREIRA
e VIRGÍNIA ALVES

A ASAE terá detetado prática de *dumping* (venda de produtos abaixo do custo de produção) em três produtos vendidos pelo Pingo Doce, na terça-feira – dia em que fez 50% de desconto nas compras acima dos cem euros. De acordo com a Antena 1, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, que o DN tentou sem sucesso contactar, estão a ultimizar o processo para enviar à Autoridade da Concorrência, à qual compete a aplicação de eventuais sanções.

Os produtos que teriam sido vendidos com prejuízo são óleo, arroz e sardinhas. Aproveita-se a prática de *dumping* o Grupo Jerónimo Martins arrisca uma multa de cerca de 15 mil euros por tipo de produto

vendido abaixo do preço. Antes desta informação avançada pela Antena 1, o diretor-geral do Pingo Doce tinha garantido à TVI que não havia qualquer ilegalidade na campanha de 1 de maio, garantindo que não fez nenhuma "venda com prejuízo".

A megapromoção voltou também a ser criticada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, que pediu reuniões com o ministro da Economia, o diretor-geral da ASAE, a Confederação do Comércio e a Autoridade da Concorrência, para alertar para os danos que esta campanha vai causar ao sector. O sindicato considera, em comunicado divulgado ontem, que "esta operação vai repercutir-se sobre todo o sector, que pode ter implicações sérias no sector do descartar de trabalhadores, incluindo no Pingo Doce e das ou-



Consumidores passaram horas nos supermercados para aproveitar promoção do feriado

tras empresas, descartando mais contratos a termo e aumentando o encerramento de lojas e empresas independentes e de grandes grupos de distribuição".

'Guerra' só prejudica Continente

Entre as empresas do sector, os analistas acreditam que numa guerra de preços entre as duas principais cadeias de distribuição portuguesas, Sonae-Continente e Jerónimo Martins-Pingo Doce, o que poderá sair mais prejudica-

do será a Sonae. Isto porque, referem, o peso do Pingo Doce na estrutura do grupo é muito menor do que o do Continente no Grupo Sonae.

O BESI (Espírito Santo Investment Bank) avalia o Pingo Doce em apenas 5% do valor da Jerónimo Martins, quando o Continente representa 60% da Sonae. Os analistas do BPI preveem "um crescimento da Jerónimo Martins a partir da Polónia" e não do mercado nacional, quando para a So-

nae o mercado é o nacional. Já os analistas do BCP afirmam que vai verificar-se "uma degradação das margens de lucro, até se chegar ao mais forte do mercado".

Para o docente da Faculdade de Economia da Universidade do Porto Pedro Queijas Brito, a campanha do 1.º de Maio "seria sempre uma bomba", explicando que teve três traços: redução significativa do preço, generalização a todos os produtos e abrangência a todos os clientes. *com.lusa*

MARGENS DE LUCRO REVOLTAM PRODUTORES

Preço é multiplicado por dez...

Peixe É muito fácil fazer promoções nas peixarias, sobretudo quando a pesca abunda, garante Manuel Alves, armador de Setúbal, assegurando que facilmente o revendedor multiplica por dez o que pagou em lota pelo pescado. Se houver muito carapau ou sardinha, por exemplo, é possível arrematar um lote por 30 cêntimos o quilo e vendê-lo ao consumidor por cinco euros, conta o armador. E mesmo quando o peixe não abunda, não é difícil ter margem para baixar preços, já que "mesmo que um quilo de carapaus custe apenas dois euros ao consumidor o lucro é grande". Tempos houve em que a lei estipulava que a margem de lucro dos revendedores não podia ir além dos 30%, lembra.

ROBERTO DORES

Dos quatro euros para os 15...

Carne Na sua exploração na aldeia de Correlhó, Ponte de Lima, Francisco Puga trata de 80 bovinos. Já foram cem, mas a crise já não dá para mais e as grandes superfícies não ajudam. "Hoje vendemos a carcaça de um animal a quatro euros por quilo. Nas montas dos hipermercados vemos carne do lombo a 15 euros", aponta este produtor, de 46 anos. "As grandes superfícies controlam tudo. Fazem o preço, enmagrecem-nos e mudam de semana para semana. E tudo deles e basta ver o nível de vida do produtor e dos grandes distribuidores", denuncia. Francisco Puga recorda ainda como o negócio mudou em 20 anos. "Com o gado leve e o preço da ração, gastamos três vezes mais para ganhar o mesmo".

PAULO RUILO

Diferença é de 30 a 50 cêntimos...

Legumes Agricultura desde os 24 anos, Lurdes Dias já viu os seus produtos chegarem aos grandes distribuidores a 20 cêntimos para serem vendidos a 50. É assim que a grande distribuição consegue fazer campanhas agressivas, diz Lurdes, sem esconder a revolta. "São livam é o produtor. Assim é fácil, fazer descontos de 50% com o trabalho dos outros. As margens de lucro dão para sustentar o negócio. Vende-se um quilo de legumes a 50 cêntimos e depois vende-se à venda por um euro. É revoltante", desaba a agricultora de Vila Verde, Braga, que tem a seu cargo uma exploração de meio hectare. Mas Lurdes está convencida que "no 1.º de Maio, pelo menos nos hortícolas e frutícolas", como os que produz, não houve lucro. *RL*

Publicação: Diário de Notícias

Data: 5 de Maio de 2012

Título: ASAE envia processo do Pingo Doce para a Autoridade da Concorrência

Peça nº 114

promoção

ASAE envia processo do Pingo Doce para a Autoridade da Concorrência

Rede de supermercados terá praticado vendas com prejuízo, o que pode valer uma multa até 2500 euros

Texto: Ana Bela Ferreira

A ASAE confirmou, em comunicado, ter encontrado "indícios de incumprimento", nomeadamente venda abaixo do preço de custo durante a promoção de 1 de maio do Pingo Doce.

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, "após análise de centenas de documentos", reencaminhou ontem o processo para a Autoridade da Concorrência (AdC), a quem compete verificar se os indícios de ilegalidade se confirmam ou não.

A confirmar-se a prática de vendas com prejuízo, uma prática comercial ilegal, a cadeia de supermercados incorre numa multa que pode ir até aos 2500 euros, de acordo com o decreto lei n.º 370/93. Ao contrário do inicialmente avançado, a ter havido práticas ilegais durante a campanha que dava 50% de desconto a quem fizesse compras acima dos 100 euros, trata-se de vendas com prejuízo e não *dumpling* (vendas abaixo do preço de

custo de forma a deixar a concorrência sem capacidade de resposta e que é um crime concorrencial), já que ocorreu apenas durante um dia e não foi prolongada no tempo.

O processo está agora nas mãos da Autoridade da Concorrência, a quem compete verificar se houve ou não vendas com prejuízo.

A Jerónimo Martins aguarda que a Autoridade da Concorrência (AdC) se pronuncie sobre as eventuais ilegalidades na campanha promocional dos supermercados Pingo Doce no 1.º de Maio, depois da ASAE ter concluído que há "indícios de incumprimentos".

Fonte oficial da Jerónimo Martins escusou-se a comentar o comunicado da ASAE. "Aguardamos serenamente que a Autoridade da Concorrência se pronuncie", disse a referida fonte.

Na quinta-feira, a Antena 1 avançou a notícia de que a ASAE terá encontrado irregularidades nos preços do arroz, óleo e uísque.

Antes de ser conhecido o resultado da investigação da ASAE, que começou logo no dia da promoção, o diretor-geral do Pingo Doce garantiu, em entrevista à TVI, que não houve qualquer ilegalidade na campanha.

O ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, também se pronunciou ontem sobre as promoções do Dia do Trabalhador do Pingo Doce, recordando que elas estavam a ser investigadas, mas sublinhou "que este tipo de iniciativas é comum em vários países no mundo".

Já o Presidente da República recusou comentar a promoção, considerando que há investigações a decorrer.



PONTO FINAL Promoção do primeiro de maio não integra o conceito de 'dumpling' por só ter durado um dia e não se prolongar no tempo.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 5 de Maio de 2012

Título: A nódoa do Pingo Doce

Peça nº 115

cinco chaves



COTEC

Aplique a diáspora e esfregue bem

LEIA As notícias mais importantes de economia e empresas em www.dn.pt/economia

Diáspora não é uma doença de pele e Cotec não é a pomada para aplicar duas vezes ao dia nas zonas afetadas. Não vale a pena consultar o seu médico. Diáspora foi a palavra mais repetida ontem no encontro que a Cotec (Associação Empresarial para a Inovação) organizou em Cascais e que teve o privilégio de juntar 24 grandes (enormes, gigantes, poderosos) gestores portugueses ou

lusofalantes com responsabilidades em multinacionais, digamos, universais. Não há qualquer dúvida de que a ideia de juntar estas cabeças é excelente em qualquer momento, mas numa altura de enormes desafios ainda o é mais, até porque permitiu juntar à equipa não apenas Passos Coelho e Cavaco Silva, mas também Duílio Barroso. Ora bem, com estes ingredientes surpreende a pobreza do resultado (conhecido),



Faz algum sentido fazer um *happening* deste calibre e esconder os gestores - ninguém pôde falar com eles - e dar voz apenas aos políticos que ouvimos todos os dias? O encontro de ontem e o retrato do país: somos uma oportunidade estragada pelo gasto *status quo* político-partidário. Saíam da frente, bolas, deixem ver os fazedores. Ontem era o dia deles. **Ponto final** A reunião de ontem reflete o nosso atraso. Não o resolve.

MARKETING

O Pingo Doce sem nódoa

Há pelo menos duas maneiras de olhar para a ação de guerrilha social do Pingo Doce. A primeira (sobre a qual escreve Pedro Bidalma na pág. 17) sublinha a notória e notável incompetência dos sindicatos em saber aproveitar o momento histórico que vivemos para mobilizar as pessoas até para o 1.º de maio - talvez até aproveitando, já em andamento, a fantástica boieira do Pingo Doce.

A segunda maneira de olhámos para o fenómeno de terça-feira revela o seguinte: como é fácil criar assunto em Portugal! Numa altura em que só se fala de fragmentação do interesse das pessoas, uma marca de supermercados dominou por completo a atenção de um país inteiro. Nem todos gostaram, é verdade - os moralistas de direita sentiram-se repugnados com a visão do povo em delírio (uma fila de fãs da Apple é



bem mais chique); os de esquerda ficaram previsivelmente enojados com o poder de atração hipnotizante do maravilhoso arroz carolino a preço de saldo. Convém esclarecer estas almas penadas que o que aconteceu em Portugal aconteceria em todo o lado, de Oslo a Beirute, com uma diferença - não teria o foco mediático que teve porque ações destas são mais comuns noutros lados. **Ponto final** Pingo Doce em alta.

DISTRIBUIÇÃO

A nódoa do Pingo Doce

ONLINE Leia todas as notícias às companhias de distribuição do Pingo Doce e Continente em www.dn.pt/economia

A ASAE é aquela entidade que gosta de prender belíssimas e tenras morceiras e que, no meio de um combate sério à insegurança alimentar, arrasa tudo o que é tradição e património gastronómico nacional. Além deste detalhe, a ASAE é agora também a agência que coloca notícias em *off* nos jornais a apontar apressadamente possíveis ilegalidades na ação do Pingo Doce. Não sei se houve

ou não *dumping*, mas sei que a ASAE tem a obrigação de apenas revelar as conclusões quando tiver concluído a investigação e de fazê-lo com toda a transparência e com todas as explicações, tintim por tintim. Filtrar informação parcelar, como fez antontem à noite à Antena 1 (hoje saiu um comunicado às 17h00), é pura intoxicação: é veneno e uma podridão. O assunto é sério, não por causa desta operação da Jerónimo



Martins mas porque, além dos desentendos, o Pingo Doce permitiu que a atenção nacional se possa centrar num problema verdadeiramente grave: o emagamento de preços a que são sujeitos os produtores, obrigados a vender ao Continente-Pingo Doce o pouco que produzem a preço de fome. **Ponto final** O duopólio Continente-Pingo Doce deve ser investigado. Não hoje, sempre.

BANCOS

O BES livrou-se do Estado

Esta semana vai ser muito interessante para os bancos. Se não for na próxima semana, será na seguinte. Ou na seguinte. Na verdade, há quase um mês que se aguarda a portaria do governo que vai regular o acesso dos bancos ao fundo de capitalização de 12 mil milhões de euros. De que forma podem os bancos aceder a este dinheiro? Quanto poderá ser em forma de capital

contingente (CoCo) e a partir de que valor o Estado terá mesmo de ficar com uma participação acionista direta? Em qualquer dos casos, que limitações serão impostas à gestão dos bancos ajudados? Poderão financiar OPA, poderão pagar bónus à gestão? Poderão fazer aquisições? O que acontecerá aos dividendos? As perguntas são muitas e em

quase todas é certo que ter o Estado como acionista é justamente considerado um peso e um risco. É por isso que a maldita portaria tarda em sair: as negociações são intensas e o assunto muito delicado. Ninguém pode desejar ter bancos (quase) nacionalizados, porque isso mata o negócio e desvirtua a economia. O BES, com menos problemas do que

outros, é único que já se livrou desta cruz. Fê-lo com o dinheiro dos seus acionistas e algum contorcimento. E agora tem as mãos livres para atacar um mercado difícil e arriscado, mas também com oportunidades de investimento únicas - ou seja, baratas. **Ponto final** O governo está a demorar uma eternidade a definir a forma de acesso dos bancos ao fundo de capitalização.

CIMPOR

O mau conselho de Borges

ONLINE Acompanhe todos os processos de privatização em www.dn.pt/economia

António Borges, o consultor para as privatizações nomeado pelo governo, é um caso extraordinário. Além de deixar sempre no ar a impressão de que não acaba nada do que começou, agora quer fechar com a máxima urgência aquilo que ainda mal arrancou. Recomendar entusiasticamente a venda da Cimpor e dar como muito bom o preço (baixo, ridículo) oferecido pela Camargo Corréia

é não entender o seu papel nesta história. Ora bem, se Borges não percebe o que lhe é pedido pelo governo, faço-lhe a gentileza de explicar: a Caixa Geral de Depósitos tem 9,6% da Cimpor para vender. Sendo claro que o deve fazer, o banco do Estado tem de ter uma só preocupação: conseguir o melhor preço possível. Não é preciso ter um MBA do Insad para saber que nunca se aceita a primeira oferta. Isto é válido



para quase todos os negócios, mas numa OPA é o *bê-á-bá*. No caso da Cimpor, sendo evidente que a cotação atual das ações não reflete o valor da empresa (que já esteve nos 7,6 euros por ação e a oferta é de 5,5), o mínimo que se exige a Borges é que se deixe de facilidades, apesar dos vários erros que já cometeu neste processo. **Ponto final** Borges está a dar fracos conselhos na OPA da Cimpor.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 8 de Maio de 2012

Título: Queixa contra “discriminação”

Peça nº 116

PINGO DOCE

Queixa contra “discriminação”

» O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) enviou à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) uma queixa contra a Jerónimo Martins por considerar que existe “discriminação” entre os trabalhadores do Pingo Doce. Segundo fonte sindical, em causa está o facto de apenas os trabalhadores que estiveram no 1.º de Maio poderem usufruir da campanha de descontos de 50% em compras acima dos 100 euros, que decorre esta semana. Além disso, de acordo com uma circular enviada a 3

de maio, o presidente executivo da Jerónimo Martins, Pedro Soares dos Santos, adianta que a empresa vai remunerar em 500% os funcionários que laboraram no Dia do Trabalhador, pelo trabalho “extraordinário” realizado. Os trabalhadores vão beneficiar do mesmo desconto de 50% sobre faturas em compras acima dos 100 euros durante esta semana, numa ação que termina sexta-feira. Para o CESP, o facto desta campanha ser apenas dirigida aos que trabalharam no 1.º de Maio constitui “uma discriminação em relação aos trabalha-

dores que exerceram o direito à greve, estavam de férias ou de descanso” nesse dia. Quanto à polémica campanha do 1.º de Maio, a Comissão Europeia considerou ontem que esta não configura qualquer violação do ponto de vista da política comunitária de concorrência. Em Portugal, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) decidiu na passada sexta-feira entregar o processo à Autoridade da Concorrência, por considerar que se registaram vendas com prejuízo em três produtos.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 8 de Maio de 2012

Título: Ecos de uma campanha

Peça nº 117

Ecos de uma campanha

Ainda se não apagaram os ecos da campanha do Pingo Doce, que fez um desconto de 50% a quem levasse pelo menos 100 euros de compras. Das opiniões produzidas, houve quem aplaudisse dizendo que foi uma jogada de mestre, e houve quem criticasse. Os que criticaram disseram que o Pingo Doce devia ter encerrado as suas portas no dia mais sagrado dos trabalhadores, o dia 1 de maio. [...] Do lado oposto, estavam os que disseram que o Pingo Doce só podia fazer este desconto porque vendeu abaixo do preço de custo, o que é ilegal. O que se pode dizer, na minha opinião, é que se podem dar dois casos, tecendo-se uma espécie de dilema que a ASAE vai averiguar: saber se, na verdade, vendeu abaixo do preço de custo e, neste caso, sujeita-se a uma multa que

nunca será grande e em nada afetará a imagem e o poder da empresa. Se não vendeu, isto quer dizer que o Pingo Doce tem lucros fabulosos à custa de pagar preços irrisórios aos produtores de produtos alimentares, e estabelece largas margens de lucro nos outros produtos que adquire e, depois, vende nas suas lojas. [...]

Artur Gonçalves, Sintra

Publicação: Diário de Notícias

Data: 10 de Maio de 2012

Título: Militares mandam em todas as missões de apoio a PSP e GNR

Peça nº 118

Militares mandam em todas as missões de apoio a PSP e GNR

Defesa. Posição do principal chefe militar parece estar em conflito com a Constituição e a lei

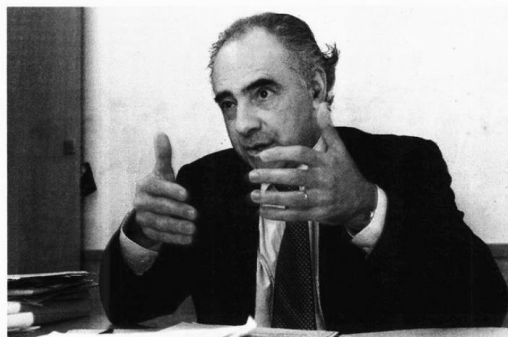
MANUEL CARLOS FREIRE

As Forças Armadas (FA), "qualquer que seja a hipótese de emprego em apoio ou colaboração com as forças de segurança" em território nacional, continuarão sempre "debáteis da linha de comando militar", declarou o principal chefe militar, general Luís Araújo.

"Que não haja a mínima dúvida", enfatizou o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), dizendo que essas missões "têm de dizer qual é a operação, quanto tempo dura [ou] quais as regras de empenhamento".

Porém, a posição do CEMGFA quanto à relação das FA com as forças de segurança (lei-se PSP e GNR) não parece corresponder ao que diz a Constituição e a lei para as missões quotidianas – pois só quando for declarado o "estado de sítio" é que a legislação afirma que "as forças de segurança (...) ficarão colocadas, para efeitos operacionais, sob o comando do CEMGFA".

Contudo, faz uma ressalva: "As autoridades administrativas civis (ASAE, Autoridade Nacional das Pescas, SEI, Instituto da Água, Inspeção-Geral de Finanças, PI, Polícia Marítima, Autoridade Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo, serviços de Busca e Salvamento Marítimo e Aeronáutico) continuarão no exercício das competências que (...) não tenham sido afectadas pelos poderes conferidos às autoridades militares."



Deputado Miranda Calha (PS) questiona "interpretações que estão a ser dadas"

Quanto ao "estado de emergência", a legislação prevê, "se necessário, o reforço dos poderes das autoridades administrativas civis e o apoio às mesmas por parte das FA".

O CEMGFA, que falava num encontro com jornalistas, escusou-se contudo a abordar a relação das FA com os referidos serviços e autoridades administrativas – ASAE, Autoridade Nacional das Pescas... – nas chamadas missões de interesse público, onde a Marinha reivindica poderes que a lei não lhe dá (e até já foi condenada).

O deputado Miranda Calha (PS), ouvido ontem pelo DN, respondeu: "Não é por acaso que [em 2002] se colocou o ministro da Defesa no topo do Conselho Coordenador Nacional do Sistema de Autoridade Marítima, que nunca reuniu."

"Qual é a razão porque essa lei [que criou aquele órgão] nunca foi cumprida? Não compreendo porque!", insistiu aquele membro da Comissão de Defesa e responsável governamental pela preparação do pacote legislativo de

2002 que implementou o Sistema de Autoridade Marítima (retirando-o da tutela daquele ramo militar). "Há aspetos que têm de ser revistos ou reanalisados" sobre o cumprimento de missões "que têm que ver com a busca e salvamento, a Polícia Marítima e outras áreas da Autoridade Marítima em geral", observou ainda Miranda Calha.

Nesse sentido, defendeu o antigo secretário de Estado da Defesa, a revisão dos conceitos estratégicos ligados à Defesa e à Segurança

CONSTITUIÇÃO

Mais poderes só "no respeito" pela lei

O ministro da Defesa reconheceu, em outubro passado, que o aumento de competências das Forças Armadas em missões de interesse público será feito "no respeito da lógica constitucional". É esse o quadro, não pode ser outro, declarou José Pedro Aguiar-Branco, pois tem de haver "respeito pelo enquadramento jurídico português". Em causa estava o reforço de competências da Marinha no mar – para racionalizar meios e atores envolvidos no exercício da autoridade do Estado no espaço marítimo costeiro – e, em geral, das Forças Armadas nas missões de interesse público.

vai exigir "uma clarificação, baseada no que diz a Constituição", sobre a atuação das FA em missões de busca e salvamento ou fiscalização.

Essa clarificação – dadas "as interpretações que estão a ser feitas" sobre o emprego das FA em território nacional, insistiu Miranda Calha – visa acabar com as dúvidas que persistem sobre a autoridade e competência das entidades civis nessas situações.

O CEMGFA disse também aos jornalistas que "as missões de busca e salvamento" integram o conjunto de "instrumentos de soberania" e de "ação crítica" do Estado que entende não poderem ser partilhados (mesmo com países aliados). Sucede que as estruturas do Estado envolvidas na busca e salvamento não são estruturas militares, mas do Ministério da Defesa – e que usam meios das FA.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 11 de Maio de 2012

Título: “Prioridade é vender”

Peça nº 119

PROMOÇÃO

“Prioridade é vender”

PINGO DOCE Alexandre Soares dos Santos garante que a ação do 1.º de Maio, que provocou alguns desacatos, não é para repetir

O presidente do grupo Jerónimo Martins garantiu, em entrevista à SIC Notícias, que não vão repetir-se nos supermercados Pingo Doce ações promocionais como a do 1.º de Maio, mas admitiu que vai “continuar uma política agressiva” de vendas.

“Não queremos perder vendas [...] A prioridade é a venda, não é o lucro”, justificou Alexandre Soares dos Santos (*na foto*), que lidera o grupo proprietário da cadeia de supermercados Pingo Doce.

Soares dos Santos adiantou que a promoção do feriado do Dia do Trabalhador, com a qual os clientes obtinham 50% de desconto para compras superiores a 100 euros, destinou-se a recuperar “vendas perdidas” e rendeu 25 a 27 milhões de euros.

Contudo, frisou, o grupo “não vai repetir este tipo de promoções”, porque são caras.

Um dia depois da campanha, a Jerónimo Martins assegurara que a “ação comercial” era uma das várias iniciativas do género previstas para este ano.

Confrontado com as declarações recentes da ministra da Agricultura a propósito do caso, Soares dos Santos desafiou: “Quais são os fornecedores que se queixam de que a Jerónimo Martins deu cabo deles?”

Assunção Cristas admitiu no sábado a necessidade de legislação para regular a relação contratual entre produtores e distribuidores, considerando “inadmissível” que descontos como os promovidos pelo Pingo Doce no feriado do 1.º de Maio sejam “imputados” aos produtores.

O presidente do grupo Jerónimo Martins negou qualquer prática de *dumping* (preço abaixo do custo) na ação do 1.º de Maio, mas

admitiu que possa ter havido “um ou outro preço errado” em 16 000 referências de produtos. A ASAE, recorde-se, concluiu ter havido ilegalidades e entregou o processo à Autoridade da Concorrência.



Publicação: Diário de Notícias

Data: 14 de Maio de 2012

Título: Alarmados com toneladas de carne a apodrecer em fábrica

Peça nº 120

Alarmados com toneladas de carne a apodrecer em fábrica

Gaia. Empresa de Pedroso não reabriu após o verão, a luz foi cortada e produtos alimentares estão em câmaras frigoríficas a decomporem-se. População fala em ameaça à saúde pública



Fábrica de produtos porcinos Irmãos Vieiras fechou no verão, tem as portas seladas e tribunal ainda não autorizou a entrada

ALFREDO TEIXEIRA

A fábrica de processamento de carnes está fechada desde o Verão, mas os moradores do lugar do Monte da Senhora, em Pedroso, Gaia, nunca pensaram que a herança iria ser tão pesada. As dificuldades financeiras e a falta de pagamento a fornecedores levou a que a energia elétrica da infraestrutura fosse cortada em outubro. A empresa Irmãos Vieiras Lda. fechou portas, mas nas arcas frigoríficas ficaram de toneladas de carne e perto de 600 presuntos a apodrecer. O cheiro na localidade é nauseabundo e os moradores temem pela sua saúde.

Os portões da empresa estão fechados e selados e no interior, junto aos armazéns, várias viaturas de distribuição estão paradas há já vários meses. "O cheiro que provém da fábrica nunca foi agradável, sobretudo quando acontecia a matança dos porcos ou devido ao armazenamento dos ossos", conta ao DN Luís Silva, uma das vozes mais contestatárias da Rua da Bela Vista, onde está instalada a unidade fabril encerrada.

Os moradores nunca desconfiaram, no entanto, que o pior estava para vir. Em outubro, a energia elétrica foi cortada por falta de paga-

mento e a empresa viu-se obrigada a encerrar. De acordo com informações prestadas, na altura, pelos trabalhadores, no interior das câmaras frigoríficas estavam cerca de dez toneladas de carne e perto de 600 presuntos. Aqueles produtos alimentares foram refrigerados pela última vez em setembro e, por isso, não foi de imediato que os moradores se aperceberam de que estavam perante um grave problema de saúde pública.

"Nos últimos meses esteve frio e chuvoso, mas com o passar dos meses começámos a sentir mais cheiros que só poderiam vir dali, a acreditar nas informações que nos foram dadas por quem ali trabalhava", acrescenta o morador. "A situação piorou muito esta semana com a subida das temperaturas e, na verdade, não se aguenta, sobretudo quando o vento que provém do mar empurra o cheiro para as nossas casas. Temos de fechar portas e janelas", afirma José Machado.

Os moradores estão com medo

e temem pela sua saúde. "Nos últimos dias sentimos cada vez mais o mau cheiro e temos as casas invadidas por varejas em quantidades que não são normais e que só podem resultar do que se está a passar dentro da fábrica."

A GNR sabe do problema pelo menos desde fevereiro e prometeu agir. Também a junta de freguesia foi informada e a divisão de Ambiente da Câmara de Gaia já esteve no local mas os funcionários não puderam entrar nas instalações. Quem tem competências para atuar é a Direção-Geral de Veterinária, mas a Irmãos Vieiras está em situação de insolvência e só o tribunal poderá autorizar tal situação.

"Isto é um país de aselhas, pois não se compreende que um caso tão grave, que pode comprometer a saúde de toda uma comunidade, esteja dependente de tanta burocracia", refere Maria Maciel, que já esteve emigrada e se mostra arrependida de ter cedido à vontade do marido em voltar para Portugal. "Dizem que se está à espera



"Isto é um país de aselhas e a saúde da comunidade depende de burocracia"

MARIA MACIEL
MORADORA E VIZINHA DA
IRMÃOS VIEIRAS LDA

da resposta do tribunal, mas a verdade é que a situação já foi denunciada há cerca de três meses e não vemos ninguém a fazer nada. As autoridades sanitárias têm de atuar rapidamente sob pena de esta situação resultar num caso grave de saúde pública", considera a moradora, José Machado e da mesma opinião e não compreende que "entidades como a ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) seja tão rápida a fazer fiscalizações em outros locais e se mostre indiferente ao que está aqui a acontecer".

Os moradores do lugar da Senhora do Monte sentem-se desamparados e sem saber a quem recorrer. E a aumentar os receios da população está a escola do ensino básico localizada mesmo em frente à unidade fabril. A associação de pais "tem-se desdobrado" para tentar resolver a situação, mas, tal como os moradores vizinhos da empresa, encontram-se "de mãos atadas e sem respostas", dependentes de uma decisão do tribunal que ninguém sabe quando vai acontecer.

Os moradores temem ainda o que pode acontecer quando as câmaras forem abertas, pois só com rigorosas medidas de proteção se poderá entrar nas instalações e realizar a posterior desinfestação.

PROCESSO

CARNE PODRE

» **Moradores** baseiam-se nas informações prestadas pelos antigos trabalhadores. Nas câmaras frigoríficas estarão dez toneladas de carne e 600 presuntos.

INSOLVÊNCIA

» **Empresa** passa por um período de insolvência. Cerca de 50 a 60 trabalhadores foram dispensados em outubro quando a energia elétrica e o gás foram cortados.

AUTORIDADES

» **Problema** foi comunicado à GNR, Junta de Freguesia de Pedroso e Câmara de Gaia. Só o tribunal poderá desbloquear a situação.

PROPRIETÁRIO

» **Moradores** nunca tiveram qualquer contacto com os responsáveis da empresa, fundada em 1960 mas com nova gerência há cerca de dois anos.

RESPONSABILIDADE

» **População** já tentou resolver o problema por sua iniciativa. Pensaram chamar uma empresa de desinfestação para retirar a carne em decomposição e entrá-la numa vala. Foram desaconselhados pela polícia.

Enchidos e fumados desde há 52 anos

EMPRESA Irmãos Vieiras Lda. foi fundada em 1960 numa região de grande tradição de abate, transformação e comercialização de carnes de suíno. A empresa produzia essencialmente enchidos, fumados e preparados cozidos e frescos. Chouriços, salpicão, linguiça, lombo e orelheira, entre outros, fumados, bacon, fiamões e mortadelas eram produtos de marca Vieiras que abasteciam o mercado nacional.

Na sua página da Internet, os seus responsáveis garantem a agudeza da aposta na qualidade, "pois a prioridade constante é dar aos clientes produtos seguros".

Destacam "o sistema HACCP onde se cumprem todos os princípios por forma a garantir a salubridade dos produtos que labora, tendo em atenção todas as fases do processamento, desde a matéria-prima até ao produto final, onde o controlo é rigoroso".

A viabilidade da empresa não era colocada em causa. "Com políticas de inovação, modernização e desenvolvimento, enquadradas numa dinâmica de melhoria contínua, a empresa alcançará os objetivos a que se propõe", lê-se na Internet. Contudo, algo terá corrido mal, estando agora as instalações ao abandono.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 15 de Maio de 2012

Título: Toneladas de carne podre dão queixa-crime

Peça nº 121

Toneladas de carne podre dão queixa-crime

Gaia. ASAE não se pronunciou sobre quem tem de retirar os produtos, mas entregou queixa-crime por suspeita de atentado à saúde pública

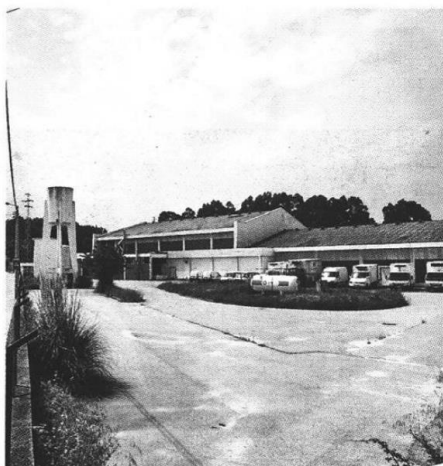
JOANA DE BELÉM

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) entregou ontem no Ministério Público de Gaia uma queixa-crime contra a Irmãos Vieira Lda., por suspeitas de atentado à saúde pública. No entanto, ninguém se entende sobre a responsabilidade de retirar as dez toneladas de carne e os perto de 600 presuntos que, há cerca de sete meses, estão a apodrecer nas arcas frigoríficas da empresa, em Pedroso, Vila Nova de Gaia, e que estão a deixar um cheiro nauseabundo na localidade.

A fábrica de processamento de carnes Irmãos Vieiras Lda. fechou portas no verão e em outubro foi cortada a energia. Câmara e Direção-Geral de Veterinária (DGV) garantem não ter competências sobre a matéria, assim como a delegada de saúde de Espinho e Gaia diz nada poder fazer sem uma autorização do tribunal, devido à situação de insolvência da empresa.

Fonte do gabinete da ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território disse ao DN já ter sido dado conhecimento do caso à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. "Importa esclarecer que esta Direção-Geral [de Veterinária] é responsável pela verificação das condições de laboração da empresa, em matéria de higiene e segurança alimentar. A determinação da suspensão do Número de Controlo Veterinário conduz à suspensão da licença de exploração por parte da entidade coordenadora do licenciamento e outras ações subsequentes a este procedimento que estarão a cargo da entidade coordenadora e demais entidades fiscalizadoras", adiantou.

Segundo o gabinete ministerial, "não tendo esta direção-geral obtido resposta por parte do operador, procedeu à suspensão do número de controlo veterinário do estabelecimento, tendo sido infor-



Moradores já não aguentam o mau cheiro que vem da fábrica

madas da mesma a ASAE e a entidade coordenadora do licenciamento, a Direção Regional de Agricultura da Região Norte".

Mercês Ferreira, vereadora do Ambiente da Câmara de Vila Nova de Gaia, garante que a autarquia e a Junta de Freguesia de Pedroso "estão disponíveis para o que for necessário, transporte, o que for", mas que a tutela não os deixa agir. A câmara "teve conhecimento do caso há 15 dias" e contactou o proprietário para "tentar encontrar-se uma solução junto do aterro sanitário Sul Douro, mas a Direção-Geral de Veterinária disse que não podia ser assim e que aquela entidade não podia acolher esse tipo de resíduos", afiança Mercês Ferreira, ressaltando que "a tutela daquela atividade não é competência do município mas da DGV, e todo este problema de saúde pública da Direção-Geral da Saúde".

Em declarações à TSF, a delegada de saúde de Espinho e Gaia

disse que não há "qualquer hipótese de resolver ou de remover o que está no interior nem de entrar sem mandado, sem uma autorização do tribunal" devido à situação de insolvência. "Nós não podemos fazer nada, não temos qualquer hipótese", reiterou Elisa Ferreira, que no entanto garante não haver risco para a saúde pública: "Não há risco para a saúde, há incómodo, há um foco de insalubridade que tem de ser resolvido, quanto mais depressa melhor, mas não é a mim que compete resolver."

Os portões da empresa estão fechados e selados e os moradores queixam-se de ninguém atender às denúncias, feitas há três meses. "Nos últimos dias sentimos cada vez mais o mau cheiro e temos as casas invadidas por varejas em quantidades que não são normais e que só podem resultar do que se está a passar dentro da fábrica", disse ao DN um dos habitantes, José Machado.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 16 de Maio de 2012

Título: Bastonário denuncia suspeita de “dumping” nos genéricos

Peça nº 122

Bastonário denuncia suspeita de ‘dumping’ nos genéricos

MÉDICOS A Ordem dos Médicos (OM) denunciou à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) a existência de *dumping* no preço dos genéricos, afirmando que há laboratórios a vender medicamentos a preço inferior ao preço de custo, disse ontem à Lusa o bastonário José Manuel Silva.

“É fundamental que sejam investigadas as eventuais práticas de *dumping* no preço dos medicamentos, que poderão levar a que

alguns laboratórios se retirem do mercado, nomeadamente marcas portuguesas, por incapacidade de concorrer com preços que estarão a ser praticados abaixo do custo.”

O bastonário responsabiliza a legislação nacional pelos preços que estão a ser praticados, e afirma que estes preços não se verificam na Europa e levantam dúvidas não só quanto ao *dumping* mas também quanto à qualidade.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 18 de Maio de 2012

Título: Carne importada de Espanha alimenta guerra de promoções nos supermercados/Corrida controlada aos descontos com talhos a ver clientes passar...

1/2

Peça nº 123

Carne importada de Espanha alimenta guerra de promoções nos supermercados

Consumo. Descontos em várias cadeias de supermercados levam empresas de distribuição a recorrer à carne espanhola para fazer face à procura. Produtores nacionais não registam aumento de encomendas

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Os produtores de carne nacional acusam: as promoções lançadas pelo Pingo Doce e Minipreço – de descontos na ordem de 50% na aquisição de carne de vaca, porco, frango ou peru – vão resultar num aumento da importação de carne espanhola, já que Portugal não é autossuficiente para fazer face a esta procura. Numa situação normal, por ano, Portugal importa cerca de 45% a 50% de carne estrangeira, a maioria espanhola. Um valor total de 350 milhões de euros em carne e animais vivos para abate. Valores que vão aumentando mais com estas campanhas de preços baixos – a que ontem se juntou também a cadeia de supermercados Leclerc (*ver caixas em baixo*) – apesar de não existirem ainda dados oficiais que comprovem esse aumento.

Os produtores de carne contactados pelo DN dizem que o abate de animais em Portugal nos últimos dias não aumentou significativamente, apesar do aumento da procura, o que faz com que seja mais do que certo que “estas empresas de distribuição recorram e vão recorrer ao mercado espanhol”, como explica Vítor Menino, da Federação Portuguesa de Suinicultura. “É natural que importem carne, já que a nossa produção não é suficiente em qualquer dos cenários”, explica José Oliveira, presidente da Associação Nacional de Produtores de Carne.

Segundo dados do Ministério da Agricultura a que o DN teve acesso, registou-se um aumento na semana passada no número de animais abatidos de cerca de 17% nos bovinos e suínos e de 10% para os matadouros de aves”. Segundo uma nota do gabinete da mi-

nistra Assunção Cristas nos dados relativos a esta semana – altura em que o Pingo Doce lançou a sua segunda campanha de descontos e o Minipreço a primeira –, “apenas se poderá apontar uma tendência semelhante à observada na semana anterior, ou seja, um incremento significativo dos animais abatidos”. Esta é, para já, a única alteração na sequência destas promoções: “Não existe qualquer fator anormal a nível de irregularidade ou situação ilegal”, explica o Ministério da Agricultura. A Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), contactada pelo DN, garante que está “atenta a esta situação” mas que não se pode falar de práticas ilegais de *dumping*, já que estas pressupõem “venda continuada abaixo do preço de custo, mas não se aplica no caso de bens perecíveis como é o caso da carne”, explica a mesma fonte.

Contactadas pelo DN, as cadeias de distribuição Jerónimo Martins (que detém os supermercados Pingo Doce) e Minipreço não quiseram prestar declarações. O Pingo Doce é das empresas que mais importam, nomeadamente a nível do mercado da carne, já que apenas trabalha com 300 fornecedores nacionais, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística. “O que me preocupa é que a importação vai aumentar cada vez mais e, com isso, os talhos de rua vão ter dificuldades”, diz Vítor Menino. O responsável acrescenta: “Isto não é bom para ninguém porque estas empresas de distribuição vão acabar por tomar conta de tudo, esta forma de comercializar carne não é a mais correta, até porque reduz as nossas opções de venda”, conclui. Contactada pelo DN, a Associação de Comerciantes de Carne de Lisboa não quis prestar declarações. com ANA BELA FERREIRA, HELDER ROBALO E ROBERTO DORES



Ya Juan Fan levou um carrinho cheio de óleo para chegar aos 25 euros



Dia calmo no Minipreço apesar das promoções agressivas



Talhos do mercado do Livramento, em Setúbal, estiveram às moscas

OUTRAS PROMOÇÕES

LECLERC ENTRONCAMENTO

» O supermercado E. Leclerc do Entroncamento anunciou ontem a promoção de 50% de desconto directo nas carnes com a duração de quatro dias, mediante a apresentação do cartão de cliente E. Leclerc e a compra mínima de outros bens na loja no valor de 25 euros. Cada loja do grupo E. Leclerc conta com gestão independente e, por isso, esta iniciativa foi definida pelo administrador da unidade do Entroncamento e tem aplicação apenas nesta loja.

CARNES MEIRELES

» Um grupo de talhos, com sede em Barcelos, decidiu “responder à letra” aos gigantes da distribuição, fazendo, hoje e amanhã, uma promoção de 50 por cento em todas as carnes de novilho e vitela, segundo o gerente. O grupo Carnes Meireles tem 23 talhos espalhados pelos distritos de Braga e Porto, preparando-se para abrir mais dois, em Penafiel e São Mamêde de Infesta. Quem ali comprar carne vai ter um desconto de 50 por cento, em cartão.

INTERMARCHÉ

» A cadeia de hipermercados Intermarché aposta numa publicidade mais assertiva. “Nem com 50% chegamos lá. No Intermarché os preços são sempre ainda mais baixos”, pode ler-se no slogan da empresa que aposta em descontos diários em produtos específicos. Esta semana foi a vez da carne: bifanas de porco a 3,29 euros, costeletas mistas *idem*, carne de novilho para cozer a 1,99 o quilo. A fruta e legumes também são alvo de desconto.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 18 de Maio de 2012

Título: Carne importada de Espanha alimenta guerra de promoções nos supermercados/Corrida controlada aos descontos com talhos a ver clientes passar...

2/2

Peça nº 123



Corrida controlada aos descontos com talhos a ver clientes passar...

REPORTAGEM O primeiro dia de descontos no Pingo Doce foi calmo e as condições de compra não agradaram. No Minipreço, ao segundo dia a campanha continuava despercebida. Os talhos, que estavam vazios, queixam-se de "mês terrível"

LISBOA

Cliente revoltada com as regras

Apesar dos dois carrinhos e dois sacos grandes de carne que tinha consigo, Ya Juan Fan não estava satisfeita com a promoção do Pingo Doce. A obrigatoriedade de fazer 25 euros em compras (que a levaram a comprar um carrinho de garrafas de óleo) e o facto de cada pessoa ter um limite de dez quilos de carne deixaram-na revoltada. "Vim para aqui [Avenida Almirante Reis, em Lisboa] às 06.30 e ninguém me avisou das condições, por isso avisei os meus amigos", queixa-se. Só quando chegou à caixa percebeu que teria de gastar mais do que os cem euros em carne que tinha planeado. "Nunca mais volto ao Pingo Doce."

PORTO

Pouca variedade em dia calmo

Cláudia Malafaia aproveitou para fazer compras ontem no Pingo Doce da Praça Velasquez, no Porto, mas diz não ter ido de propósito. "Precisava de fazer outras compras, mas isto compensa", assegura. "Gostava de ter aproveitado mais, mas já estava tudo remediado e havia pouca escolha", diz, lamentando que não haja "reposição de stocks como prometem". Com o fim de semana à porta e as promoções a durarem até domingo, pondera voltar. Mas deixa um alerta. "Como temos de levar 25 euros noutras compras, é preciso ter atenção para não levarmos coisas de que não precisamos, só para levar a carne mais barata."

SETÚBAL

Três horas na fila para aviar a carne

Maria Ângela chegou pelas 09.00 ao Pingo Doce da Avenida Luisa Todi, Setúbal, mas já deparou com uma fila interminável de gente à sua frente na secção das carnes. Houve quem chegasse mais de uma hora antes, marcando lugar ainda com as portas fechadas. "Até fiquei assustada com tanta gente e pensei ir-me embora", admite. Como não tinha boleia para casa, porque estava dependente da neta, decidiu ficar. Com a senha 87 na mão e cerca de 60 pessoas à frente, teve de esperar três horas para ser atendida. "Poupei 30 euros e tenho comida quase até final do mês", congratulava-se no final da odisséia.

PINGO DOCE

Desconto em cartão não convence

Agitação foi algo que não se viu ontem de manhã no Minipreço do Jardim Constantino, em Lisboa. A saída ninguém admitia estar a aproveitar a promoção, que apenas é acessível a quem tem cartão, num desconto máximo de 20 euros por talão, numa utilização limitada a dez vezes. Com sacos quase vazios, os clientes apenas referiam que não estavam a comprar carne. "Só vim fazer as compras normais e não vou aproveitar a promoção", reconheceu Idalina. Algumas pessoas questionavam mesmo se existia alguma promoção no Minipreço. É que o papel com a informação passa despercebido entre os outros anúncios na montra.

Minipreço sem um movimento especial

Os gerentes das lojas Minipreço não prestam declarações, por falta de autorização, mas alguns funcionários, em surdina, admitem que "foi um dia calmo". Quem agradece são os clientes. Maria do Carmo saía, à hora de almoço, da loja na Rua de 5 de Outubro, com "alguns hambúrgueres e bifes de peru, que era o que ainda havia àquela hora". "No início do mês aproveitei a campanha do Pingo Doce para fazer as compras do mês, mas não andei a fazer stock como muita gente", garante a cliente. Já Alice Ferreira preferiu não comprar carne. "Compro num talho", assegura esta cliente, que diz "não ligar a estas promoções".

Campanha passou despercebida

Só a reposição das prateleiras destinadas à carne foi mais assídua que nos dias normais num dos principais Minipreço de Setúbal. O dia decorreu com normalidade e sem filas invulgar nas caixas, até porque a maioria dos clientes desconhecia as promoções de 50% nas carnes. "Costumo vir aqui, mas nem reparo na carne", referiu Vitor Silva, admitindo que talvez hoje volte para confirmar se as promoções valem a pena. Já Rui Lourido, dono de um restaurante, comprou em maiores quantidades, sobretudo frango e peru, porque não é todos os dias "que se paga menos de 20 euros por mais de dez quilos de aves".

MINIPREÇO

Qualidade perde terreno para o preço

O talho Alexandre Braga em Lisboa está vazio. Por culpa, admitiu Artur, da proximidade dos dois supermercados que tiveram promoções nas carnes, mas não só. Todos os descontos das grandes superfícies se refletem no negócio. "Eles vendem a carne mais barata do que eu compro ao fornecedor", critica o funcionário do talho. Logo, "quem sofre com as promoções são os comerciantes pequenos de rua". A sua sorte é que "algumas pessoas ainda apostam na qualidade. Mas, com a crise, cada vez mais pessoas olham apenas para o preço", reconheceu ao mesmo tempo que cortava bifanas para o restaurante vizinho.

Só clientes habituais resistem a promoção

Samuel Lima não acha piada às promoções. Em frente ao Talho Silva, na Rua de Costa Cabral, está o Pingo Doce. "As promoções matam-nos", conta, com a loja vazia. "Vem um ou outro cliente habitual, mas o resto aproveita tudo", assegura. "Até sábado é para esquecer, mas as pessoas não têm noção de que a qualidade não é a mesma", adianta Samuel. Apesar da "fuga" de clientes, Júlio Meireles, do talho Kikacarnes, na Areosa, não faz promoções. "Não posso fazer 50% de desconto", diz. Joaquim Bessa, cliente, garante que comprou "600 gramas de carne por 4,26 euros, mas por esse preço comprava um quilo aqui".

Vinte talhos sem clientes no mercado

Os talhos do Mercado do Livramento, que funciona a cinco metros do Pingo Doce, estavam ontem completamente às moscas e os talhantes encostados aos balcões a deitar contas à vida. Um efeito direto das promoções do vizinho, garantiam, admitindo que numa quinta-feira normal poderiam chegar aos 200 a 250 euros de faturação, mas nem metade desse valor teriam em caixa ao fim da manhã. "Tem sido um mês terrível, que começou logo com as promoções do 1.º de Maio", explicou o talhante Carlos Baptista, garantindo que muitos clientes da praça aderiram à campanha para abastecerem a casa para várias semanas.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 23 de Maio de 2012

Título: Carne a apodrecer em fábrica será incinerada em breve

Peça nº 124

Carne a apodrecer em fábrica será incinerada em breve

VILA NOVA DE GAIA As dez toneladas de carne e os cerca de 600 presuntos que estão a apodrecer desde o verão no interior da empresa Irmãos Vieiras Lda, em Pedroso, Gaia, vão ser finalmente retirados dos armazéns e incinerados ainda esta semana.

A garantia foi dada anteontem à noite pela solicitadora de execução de insolvência, após uma reunião na Câmara de Gaia em que participaram ainda vereadores e o presidente da junta de Pedroso. Aquela responsável vai agora reu-

nir com a ASAE, a delegada de Saúde e a Direção-Geral de Veterinária. Os resíduos encontrados estão já classificados, sendo de nível dois, ou seja não poderão ser depositados no aterro da Sul-Douro (Sermonde) e terão de ser encaminhados para uma estação técnica de tratamento para serem incinerados.

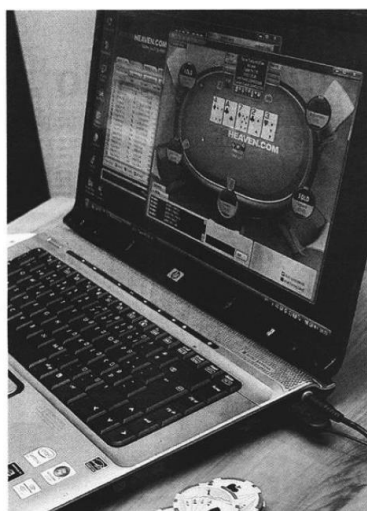
“É lamentável que as autoridades não tenham percebido o óbvio durante este tempo”, considera o presidente da junta de Pedroso, António Pereira Tavares. A.T.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 23 de Maio de 2012

Título: ASAE ataca empresa por incitar a jogar póquer

Peça nº 125



ASAE apreendeu sete CPU e seis computadores portáteis

LEGISLAÇÃO

RECETAS

• **O Governo** português está a preparar legislação para o jogo online — incluindo póquer, apostas desportivas e jogos de casino. "Daria que é possível pensar em conseguir receitas com o jogo online em 2012", afirmou a secretária de Estado do Turismo, Cecília Meireles, em fevereiro.

SENSÍVEL

• **A regulamentação** é, contudo, vista com muito cuidado. "Está em fase de análise, mas é um dossier que precisa de algum recato porque é muito sensível. O jogo exige preocupações em termos de regulamentação. Esta matéria ficará resolvida este ano", disse Cecília Meireles.

ENTIDADES

• **Já trabalha** uma comissão interministerial para a regulamentação. Feliciano Barreiras Duarte, coordenador da comissão, disse que foram feitas audições a entidades: Federação Portuguesa de Futebol, Associação Portuguesa de Casinos, Santa Casa da Misericórdia e Confederação do Turismo Português.

ASAE ataca empresa por incitar a jogar póquer

Aveiro. Nove pessoas foram identificadas e serão julgadas sumariamente em pequena instância. Material informático foi apreendido

ALFREDO TEIXEIRA

A ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) realizou uma ação de fiscalização ao escritório onde é editada a página da Internet do Pokerpt.com, em Aveiro, identificou nove pessoas e apreendeu vários equipamentos informáticos. De acordo com a ASAE, a empresa "explorava ilícitamente jogo de apostas através de uma plataforma na Internet", tendo sido instaurado um processo crime.

Para além das nove pessoas identificadas e que serão agora notificadas para comparecer em Tribunal de Pequena Instância para julgamento sumários, a Asae apreendeu sete CPU, 11 LCD, seis computadores portáteis, um computador e MAC, 13 conjuntos de póquer e 28 baralhos de cartas, no valor de 29 350 euros.

Uma das pessoas identificadas e que será julgada foi João Nunes, fundador e presidente do site, que segunda-feira foi surpreendido quando a ação estava a decorrer e se encontrava em casa por volta das 11.00. Ao deslocar-se ao escritório foi identificado. "Cheguei ao

meu escritório, identifiquei-me e tudo foi tranquilo. Os agentes foram acessíveis, sensatos, com bom humor", afirma em comunicado ontem postado no portal que dirige.

"Fomos informados que está a decorrer uma investigação por suspeita de incitamento ao jogo ilegal", acrescenta o mesmo responsável, embora outras pessoas ouvidas pelo DN e que costumam seguir o Pokerpt.com garantam que a página online "apenas serve para publicar notícias e trocar experiências entre jogadores online".

"Ali não há jogos, por isso estranhámos a acusação de serem responsáveis por jogo ilícito", acrescenta a mesma fonte. "Mesmo quando acompanham os torneios em casinos têm sempre autorização do Serviço Geral de Inspeção de Jogos", acrescenta.

Pokerpt.com ativo

O site Pokerpt.com continua de resto ativo, com muitos dos seus membros a colocarem mensagens de incentivo aos gestores do espaço. A publicação de notícias também segue com regularidade. João Nunes já por diversas vezes reclamou regulamentação do jogo

online. Em várias posições já assumidas, o criador do Pokerpt.com afirma que anda "há dois anos nessa luta", defendendo regulamentação própria para apostadores de jogos na Internet, como acontece em muitos países da Europa. Em Espanha nova legislação é publicada já no próximo dia 1 de junho.

Em Portugal será criado o primeiro enquadramento legal em breve, sendo essa uma promessa do atual Governo. Tanto a secretária de Estado do Turismo como o coordenador da comissão interministerial que analisa a regulamentação do jogo online afirmaram recentemente que uma decisão será tomada em breve (*ve calza*).

Recorde-se que quem tem o exclusivo do jogo em Portugal é: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e os casinos concessionados, que moveram já várias ações contra responsáveis por jogos na Internet. Há cerca de um mês, as varas-chéias de Lisboa deram-lhe razão e consideraram ilícita e ilegal a atividade do grupo BetClic, que patrocina competições e diversos clubes profissionais portugueses.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 23 de Maio de 2012

Título: Não é tempestade num copo de água

Peça nº 126



FERREIRA
FERNANDES
Jornalista

Não é tempestade num copo de água

E acontecimento da semana passada mas tenho de voltar ao copo de água da torneira a 50 centimos num *snack bar* algarvio. O problema é que já não se fala dele. No entanto, ele é-nos estrutural, revela mais e conta-nos melhor, por exemplo, que a absurda história do superespião. Quando apareceu a notícia – um bar, numa praia de Faro, faz-se pagar pelos copos de água da torneira –, os jornalistas embicaram para uma das duas autoridades a que geralmente apelam quando precisam de explicar um acontecimento. Não foram ao psicólogo, foram ao doutor de leis. Falaram para a ASAE, que os sossegou, a lei não interdita que um copo de água da torneira seja cobrado. Pronto, torneira fechada sobre o assunto. Mas há notícias em que não importa a lei. Porque o problema não é multar nem prender o tendeiro. O problema é que, em plena crise nacional arrasadora, haja comerciantes – gente que troca, que dá e recebe, e que vive disso – a decidir serem misantropos e agir como a velha do 7.º que passa por mim e não me cumprimenta porque não precisa de mim. Essa era notícia para ser explorada, comparada, instigadora de porquês e de prováveis soluções. Porque não é uma tempestade num copo de água, é mesmo uma tempestade denunciadora da nossa impotência. O comerciante em causa disse que já outros fazem o mesmo. Era necessário confirmar, porque se os há, concedo, desta vez, que precisamos mesmo de psicólogos para nos explicar a vaga de estupidez.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 2 de Setembro de 2012

Título: ASAE com novas regras e mais poder

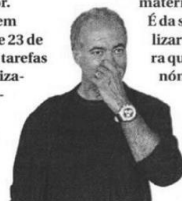
Peça nº 127

ASAE com novas regras e mais poder

» As novas regras da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), que sucede nas atribuições a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e de Publicidade, entraram ontem em vigor.

O diploma publicado em *Diário da República* de 23 de agosto inclui a lista de tarefas da ASAE, como a fiscalização das atividades económicas, a avaliação de riscos alimentares ou a informação aos consumidores. A ASAE, liderada por

António Nunes (*na foto*), detém poderes de autoridade e é um órgão de polícia criminal, podendo os trabalhadores de inspeção possuir e usar armas. O inspetor-geral pode aplicar coimas em matéria económica.



É da sua competência fiscalizar os locais onde decorra qualquer atividade económica em sectores tão diversos como indústria, turismo, agricultura, abate, pesca ou comércio, prestação de serviços, desporto, ca-

sinos e clínicas médicas. Mas a ASAE também deve prevenir situações de açambarcamento, combater a economia paralela, reprimir o jogo ilícito e avaliar situações de risco alimentar, assegurando a sua comunicação pública.

A ASAE foi criada em 2006 e resultou da reestruturação da Inspeção-Geral das Atividades Económicas (IGAE), constituída em 1965 e que, por sua vez, já tinha absorvido outras estruturas de controlo e repressão de atividades delituosas contra a economia e contra a saúde pública na defesa pelo consumidor.

Publicação: Diário de Notícias

Data: 16 de Setembro de 2012

Título: Um hospício em forma de país

Peça nº 128

Um hospício em forma de país



ALBERTO GONÇALVES
Sociólogo

A CGTP refere a política "implementada" pelo Governo do PSD e CDS e reclamada pela *troika*. O PCP fala nas "duras medidas do Pacto de Agressão impostas pela *troika*". O PS explica que o Governo "decidiu radicalmente para além da *troika*". O Bloco de Esquerda descobriu que o "memorando da *troika* conseguiu tudo o que queria porque queria falhar". E no sábado milhares de pessoas desfilarão numa manifestação sob o lema "Que se lixe a *troika*".

Por acaso, mesmo que no meio de elogios genéricos, até à própria *troika* começa a mostrar impaciência face ao Governo, que dedicadamente acusa de tentar corrigir o défice pelo lado da receita sem bulir a sério no lado da despesa. Trata-se, em geral, de uma acusação válida, que ninguém na oposição interna admite. Porque?

Acima de tudo, porque admitir a única alternativa plausível às desastrosas medidas do dr. Passos Coelho e do dr. Gaspar não teria efeitos muito populares. Não estou a ver Jerónimo de Sousa, Francisco Louçã ou sequer o pobre dr. Seguro entusiasmarem as massas enquanto reclamam cortes nos gastos do Estado por troca com o aumento da carga fiscal. Fora do hospício a que chegamos, criticar o Governo implicaria assumir a necessidade de reduzir cruel e drasticamente aquilo que pesa, leia-se as prestações sociais e os funcionários da administração pública, leia-se emveredar pela supressão de apoios e pelos despedimentos. No hospício em causa, critica-se o Governo sem sugerir o vestígio de uma solução.

Os impostos são maus? São péssimos, e só é pena que a esquerda tenha demorado tanto tempo a compreendê-lo. Infelizmente, a singular contrapartida da esquerda aos impostos passa pelo "investimento" de iniciativa estatal, de resto a brilhante estratégia que nos deixou neste buraco. De qualquer modo, era interessante perceber onde é que a esquerda inventa o dinheiro para financiar

o dito "investimento". Talvez na Casa da Moeda. Talvez nas míticas "grandes fortunas", que os amigos dos trabalhadores multiplicam por trezentos e imaginam dispostas a permanecer aqui para fins de espoliação. Talvez no lugar encantado, repleto de fadas e duendes (e milionários), em que habita.

O dr. Passos Coelho falhou todas as promessas alusivas ao "enagrecimento" do Estado e, salvo por uma benesse inútil às empresas, optou claramente pela via socialista. A oposição acusa-o de liberalismo (ou, para os semiletrados, de "neoliberalismo") e exige que se lance gasolina às chamas. Quanto ao povo que protesta nas ruas, e que resume os excessos estatísticos a umas dúzias de motoristas e privilegiados afins, protestaria em triplo se se tomassem as medidas de que Portugal carece ao invés daquelas que perpassam a cabeça dos nossos admiráveis governantes.

No fundo, paíra por aí a convicção unânime de que a Alemanha está obrigada a sustentá-los, a título de "solidariedade" europeia ou formulação divina.

Se em condições normais já seria difícil salvar o país, assim é impossível. As vezes peço-me ponderar se será desejável.

Segunda-feira, 10 de Setembro *Brincar com a morte*

A Direção-Geral da Saúde é uma concorrente séria da Proteção Civil: a fim de justificar a serventia, emite alertas apocalípticos. Infelizmente, nem os alertas costumam ser pertinentes nem a serventia fica sempre bem justificada. A última da DGS é a profecia de que a crise agravará a taxa de doenças mentais e suicídios. Pelo menos nalguns ramos, a instabilidade mental parece óbvia. Já a pandemia suicida, que pelos vistos se evita mediante avisos, merece certa reserva.

Há uma tendência para acreditar que as pessoas se matam devido à pobreza ou ao declínio do nível de vida. Às vezes, acima da tendência há um curioso desejo de que isso aconteça. A realidade é que discorda. Veja-se o caso da Grécia.

Recentemente, uma série de suicídios locais suscitou vasta cobertura noticiosa internacional, sob o pressuposto de que a população grega estaria prestes a massacrar-se por iniciativa própria e culpa da austeridade. A austeridade é autêntica. O massacre, afinal reduzido aos (trágicos) episó-

dios em questão, é discutível: apesar de abundantes e entusiásticas especulações na imprensa acerca de um aumento de 15%, 30% ou 100% da taxa de suicídios, o facto é que, mesmo sob os apertos actuais, os gregos ainda se matam menos do que quase todos os restantes povos da Europa. Na Suíça, na Bélgica ou na Suécia, que não consta atravessarem uma indizível miséria, a taxa é imensamente superior. Por outro lado, a Lituânia ainda detém o estatuto de nação mundial com maior percentagem de suicídios, díbita honra que manteve durante os anos de prosperidade do início da década de 2000 (curiosamente, em 2009, ano em que experimentaram os brutais efeitos da quebra económica, os lituanos suicidaram-se em menor quantidade).

E depois temos o Terceiro Mundo. Porque é que a penúria extrema não desencadeia suicídios em massa nos países verdadeiramente desgraçados, em geral possuidores de taxas irrisórias? Porque o acto de pôr termo à existência depende de incontáveis factores, individuais, culturais e religiosos, para não falar no efeito de controlo. Porque, em qualquer dos

exemplos, as estatísticas neste domínio são particularmente omis-sas, discutíveis ou equívocas. Porque não. Para muitos portugueses, a crise já é dramática o suficiente. Não vale a pena adicionar aos que brincam com a vida alheia os que brincam com a morte.

Quinta-feira, 13 de Setembro *O lado risonho da penúria*

Vantagens da crise? Para já, pelo menos uma: o secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação admitiu que o orçamento da ASAE sofrerá um corte relevante em 2013.

No contexto, "empreendedorismo", "competitividade" e "inovação" desempenham decerto uma função irónica. Mais do que qualquer outra metástase estatal, a ASAE simbolizou, talvez nem sempre justamente, a prepotência dos poderes públicos face a quem tenta ganhar a vida com honestidade. Uma instituição em teoria destinada a zelar pelo óbvio (o fecho de casas de confecção alimentar infestadas de roedores ou o impedimento da venda de artigos contrafeitos), por exemplo) transformou-se de depressa numa máquina de interpretação literal de leis e "directivas" absurdas, ou absurdas se levadas demasiado a sério. Quase toda a gente conhece casos em que o fundamentalismo pateta e nocivo da ASAE prejudicou mais a economia real do que trinta falências da Lehman Brothers. Aliás, a falência era o destino frequente das empresas supervisionadas por um caldo típico de cegueira burocrática, ignorância técnica e gozo em humilhar o próximo.

Convém acrescentar que o referido caldo está longe de ser exclusivo da Autoridade em questão, que esta não existiria sem o Estado que a criou à sua imagem e semelhança e que, com essa ou outra designação, tal abençoar nunca deixará de existir enquanto o Estado puder. As limitações orçamentais agora anunciadas não significam o reconhecimento dos excessos da ASAE, mas a incapacidade de financiar-las em pleno. Ainda assim, é uma boa notícia, que será ótima se o infórmio da ASAE se estender a tantas outras metástases do poder destinadas a maçar o cidadão e patrocinar o por este. É a velha história do dinheiro e dos palhaços, sem ofensa para uma profissão comparativamente digna.

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico.



O Inverno árabe

Não é exactamente nova a notícia de que diversas populações islâmicas andam a exprimir fúrias em público: o dia em que a famosa "rua árabe" sossegar-se-ia que devia subir às manchetes de todo o mundo. Enquanto se aguarda esse milagre, também não vale a pena dissecar as razões da presente insurgência, alegadamente motivada por um filme americano que não nutre o devido respeito pelo Profeta. De resto, falar no Profeta ou ignorá-lo parecem produzir resultados idênticos: logo que haja pandemónio, o bom muçulmano está em casa (e corre para a rua). Nenhuma surpresa. Surpreendente é o silêncio dos inúmeros ocidentais que, por rotunda ingenuidade ou suprema idiotia, decretaram em 2011 o advento da liberdade naquelas paragens. Era esta a liberdade que tinham em vista ou ainda falta desabrocharem algumas flores para consagrar a Primavera?

Publicação: Diário de Notícias

Data: 26 de Setembro de 2012

Título: Cavaco à espera de “equilíbrio” nas novas medidas de austeridade/Polícias sem direito à greve saem à rua em protesto 1/2

Peça nº 129

Cavaco à espera de ‘equilíbrio’ nas novas medidas de austeridade...

Belém. Pedro Passos Coelho deve levar amanhã ao Presidente da República, na reunião semanal, um quadro mais detalhado das medidas a inscrever no Orçamento do Estado para 2013

PAULA SÁ

O primeiro-ministro deve levar já amanhã ao Presidente da República o quadro mais pormenorizado das novas medidas de austeridade, depois de o Conselho de Ministros ter discutido hoje as linhas mestras do Orçamento do Estado para 2013. Em Belém, apurou o DN, a expectativa é de que o aumento de impostos já anunciado por Pedro Passos Coelho, embora pesado, acabe por ser o mais “equilibrado” possível na distribuição dos sacrifícios.

Essa foi uma tônica dominante da reunião do Conselho de Estado, da qual Passos anunciou o recuo na polémica medida da TSU e garantiu a solidez da coligação de Governo. Esta decisão de Passos contribuiu para desanuviar qualquer tensão com Cavaco Silva, que discordava do caminho seguido pelo Governo para reanimar a economia.

Fontes de Belém garantem, no entanto, ao DN que entre o líder

do Governo e o Presidente as relações nunca foram “crispadas”, nem se aproximaram, nem de perto nem de longe, da tensão que existiu no tempo de José Sócrates.

O processo de contestação à opção do Governo em alterar a TSU, em particular pelos parceiros sociais – que até acenaram com a quebra do acordo de concertação social –, deu uma nova visibilidade ao Presidente enquanto mediador e garante de estabilidade política, económica e social, sublinham as mesmas fontes. “O Governo percebeu certamente que o Presidente é ele próprio um garante do cumprimento do programa de ajustamento, sentiu sobressaltos políticos e sociais”, referem as mesmas fontes.

Mas em Belém é também perceptível que a “estabilidade” do Governo é importante para que o Presidente da República não fique com uma crise política séria entre mãos neste momento agudo de crise económica e financeira interna e externa.

Além disso, tem sido repetido a

Cavaco Silva, por várias fontes com ligações aos centros de decisão europeus, que o Governo e, em particular, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, gozam neste momento de “prestígio” e “credibilidade” externas. O que, obviamente, não se reflete internamente, já que o País se encontra sobre um forte espantimento de austeridade.

Neste contexto, Cavaco Silva foi muito discreto na gestão política da vaga de contestação à TSU. Nunca expressou a sua posição contrária à medida. Apenas no dia em que Pedro Passos Coelho anunciou a subida da taxa social única para os trabalhadores e a descida para as empresas, Cavaco lembrou que o consenso político e o espírito cívico do povo português são ativos que o País não pode perder.

Depois, nos bastidores, o Presidente recebeu os parceiros sociais, o líder do maior partido da oposição, convocou o Conselho de Estado e convidou Vítor Gaspar a estar presente. Um processo que desembocou no recuo do Governo.



ANÍBAL CAVACO SILVA

Seria dramático para Portugal, e cada um, de certeza, está consciente do que é que sucederia a Portugal, se juntássemos as dificuldades de financiamento externo uma crise política

21 DE SETEMBRO

Conselho da Coligação discute autárquicas

ENCONTRO A primeira reunião do Conselho de Coordenação da Coligação realiza-se na próxima segunda-feira, sendo dedicada à estratégia autárquica dos dois partidos, que têm coligações em várias autarquias do País. Jorge Moreira da Silva pelo PSD e Nuno Magalhães pelo CDS farão a ponte entre as duas forças, o Governo e o Parlamento.

Na quinta-feira, em comunicado conjunto divulgado no final de uma reunião de delegações do PSD e do CDS-PP, sem os presidentes dos respetivos partidos, Passos Coelho e Paulo Portas, os dois partidos anunciaram que tinham decidido criar um Conselho de Coordenação da Coligação.

Este conselho foi criado com o objetivo de “melhorar os níveis de articulação entre as direções dos partidos, os grupos parlamentares e o Governo”.

Os dois partidos afirmaram ainda que as respetivas direções nacionais “consideram fundamental, no atual quadro de grande exigência para Portugal e para os portugueses, ter uma coligação forte e empenhada na governação e apoiar um governo coeso”. Renovaram igualmente o compromisso de “empreender todos os esforços com vista a garantir a estabilidade e continuidade” do Governo, salvaguardando o “respeito pela identidade própria” de cada partido.

Esse compromisso está inscrito no acordo político de coligação “Maioria para a Mudança” assinado em 16 de junho de 2011, no qual se lê: “O PSD e o CDS comprometem-se, através das respetivas direções políticas e dos seus órgãos próprios, a empreender todos os esforços com vista a garantir a estabilidade e continuidade desse Governo”.

... e incomodado por ver PS reivindicar vitória na TSU

MOÇÃO Socialistas dizem que a ameaça de moção de censura cumpriu o objetivo de fazer o Governo recuar na polémica medida

Não caiu bem em Belém o facto de o PS ter vindo reivindicar uma vitória política no recuo da TSU, depois de nesta questão se terem envolvido não só o Presidente da República mas também os vários parceiros sociais e o Conselho de Estado (onde António José Seguro também tem assento).

O PS considerou na segunda-feira que a sua ameaça de moção de censura cumpriu os objetivos com o recuo do primeiro-ministro

na taxa social única (TSU) e advertiu que as mudanças no IRS não são alternativa à TSU.

João Assunção Ribeiro, porta-voz dos socialistas, falava aos jornalistas em conferência de imprensa, a meio de uma reunião do Secretariado Nacional do PS. “A moção de censura defendida pelo PS fez o seu caminho”, já que “contribuiu para o recuo do primeiro-ministro [sobre a TSU]”, o que constitui “uma vitória dos portugueses”, sustentou o dirigente socialista.

De acordo com o porta-voz do PS, “os portugueses evitaram 2,8 mil milhões de euros de austeridade e de sacrifícios”. Na sua opinião, “a moção de censura do PS

cumpriu, portanto, o seu objetivo nos exatos termos em que foi anunciada”. Considerou ainda que o País “está hoje a ser bombardeado com uma gigantesca mistificação sobre a suposta necessidade de alternativas à TSU”.

João Ribeiro referiu depois que as alterações ao IRS já tinham sido anunciadas pelo Governo “antes do recuo: “A TSU foi anunciada [pelo Governo] como pretensa solução para a competitividade da economia e para a criação de emprego, tendo um impacto marginal no défice. Portanto, [trata-se de] encontrar uma alternativa para a economia e para o emprego e não, como o primeiro-ministro afirmou, com mais impostos”, disse. **PS com Lusa**

Publicação: Diário de Notícias

Data: 26 de Setembro de 2012

Título: Cavaco à espera de “equilíbrio” nas novas medidas de autoridade/Polícias sem direito à greve saem à rua em protesto 2/2

Peça nº 129



ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Considero que é uma satisfação para todos os portugueses, estou muito satisfeito com o facto de a TSU ter caído, espero que isto sirva de lição para o primeiro-ministro

22 DE SETEMBRO

PEDRO PASSOS COELHO

O Governo está a preparar uma medida que visa devolver parcialmente os subsídios ao sector público e aos pensionistas, (que acontecerá) através do reescalonamento do IRS

25 DE SETEMBRO

Consenso socialista na estratégia seguida

A oposição Moção de censura só faria sentido se Governo não recusasse na TSU. Deputados elogiam distinção entre essa medida e OE

A oposição do PS às medidas que o Governo tem apresentado é vista sem ponta de crítica até para os mais críticos socialistas da direcção de António José Seguro. “Fui muito crítico da forma como o PS geriu o Orçamento de 2012, mas este ano concordei inteiramente com a direcção”, sublinhou ao DN o deputado João Galamba.

“A distinção entre a TSU e o Orçamento do Estado foi muito inteligente”, elogiou Galamba, notando que a moção de censura antecipada por Seguro só teria lugar se Passos Coelho mantivesse o aumento da taxa social única (TSU) para os trabalhadores. “Foi inteiramente pacífica no grupo parlamentar a opção da direcção”, sublinhou.

Renato Sampaio alinha em idêntica leitura. Este deputado socialista, apresentado como “socrático”, notou ao DN que “a direcção do PS esteve” muito bem, tão bem que o próprio Governo recusa “na proposta de transferir dos trabalhadores para o capital o custo da taxa social única.

“A TSU não ia contribuir em nada para fazer face ao défice. As medidas agora anunciadas (de aumentos fiscais) têm impacto no défice, para tapar o desvio colossal da sua execução orçamental, de um orçamento feito pelo Governo,

de austeridade excessiva”, explicou o deputado.

Outra coisa é o voto contra o Orçamento do Estado, dizem a uma só voz os dois socialistas ouvidos pelo DN. “O PS sempre disse que havia uma austeridade excessiva, que já ia para além do memorando da troika”, apontou Renato Sampaio. “O secretário-geral do PS foi muito claro, a moção de censura tinha que ver exclusivamente com a TSU”, por isso não faz sentido manter essa intenção, acrescentou, confrontado com os apelos (sobretudo do Bloco de Esquerda) para uma convergência de esquerda de censura ao Governo.

Já João Galamba preferiu não comentar o que não se conhece. “Não foi discutida internamente” a proposta bloquista de uma moção de censura. “Não conheço os fundamentos dessa eventual moção”, justificou-se.

Depois do anúncio pelo primeiro-ministro, a 7 de setembro, do aumento da TSU para os trabalhadores (de 11% para 18%) e de uma baixa para as empresas, António José Seguro tinha avisado o Governo que se este não recusasse, os socialistas avançariam com uma moção de censura.

Na sexta-feira passada, Passos Coelho enterrou a TSU, mas já veio anunciar um agravamento de impostos a concretizar no Orçamento do Estado para 2013. É nesta distinção que se joga o consenso socialista na estratégia seguida pela direcção de Seguro.

MIGUEL MARUJO

“Não podemos fazer cortes cegos” na despesa

CONJUNTURA O presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, defendeu ontem que não se podem “fazer cortes cegos” relativamente à despesa, nomeadamente na educação e na saúde. Oliveira Martins sublinhou também, num encontro em Lisboa sobre justiça tributária, a importância do cumprimento do memorando da troika para a credibilidade de Portugal, mas avisou que não pode ser exigido aos contribuintes mais do que as suas capacidades. “Não é possível retirar ao contribuinte mais do que aquilo que ele pode”, afirmou, salientando que os impostos são um instrumento “fundamental” numa democracia, mas que tem de ser respeitado o princípio das capacidades contributivas.

A eficiência tributária “não pode” ser posta em causa, afirmou, defendendo que “não podemos

fazer cortes cegos” relativamente à despesa, designadamente no que toca às responsabilidades sociais: “É indispensável assegurar um equilíbrio entre receitas e despesas. Insisto que é indispensável sempre olhar dos dois lados, da receita e da despesa”, acrescentou.

O presidente do Tribunal de Contas disse que nos países modernos, e “nas democracias que funcionam”, há sempre um “grande” equilíbrio entre o que é pedido aos contribuintes e o serviço público que é prestado, e defendeu que “não podemos pôr em causa a saúde e a educação”. Sobre o corte dos subsídios, Oliveira Martins lembrou a decisão “plenamente legítima” do Tribunal Constitucional e defendeu que “é indispensável criar um instrumento que assegure que os recursos que estão previstos no memorando vão ser cumpridos e respeitados”. **Lusa**

Polícias sem direito à greve saem à rua em protesto

MANIFESTAÇÃO Forças de segurança querem mostrar à população que são contra as medidas de austeridade. CGTP mobiliza o País

Várias forças de segurança vão participar na manifestação de sábado. “Uma forma de mostrar à população que também os polícias estão no mesmo barco e contestam as medidas de austeridade”, afirmou ao DN, Paulo Rodrigues, presidente da ASPP – Associação Sindical dos Profissionais da Polícia na PSP e porta-voz da Comissão de Sindicatos das Forças de Segurança.

“Queremos passar a mensagem de que os polícias não são intocáveis, privilegiados e o braço forte do Governo”, acrescenta. Desta forma, na manifestação da CGTP

irão participar elementos da PSP, GNR, Polícia Marítima, das Guardas Prisionais, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

As forças de segurança admitem ainda convocar greves e protestos próprios, embora a convocação da greve só seja possível no caso da Guarda Prisional, do SEF ou da ASAE, enquanto a PSP, a GNR e a Polícia Marítima planeiam desenvolver ações de protesto.

Trabalhadores de todo o País

A CGTP está a montar um sistema para garantir transportes desde Vila Real ao Algarve, através das União dos Sindicatos de cada distrito, de forma a tentar encher, no sábado, o Terreiro do Paço. “Contra o roubo dos salários, pensões e

reformas todos a Lisboa”, é o slogan do cartaz que a central sindical tem espalhado por todo o País.

Os subscritores do manifesto “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!” já apelaram a uma participação massiva na manifestação convocada pela CGTP. Em comunicado, os subscritores das grandes manifestações de 15 de setembro e da vigília junto ao Palácio de Belem durante o Conselho de Estado consideram ser necessário que os protestos continuem, já que é “cada vez mais urgente traçar um novo rumo” e que tenha “as pessoas como centro das atenções, e não bancos e mercados ou interesses financeiros e especulativos”.

O PCP tem vindo a apelar a uma maciça participação na manifestação da CGTP e BE, apoiando a jornada de luta da central sindical.

ANEXO II – GRELHAS DE ANÁLISE

Grelha nº 1 – Análise das peças do CM – 2007

Nº peça	ASAE				Género jornalístico			Documento	Objecto		Palavra chave	Índice	Tom			ASAE fonte		Fonte referida			Origem notícia		
	Título	Entrada	Lead	Desenv.	Notícia	Opinião	Breve		Principal	Marginal			Posit	Neg	Neut	Sim	Não	Sim	Tipo	Não	Prod. Própria	Agência Notic.	Outra
1		x		x	x				x		Apreensão Detenção	Actuação	x				x			x	x		
2			x	x	x					x	Inspecção	Actuação			x		x	x	Oficiosa		x		
3		x		x			x		x		Apreensão Suspensão	Actuação	x				x			x			x
4		x			x				x		Retirada	Actuação	x			x		x	Oficial		x		
5		x		x	x				x		Fiscalização Apreensão	Actuação	x			x		x	Oficial		x		
6		x		x	x				x		Fiscalização	Actuação	x			x		x	Oficial			x	
7	x	x					x		x		Suspensão	Actuação	x				x			x			x
8	x	x			x				x		Apreensão	Actuação	x				x			x		x	
9		x					x		x		Apreensão Fiscalização	Actuação	x				x			x			x
10		x						x	x		Aplicação da lei Coimas	Competências			x		x			x	x		
11		x					x		x		Detenção Apreensão	Actuação	x				x			x			x
12		x					x		x		Encerramento Fiscalização	Actuação	x				x			x			x
13		x					x		x		Apreensão Detenção Confiscou	Actuação	x				x			x			x
14				x	x					x	Fiscalização	Actuação	x				x			x		x	
15	x	x		x	x				x		Fiscalização	Actuação	x			x		x	Oficial		x		
16	x	x		x	x				x		Encerramento Fiscalização Apreensão	Actuação	x			x		x	Oficial		x		
17	x	x					x		x		Fiscalização Apreensão	Actuação	x				x			x			x
18	x	x					x		x		Encerramento Fiscalização Apreensão	Actuação	x				x			x			x
19	x	x					x		x		Detenção Fiscalização Apreensão	Actuação	x				x			x			x
20	x	x			x				x		Detenção Encerramento	Actuação	x				x			x	x		
21	x	x			x				x		Encerramento	Actuação	x				x			x	x		
22	x	x					x		x		Reclamações	Queixas Denúncias			x		x	x	Oficial				x
23	x	x			x				x		Luta	Competências	x			x		x	Oficial		x		
24		x					x		x		Detenção Apreensão Identificação	Actuação	x				x			x			x
25		x		x	x					x	Denúncia Investigação	Queixas Denúncias	x			x		x	Oficial		x	x	
26		x			x					x	Inspecção	Actuação	x				x			x	x		
27				x	x					x	Vistoria	Actuação	x				x			x	x		
28				x		x				x	Fazer cumprir	Competências	x				x	x	Oficiosa		x		
29		x			x					x	Fiscalização Detenção	Actuação	x				x				x	x	
TOTAIS	11	25	1	11	16	1	11	1	22	7			26	0	3	7	22	10		19	15	4	11
%	38	86	3	38	55	3	38	3	76	24			90	0	10	24	76	34		66	52	14	38

Grelha nº 2 – Análise das peças do CM – 2012

Nº peça	ASAE					Género jornalístico					Objecto		Palavra Chave	Índice	Tom			ASAE fonte		Fonte referida			Origem da notícia		
	Título	Entrada	Lead	Desenv.	Outra	Notícia	Opinião	Breve	Documento	Entrevista	Principal	Marginal			Posit	Neg	Neut	Sim	Não	Sim	Tipo	Não	Prod. Própria	Agência Notic.	Outra
30		x				x					x		Reunião Protestos	Questões Profissionais			x		x	x	Oficial		x		
31				x	x				x			x	Registou	Actuação	x				x			x	x		
32		x						x			x		Detenção	Actuação	x				x			x	x		
33				x						x		x	Fiscalização	Actuação	x				x	x	Oficial		x		
34	x	x						x			x		Visita Denúncia	Actuação	x				x			x			x
35	x			x		x					x		Apreensão	Actuação	x				x	x	Oficial			x	
36				x		x						x	Queixas	Queixas Denúncias			x		x	x	Oficial		x		
37	x	x						x			x		Apreensão	Actuação	x				x	x	Oficial				x
38		x				x					x		Apreensão Detenção	Actuação	x				x			x	x		
39				x				x			x		Apreensão	Actuação	x				x			x			x
40		x				x					x		Mega-operação Detenção	Actuação	x				x			x	x		
41		x						x			x		Apreensão Detenção	Actuação	x				x			x	x		
42	x	x				x					x		Investigação	Actuação	x				x			x	x		
43				x	x	x			x			x	Fiscalização	Actuação	x				x			x	x		
44				x		x						x	Investigação	Competências	x				x			x	x		
45	x							x			x		Dumping	Actuação	x				x			x			x
46				x		x						x	Investigação	Actuação	x				x	x	Oficial		x		
47				x			x					x	Indeterminável	Actuação		x			x	x	Oficiosa		x		
48		x		x			x					x	Indeterminável	Competências		x		x		x	Oficial		x		
49				x			x					x	Vendas com prejuízo	Competências			x		x	x	Oficiosa		x		
50				x			x					x	Estatística	Actuação		x		x		x	Oficial		x		
51	x							x			x		Operação	Actuação	x				x			x			x
52		x				x						x	Intervenção	Competências			x		x	x	Oficial		x		
53	x							x			x		Fiscalização	Actuação	x			x		x	Oficial				x
54		x		x		x						x	Reclamações	Competências			x	x		x	Oficial			x	
55				x			x					x	Dinheiro	Questões Profissionais		x			x	x	Oficial		x		
56			x	x		x						x	Combate Apreensão Detenção	Actuação	x				x			x	x		
57		x				x						x	Queixa	Competências			x		x	x	Oficial		x		
58		x		x			x				x		Cortes	Questões Profissionais		x			x	x	Oficial		x		
59	x							x			x		Encerrou	Actuação	x				x			x			x
60	x	x						x			x		Regras	Competências	x				x			x			x
61				x			x					x	Cortes	Questões Profissionais		x			x	x	Oficial		x		
62		x						x			x		Operação	Actuação	x				x			x			x
63					x	x						x	Actividade	Actuação			x		x			x	x		
64				x			x					x	Indeterminável	Questões Profissionais		x			x	x	Oficial		x		
65		x		x		x						x	Queixa	Queixas Denúncias			x		x	x	Oficiosa		x		
66	x	x						x			x		Reforço	Actuação	x				x			x			x
67	x	x						x			x		Aumento Coimas	Outro		x			x			x			x
68				x			x					x	Indeterminável	Outro		x			x	x	Oficial		x		
69		x	x			x					x		Manifestação	Questões Profissionais		x			x	x	Oficial		x		
TOTAIS	11	19	2	20	3	16	9	13	2	1	20	20			22	10	8	4	36	21		19	27	2	11
%	28	48	5	50	8	40	23	33	5	3	50	50			55	25	20	10	90	53		48	68	5	28

Grelha nº 3 – Análise das peças do DN – 2007

Nº peça	ASAE				Género jornalístico				Objecto		Palavra Chave	Índice	Tom			ASAE fonte		Fonte referida			Origem da notícia	
	Título	Entrada	Lead	Desenv.	Notícia	Breve	Documento	Entrevista	Principal	Marginal			Posit	Neg	Neut	Sim	Não	Sim	Tipo	Não	Prod. Própria	Outra
70	x					x			x		Apreensão	Actuação	x			x		x	Oficial			x
71	x					x			x		Apreensão	Actuação	x				x			x		x
72		x			x				x		Apreensão Fiscalização	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
73		x				x			x		Apreensão	Actuação	x				x			x		x
74	x					x			x		Suspensão	Actuação	x			x		x	Oficial			x
75				x	x					x	Fazer cumprir	Competências	x				x			x	x	
76		x		x	x				x		Encerramento	Actuação	x			x		x	Oficial			x
77	x			x		x			x		Apreensão	Actuação	x				x			x		x
78		x			x				x		Apreensão	Actuação	x			x		x	Oficial			x
79		x		x	x		x		x		Apreensão	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
80	x	x			x				x		Encerramento	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
81	x	x		x	x				x		Encerramento	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
82	x							x	x		Indeterminável	Institucional			x	x		x	Oficial		x	
83	x	x		x	x				x		Apreensão	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
84	x	x		x	x				x		Encerramento	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
85	x	x		x	x				x		Encerramento	Actuação	x				x			x	x	
86	x	x		x		x			x		Detenção	Actuação	x			x		x	Oficial			x
87	x	x		x	x				x		Desobediência	Actuação		x			x			x	x	
88	x	x		x		x			x		Avaliação riscos	Competências	x			x		x	Oficial			x
89	x	x		x	x				x		Encerramento	Actuação	x				x	x	Oficial		x	
90		x			x					x	Venda	Actuação	x				x	x	Oficiosa		x	
91		x				x			x		Detenção	Actuação	x				x			x		x
92			x	x	x				x		Proibição	Actuação	x				x	x	Oficial		x	
93	x	x			x				x		Apreensão	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
94			x	x	x				x		Encerramento	Actuação	x				x			x	x	
95	x	x		x	x				x		Incumprimento	Actuação	x			x		x	Oficial		x	
96	x	x		x		x			x		Falsificação	Actuação	x			x		x	Oficial			x
TOTAIS	17	19	2	16	17	9	1	1	25	2			25	1	1	16	11	19		8	16	11
%	63	70	7	59	63	33	4	4	93	7			93	4	4	59	41	70		30	59	41

Grelha nº 4 – Análise das peças do DN – 2012

Nº peça	ASAE				Género jornalístico				Objecto		Palavra Chave	Índice	Tom			ASAE fonte		Fonte referida			Origem da notícia		
	Título	Entrada	Lead	Desenv.	Notícia	Opinião	Breve	Documento	Principal	Marginal			Posit.	Neg.	Neut.	Sim	Não	Sim	Tipo	Não	Prod. Própria	Agência Notic.	Outra
97				x	x					x	Incumprimento	Actuação	x				x			x		x	
98		x			x					x	Encerramento	Actuação	x				x	x	Oficial		x		
99		x					x			x	Dumping	Competências	x				x			x			x
100				x		x				x	Vendas agressivas	Competências	x				x	x	Oficiosa		x		
101		x		x	x					x	Queixa	Competências	x				x	x	Oficiosa		x		
102				x			x		x		Apreensão	Competências	x				x			x			x
103				x		x				x	Malefícios	Competências			x		x			x	x		
104				x		x				x	Indeterminável	Actuação	x				x			x	x		
105				x	x					x	Controlo	Actuação	x				x			x	x		
106	x	x					x		x		Apreensão	Actuação	x				x			x			x
107				x	x					x	Indeterminável	Actuação		x			x			x	x		
108				x			x			x	Detenção	Actuação	x				x			x			x
109								x		x	Inspecção	Actuação		x			x	x	Oficiosa		x		
110		x			x					x	Indeterminável	Actuação	x			x		x	Oficial		x		
111		x	x		x					x	Investigação	Competências	x				x			x	x		
112			x	x	x					x	Investigação	Competências	x				x	x	Oficial		x		
113		x	x	x	x					x	Dumping	Actuação	x				x	x	Oficiosa		x		
114	x	x		x	x				x		Venda prejuízo	Competências	x			x		x	Oficial		x		
115		x				x			x		Indeterminável	Actuação		x			x			x	x		
116				x	x					x	Vendas prejuízo	Competências	x				x			x			x
117				x	x					x	Vendas prejuízo	Competências		x			x			x	x		
118				x	x					x	Indeterminável	Competências			x		x	x	Oficial		x		
119				x	x					x	Ilegalidade	Competências	x				x			x			x
120				x	x					x	Fiscalização	Actuação		x			x	x	Oficiosa		x		
121		x	x	x	x				x		Queixa-crime	Competências	x				x	x	Oficial		x		
122		x			x				x		Denúncia	Competências	x				x	x	Oficial				x
123				x	x					x	Dumping	Competências	x			x		x	Oficial		x		
124		x			x					x	Indeterminável	Competências			x		x	x	Oficiosa		x		
125	x	x			x				x		Fiscalização	Actuação	x			x		x	Oficial		x		
126				x		x				x	Indeterminável	Competências			x	x		x	Oficial		x		
127	x	x		x	x				x		Novas regras	Competências			x		x	x	Oficial				x
128				x		x				x	Orçamento	Institucional		x			x	x	Oficial		x		
129				x	x					x	Greve	Institucional			x	x		x	Oficial		x		
TOTAIS	4	14	4	23	22	6	4	1	8	25			21	6	6	6	27	19		14	24	1	8
%	12	42	12	70	67	18	12	3	24	76			64	18	18	18	82	58		42	73	3	24

ANEXO III - TABELAS

Tabela nº 1 - Posicionamento da ASAE na peça

	Título				Entrada				Lead				Desenvolvimento				Outra			
	CM		DN		CM		DN		CM		DN		CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	11	11	17	4	25	19	19	14	1	2	2	4	11	20	16	23	-	3	-	-
%	38%	28%	63%	12%	86%	48%	70%	42%	3%	5%	7%	12%	38%	50%	59%	70%	-	8%	-	-

Tabela nº 2 - Género jornalístico

	Notícia				Opinião				Breve				Documento				Entrevista			
	CM		DN		CM		DN		CM		DN		CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	16	16	17	22	1	9	-	6	11	13	8	5	1	2	1	1	-	1	1	-
%	55%	40%	65%	65%	3%	23%	-	18%	38%	33%	31%	15%	3%	5%	4%	3%	-	3%	4%	-

Tabela nº 3 - A ASAE como objecto na peça

	Principal				Marginal			
	CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	22	19	25	8	7	18	2	25
%	76%	51%	93%	24%	34%	49%	7%	76%

Tabela nº4 - Índices

	Actuação				Competências				Queixas/ Denúncias				Institucional				Questões profissionais			
	CM		DN		CM		DN		CM		DN		CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	24	23	24	13	3	7	2	18	2	2	-	-	-	2	1	2	-	6	-	-
%	82,7%	57,5%	88,%	39%	10,3%	17,5%	7,4%	54,4%	6,8%	5%	-	-	-	5,4%	3,7%	6%	-	15%	-	-

Tabela nº 5 - Tom percebido nas peças

	Positivo				Negativo				Neutro			
	CM		DN		CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	26	22	25	21	0	10	1	6	3	8	1	6
%	90%	55%	93%	64%	-	25%	4%	18%	10%	20%	4%	18%

Tabela nº 6 - ASAE fonte

	Sim				Não			
	CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	7	4	16	6	22	36	11	27
%	24%	10%	59%	18%	76%	90%	41%	82%

Tabela nº 7 - Referência à fonte

	Sim				Oficial				Oficiosa				Não			
	CM		DN		CM		DN		CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	10	21	19	18	8	18	18	13	2	3	1	5	19	19	7	16
%	34%	53%	73%	53%	80%	85%	94,7%	72,2	20%	14,2%	5,2%	27,7	66%	48%	27%	47%

Tabela nº 8 – Origem da notícia

	Produção própria				Agência Notícias				Outra			
	CM		DN		CM		DN		CM		DN	
	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12	07	12
Nº vezes	15	27	16	24	4	2	-	1	11	11	11	8
%	52%	68%	59%	73%	14%	5%	-	3%	38%	28%	41%	24%

